



# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## CONSULTA DO ARTIGO IV DE 2011

2 de Fevereiro de 2012

Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto das consultas de 2011 com S. Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** sobre as consultas de 2011 ao abrigo do Artigo IV, elaborado por uma equipa do FMI após o término das discussões com as autoridades de S. Tomé e Príncipe, em 8 de Setembro de 2011, sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 30 de Dezembro de 2011, com base nas informações disponíveis à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada em conjunto pelos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Nota de Informação ao Público** (PIN), que resume as opiniões do Conselho de Administração, conforme expressas durante as suas deliberações de 23 de Janeiro de 2012 sobre o relatório do corpo técnico que concluiu as consultas do Artigo IV.
- **Declaração do Administrador** do FMI que representa S. Tomé e Príncipe.

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services  
700 19<sup>th</sup> Street, N.W. • Washington, D.C. 20431  
Telephone: +1 202 623-7430 • Telefax: +1 202 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C.**



# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2011 AO ABRIGO DO ARTIGO IV

30 de Dezembro de 2011

### PRINCIPAIS TEMAS

**Está em curso uma recuperação gradual.** O PIB real está a recuperar de um acentuado abrandamento em 2009. Este abrandamento reflectiu o impacto da crise mundial, com os fluxos de IDE a recuar em vista do adiamento de uma série de grandes projectos por causa das dificuldades de financiamento. A recuperação — impulsionada pelas actividades nos sectores de construção, agricultura e turismo — está sujeita a riscos decorrentes das dificuldades económicas e financeiras na Europa. Uma recessão prolongada na Europa (sobretudo em Portugal) provavelmente travaria a ajuda, o IDE e as remessas para S. Tomé e Príncipe, com consequências adversas para o crescimento.

**Alcançar a estabilidade macroeconómica ainda representa um desafio.** A recente subida dos preços dos alimentos e combustíveis reacendeu as pressões inflacionistas, fazendo com que a inflação permanecesse na ordem dos dois dígitos. As perspectivas actuais para os preços dos produtos de base não alimentares apontam para um recuo das pressões inflacionistas. As autoridades adoptaram políticas orçamentais mais restritivas em 2010 e 2011, mas será preciso dar continuidade à consolidação para atenuar as pressões sobre a procura interna a fim de resguardar as reservas internacionais e proteger a paridade cambial fixa. O objectivo orçamental do governo no médio prazo é estabilizar o défice orçamental primário num nível que possa ser financiado sem gerar dívida.

**As possíveis repercussões da situação da Europa comportam riscos para a estabilidade financeira.** O banco central fez bons progressos no fortalecimento da regulação e supervisão da banca. Contudo, tendo em vista a forte dolarização do sistema bancário, a paridade fixa ao euro e a vulnerabilidade do país aos acontecimentos na Europa, as autoridades devem se manter vigilantes ao possível impacto que uma desaceleração do crescimento ou variações na taxa de câmbio euro-dólar teriam sobre os balanços dos bancos.

**S. Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobreendividamento, não obstante o substancial alívio da dívida recebido.** O país é muito vulnerável a choques externos em vista da sua base de exportação limitada e forte dependência das importações e do financiamento externo. As perspectivas serão melhores após o arranque da produção de petróleo, em 2015. Dadas as incertezas quanto à produção de petróleo, a ASD apresenta um cenário não petrolífero no qual seriam necessários uma nova dose de ajustamento orçamental e uma redução do endividamento externo para atingir um rácio dívida/PIB sustentável.

**As autoridades fizeram grandes avanços na melhoria do clima de investimento.** A edição de 2012 do relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, coloca STP entre os quatro países que mais realizaram reformas em 2011. É preciso avançar mais na melhoria das infra-estruturas básicas e na garantia de um suprimento ininterrupto de energia.

Aprovado por  
**Sharmini Coorey e**  
**Dhaneshwar Ghura**

As discussões realizaram-se em S. Tomé, entre 26 de Agosto e 8 de Setembro de 2011, e em Washington, entre 21 e 23 de Setembro de 2011. A equipa da missão foi formada pelos Srs. Tsidi Tsikata (chefe), Wendell Daal, Justin Matz e Jamal Omar (todos do AFR). A missão reuniu com o Primeiro Ministro, Sr. Patrice Trovoada; com os ministros das Finanças e Cooperação Internacional, Sr. Américo d'Oliveira dos Ramos; do Plano e Desenvolvimento, Sr. Agostinho dos Santos Fernandes; das Obras Públicas e Recursos Naturais, Sr. Carlos Vila Nova; com a Governadora do Banco Central, Sra. Maria do Carmo Silveira; com membros da Assembleia Nacional, representantes do empresariado nacional e dos sindicatos e com os parceiros de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe.

## SUMÁRIO

<b>CONTEXTO: RECUPERAÇÃO GRADUAL, PRESSÕES INFLACIONISTAS E ALTO RISCO DE SOBREENDIVIDAMENTO</b>	<b>4</b>
<b>CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E ESTABILIDADE MACROECONÓMICA</b>	<b>8</b>
<b>REFORÇO DA GESTÃO MONETÁRIA E DA ESTABILIDADE FINANCEIRA</b>	<b>12</b>
<b>RUMO A UMA POSIÇÃO EXTERNA SUSTENTÁVEL</b>	<b>15</b>
A. Sustentabilidade da Dívida Externa	15
B. Avaliação da Taxa de Câmbio e Competitividade Internacional	16
<b>REDUÇÃO DA POBREZA, DADOS E CAPACITAÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO</b>	<b>20</b>
<b>TABELAS</b>	
1. Principais Indicadores Económicos, 2007–16	22
2. Operações Financeiras do Governo Central, 2007–16 (Mil milhões de Dobras)	23
3. Operações Financeiras do Governo Central, 2007–16 (% do PIB)	24
4. Síntese das Contas do Banco Central, 2007–16 (Mil milhões de Dobras)	25
5. Síntese Monetária, 2007–16 (Mil milhões de Dobras)	26
6. Balança de Pagamentos, 2007–16 (Milhões de USD)	27
7. Balança de Pagamentos, 2007–16 (% do PIB)	28
8. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2007–16 (Milhões de USD)	29
9. Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, 2007–11	30
10. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	31

## **FIGURAS**

1. Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes _____	5
2. Indicadores Orçamentais 2005–11 _____	11
3. Evolução da Moeda e do Crédito _____	13
4. Sector Externo 2005–11 _____	18

## **CAIXAS**

1. Prospecção de Petróleo: Enquadramento Jurídico e Actividades até à Data _____	6
2. Principais Recomendações das Consultas do Artigo IV de 2008 _____	7

## **APÊNDICE**

I. Avaliação da Taxa de Câmbio Utilizando as Metodologias CGER _____	32
--	----

## CONTEXTO: RECUPERAÇÃO GRADUAL, PRESSÕES INFLACIONISTAS E ALTO RISCO DE SOBREENDIVIDAMENTO

**1. Após um acentuado abrandamento em 2009, S. Tomé e Príncipe está a viver um momento de recuperação gradual.** Desde ao início da década de 2000, a perspectiva da descoberta de petróleo está a atrair o investimento directo estrangeiro (IDE) e estimular o crescimento. Após registar crescimento médio acima dos 6% ao ano em 2005–08, o PIB real expandiu apenas 4% em 2009, dado o impacto da crise mundial sobre os projectos de investimento com financiamento externo (Figura 1). Grandes projectos em perspectiva, como um porto de águas profundas e um hotel, foram adiados por causa de dificuldades de financiamento. Outros projectos, porém, estão em marcha, entre eles obras de reabilitação portuária e aeroportuária (com o financiamento de Angola). A recuperação está a ser impulsionada pelos sectores da construção, do turismo e da agricultura.

**2. A subida recente dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis reacqueceu as pressões inflacionistas internas.** A inflação apresentou forte declínio desde 2008, mas permanece na ordem dos dois dígitos (Figura 1). Um aperto das políticas orçamental e monetária em 2008, seguido da descida dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis, ajudou a baixar a inflação homóloga de um pico de 37% em Julho de 2008 para 11,5% em Junho de 2010. Esta tendência à baixa foi revertida no segundo semestre de 2010 por uma combinação de factores: secas, gastos realizados pelos partidos políticos antes das eleições e a subida dos preços internacionais dos alimentos. O reajuste dos preços internos de retalho dos produtos petrolíferos em Março de 2011 continuou a

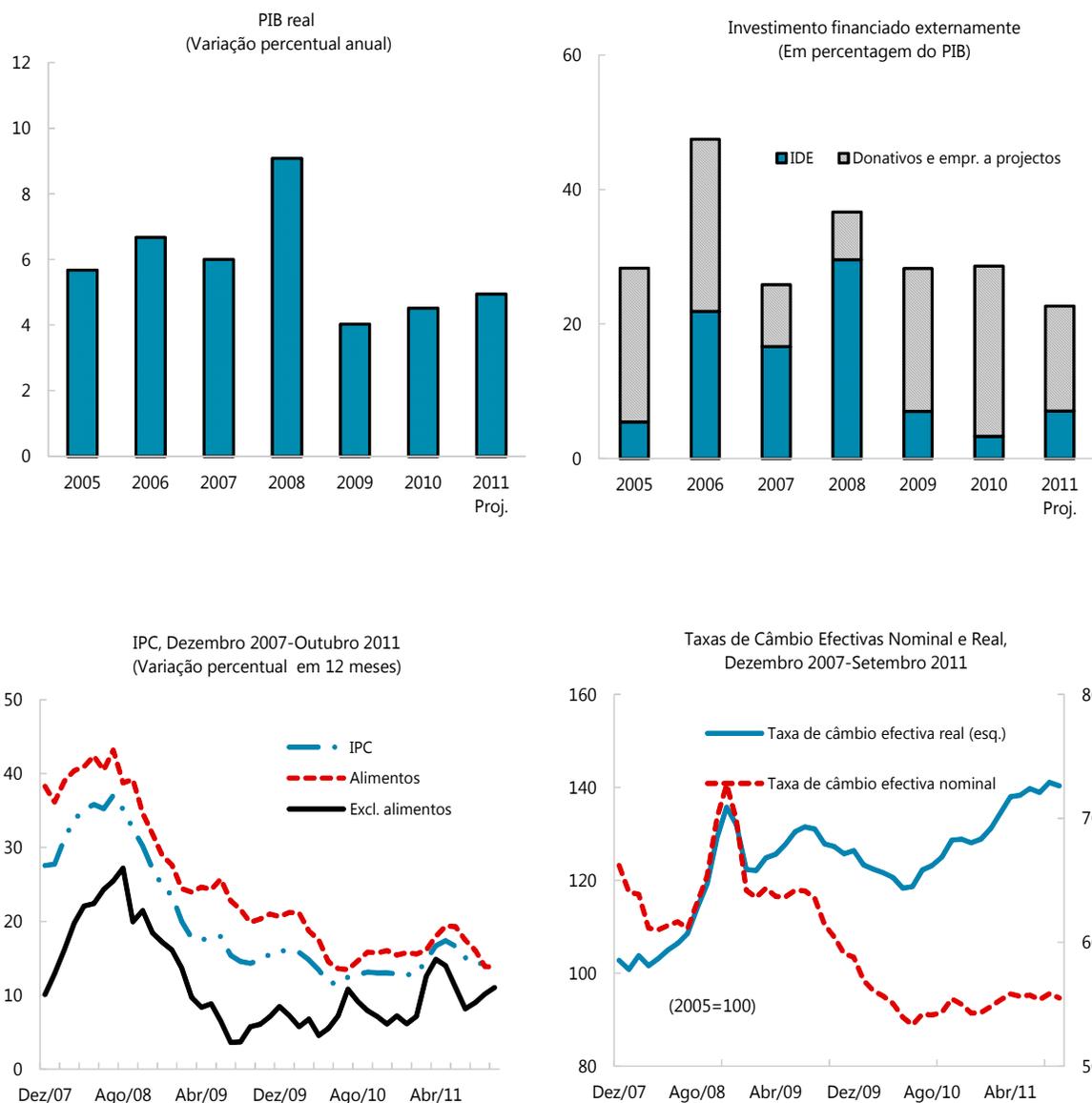
pressionar os preços.<sup>1</sup> A inflação homóloga ascendeu a 17% em Julho antes de recuar para 13,2% em Outubro.

**3. Em Janeiro de 2010, as autoridades adoptaram um regime de taxa de câmbio fixa — uma paridade fixa convencional ao euro — com o propósito de ancorar as expectativas inflacionistas e estimular o investimento e o crescimento.** Um acordo com Portugal, que disponibiliza uma linha de crédito (se necessário), e o programa de S. Tomé e Príncipe apoiado pela ECF proporcionam um quadro para a aplicação de políticas que visam manter a credibilidade da paridade cambial.

**4. S. Tomé e Príncipe ainda apresenta alto risco de sobreendividamento, embora tenha recebido um volume substancial de alívio da dívida.** O país atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC em Março de 2007 e beneficiou do alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI, o que reduziu em 70% a dívida externa de STP. Contudo, a carga da dívida ainda é pesada, sobretudo em relação às exportações. A limitada base de exportação e a alta dependência das importações tornam o país vulnerável a choques externos. Alcançar a sustentabilidade externa exige a contenção do endividamento externo e reformas para alargar as exportações e estimular o crescimento.

<sup>1</sup> Os preços da gasolina, do gasóleo e da querosene subiram 18%, 19% e 33%, respectivamente, mas ainda estão longe dos preços de equilíbrio desses produtos, já incluídos os impostos. A insuficiência ascende a 20% para a gasolina, 12% para o gasóleo e 40% para a querosene.

**Figura 1. S. Tomé e Príncipe: Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes**



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

**5. A expectativa das autoridades é que a produção de petróleo na Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria seja iniciada em 2015 (Caixa 1). O arranque da produção será no Bloco 1 da ZDC, adquirido recentemente pela companhia**

francesa Total, que está a extrair petróleo de um campo adjacente localizado em território nigeriano. As actividades na Zona Económica Exclusiva (ZEE) de S. Tomé e Príncipe estão numa fase incipiente do seu desenvolvimento. Até à altura, o país recebeu USD 49 milhões

(43% do PIB) em bônus de assinatura em 2005 e USD 29 milhões (20% do PIB) em 2007, e

espera receber USD 26 milhões (cerca de 9% do PIB) em 2012.

### **Caixa 1. Prospecção de Petróleo: Enquadramento Jurídico e Actividades até à Data**

Para os fins de exploração de petróleo e gás natural, as autoridades dividiram o país (e as suas águas internacionais) em duas zonas, nomeadamente: uma Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC), que cobre uma zona marítima pertencente a S. Tomé e Príncipe e à Nigéria, e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE), totalmente controlada por S. Tomé e Príncipe. Um acordo firmado em 2001 pelos dois países instituiu a ZDC e prevê a exploração conjunta de hidrocarbonetos e o seu desenvolvimento, cabendo a ambos a partilha dos custos e receitas associados. A participação da Nigéria equivale a 60% e a de S. Tomé e Príncipe a 40%.

A Lei-Quadro das Operações Petrolíferas (2009) é o principal diploma a reger a concessão de licenças para a exploração e extracção de petróleo em S. Tomé e Príncipe. Outro diploma importante é a Lei das Receitas Petrolíferas (2004), que trata da gestão das receitas do petróleo. Ela institui a Conta Nacional do Petróleo (CNP) na qual serão depositadas todas as quantias devidas ao Estado a título de receita petrolífera (inclusive os bônus de assinatura do petróleo). A referida lei também estipula limites à verba anual que pode ser transferida da CNP para custear as despesas do orçamento do Estado.

Até ao início da produção petrolífera, a verba anual transferida da CNP para o orçamento será limitada a 20% do saldo da conta no fim do ano imediatamente anterior. Uma vez iniciada a produção, o grosso das receitas correntes será transferido para uma subconta da CNP — o Fundo Permanente de S. Tomé e Príncipe. Os recursos do Fundo Permanente serão investidos por forma a gerar um fluxo permanente de rendimento para a CNP.

Até à altura, foram realizadas duas rondas de licitação de blocos na ZDC e uma ronda na ZEE. Nove blocos foram oferecidos na ZDC, dos quais seis foram concedidos às propostas vencedoras, e foram assinados contratos de partilha de produção com respeito a cinco blocos. Na ZEE, quatro blocos foram adjudicados a duas empresas antes do lançamento da primeira ronda de licitação em 2010. Sete blocos foram oferecidos para licitação na ZEE, dos quais um foi concedido à única proposta vencedora.

**6. Um novo Primeiro Ministro e um novo Presidente tomaram posse em 2010 e 2011, respectivamente.** O novo governo liderado pelo Primeiro Ministro Patrice Trovoada assumiu o poder em Agosto de 2010, após eleições parlamentares em que o seu partido, que estava na oposição antes das eleições, conquistou 26 dos 55 assentos. O Sr. Manuel Pinto da Costa, o primeiro presidente após a independência (que permaneceu no poder de 1975 até 1991), venceu a eleição presidencial e foi empossado em Setembro de 2011.

**7. A aplicação das principais recomendações das últimas consultas ao abrigo do Artigo IV foi desigual (Caixa 2).** Os Administradores assinalaram a necessidade de ajustamento orçamental para baixar a inflação e restaurar a estabilidade financeira, e instaram por reformas para melhorar o clima de investimento de modo a alcançar o crescimento sustentado, liderado pelo sector privado.

**Caixa 2. S. Tomé e Príncipe: Principais Recomendações das Consultas do Artigo IV de 2008**

<b>Recomendação</b>	<b>Ponto da Situação</b>
Reduzir o défice orçamental em percentagem do PIB	Os resultados foram desiguais. O défice primário interno aumentou em 2009, antes de voltar a apresentar uma tendência à baixa em 2010 e 2011.
Melhorar a gestão de liquidez do banco central	O BCSTP ainda não dispõe de instrumentos de mercado para a gestão da liquidez. Antes da adopção da paridade cambial fixa (Janeiro de 2010), o banco utilizava activamente as operações cambiais para conter o crescimento da base monetária. Com a assistência técnica do FMI, o BCSTP instituiu um quadro de gestão de liquidez e começou a monitorizar as condições de liquidez no sistema bancário. As autoridades estão a estudar uma proposta para a introdução de letras ou bilhetes do banco central como instrumento de gestão da liquidez.
Reforçar a gestão da dívida pública	O governo apresentou à Assembleia Nacional um projecto de lei que esclarece as responsabilidades institucionais pela gestão da dívida pública.
Melhorar o clima de investimento	Foram feitos progressos significativos, inclusive com a criação de um balcão único de atendimento aos investidores e com a eliminação de uma série de exigências de licenciamento e capital mínimo necessário para abrir uma grande variedade de negócios.

**8. O desempenho no âmbito do acordo apoiado pela ECF teve altos e baixos. O**

Conselho de Administração aprovou um novo acordo trienal com S. Tomé e Príncipe ao abrigo da ECF em Março de 2009. A primeira avaliação do acordo foi concluída em Fevereiro de 2010. A conclusão das avaliações subsequentes ficaram em suspenso por causa de derrapagens em relação às metas do programa (no final de 2009 e início de 2010) e do atraso na conclusão da nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP). Houve progressos significativos na aplicação das reformas estruturais no âmbito do programa, embora muitas medidas tenham levado mais tempo que o programado, como por exemplo a criação de um gabinete de

informação de crédito. As reformas também reforçaram a gestão financeira pública (sobretudo as funções de contabilidade e tesouraria) e a capacidade de supervisão do banco central. Contudo, o mecanismo de reajuste automático dos preços dos produtos petrolíferos ainda não foi adoptado em vista das preocupações das autoridades com os possíveis efeitos sociais adversos da remoção dos subsídios implícitos aos preços desses produtos. As autoridades esperam finalizar a nova ENRP no início de 2012.

**9. A versão revista das perspectivas macroeconómicas de médio prazo traça um quadro de menor crescimento, défices mais alargados da conta corrente e uma**

**trajectória de desinflação mais gradual que o cenário apresentado no último relatório do corpo técnico (tabela do texto).** O ritmo de recuperação do crescimento e a evolução do défice da conta corrente reflectem as perspectivas revistas para os investimentos públicos e privados com financiamento externo, inclusive os desembolsos esperados dos empréstimos concessionais oficiais de Angola, Portugal, Nigéria e Guiné Equatorial. Entre os projectos financiados por IDE figuram a construção de um terminal de combustíveis

e a reabilitação do porto e do aeroporto. As perspectivas para a inflação reflectem o declínio projectado dos preços dos produtos de base não combustíveis no médio prazo. O ritmo de recuperação está sujeito a riscos decorrentes das persistentes dificuldades financeiras na Europa. Uma recessão prolongada na Europa (e especialmente em Portugal) provavelmente travaria o crescimento em S. Tomé e Príncipe por causa do seu impacto sobre o IDE, o turismo e as remessas.

### S. Tomé e Príncipe – Principais Indicadores Económicos, 2010-16

	Efectivo	EBS/10/22				Perspectivas revistas					
	2010	2010	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Crescimento do PIB real (%)	4,5	6,0	6,5	6,5	6,5	4,9	5,5	6,0	6,0	24,4	4,6
Inflação (fim de período, %)	12,9	9,0	6,0	5,0	5,0	12,0	6,0	4,0	3,0	3,0	3,0
Saldo primário interno (% do PIB)	-4,1	-4,7	-3,8	-3,2	-2,7	-3,5	-3,3	-3,2	-3,1	-5,9	-5,9
Défice da conta corrente, incl. donativos (% do PIB)	-30,6	-31,5	-33,0	-32,6	-33,3	-30,0	-27,8	-28,0	-27,5	-24,6	-28,6
Reservas intern. brutas utilizáveis (milhões de USD)	37,9	42,1	69,8	71,1	77,3	34,6	34,8	43,7	49,9	69,8	92,6
em meses de importações	4,5	5,4	6,5	6,0	6,0	4,4	4,2	4,5	4,9	5,5	5,5

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

## CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E ESTABILIDADE MACROECONÓMICA

**10. Após a adopção do regime de taxa de câmbio fixa, a política orçamental passou a ser o principal instrumento das autoridades para alcançar o equilíbrio macroeconómico sustentável.** O desempenho das contas públicas sofreu uma derrapagem em 2009, mas melhorou em 2010 e 2011 (Figura 2). Verificou-se um forte agravamento do défice primário interno em 2009 — sobretudo por causa das despesas de investimento financiadas pelo Tesouro — mas este défice diminuiu em 2010 em decorrência do aumento da arrecadação. As receitas fiscais subiram 2 p.p. do PIB, principalmente por causa do pagamento dos atrasados dos

impostos sobre combustíveis pela empresa de importação de combustíveis (ENCO). Do lado da despesa, o governo conteve a despesa primária interna ao limitar os gastos em projectos de desenvolvimento financiados pelo Tesouro e em bens e serviços. Estima-se que o défice primário interno tenha caído ainda mais em 2011 em razão da contínua contenção de despesas.

**11. O défice orçamental global apresentou enormes flutuações, como reflexo da volatilidade dos donativos para projectos.** Nos últimos três anos, diante da insuficiência de donativos para projectos, as

autoridades recorreram aos empréstimos externos em condições concessionais para financiar parte do programa de investimento público.

**12. As reformas recentes procuraram alargar as receitas fiscais.** Entre as medidas específicas para o efeito figuram uma estrutura mais progressiva do IRS (2009), uma simplificação do IRC, em que foram abolidas as taxas múltiplas e a taxa marginal máxima de 45% em favor de uma taxa única de 25% (2010), a retenção na fonte dos impostos devidos por prestadores de serviços (2009) e o fortalecimento da administração fiscal (com a intensificação das fiscalizações e o maior rigor na cobrança dos atrasados fiscais). Segundo as autoridades, é preciso dar mais tempo antes de avaliar o impacto das mudanças recentes nos impostos directos e dos seus esforços para fortalecer a administração fiscal. Ao mesmo tempo, expressaram a sua determinação em continuar a fortalecer a administração das receitas fiscais e aduaneiras.

#### S. Tomé e Príncipe: Rácios de Receita Fiscal (percentagem do PIB)

	2008	2009	2010	2011
Total da receita fiscal	15,2	14,5	16,6	15,9
Impostos directos	4,0	4,5	4,1	4,8
Impostos indirectos	11,2	10,0	12,5	11,1
d/q: Imp. s/combustíveis	3,6	1,3	3,7	2,3
Receita fiscal ajustada 1/	15,2	15,8	15,5	15,9
d/q: Impostos indirectos	11,2	11,3	11,3	11,1
1/ Os impostos indirectos foram ajustados de modo a atribuir os impostos sobre combustíveis recolhidos em 2009 e 2010 ao ano a que se referem.				

**13. Os atrasados cruzados entre o governo, a EMAE e a ENCO ainda são um problema.** Em 2009 e 2010, o governo regularizou os seus atrasados com a EMAE. Isto ajudou a EMAE a reduzir o saldo da sua dívida com a ENCO relativamente ao

fornecimento de combustíveis, e permitiu à ENCO regularizar os seus atrasados relativos aos impostos sobre combustíveis com o Tesouro. Contudo, no primeiro semestre de 2011, os governos regionais e locais acumularam 1,4% do PIB em contas vencidas com a EMAE, apesar da maior afectação de recursos do orçamento de 2011 para efectuar estes pagamentos. Por sua vez, a dívida da EMAE com a ENCO relativamente ao fornecimento de combustíveis ascendeu a 4,7% do PIB no final de Junho de 2011. A ENCO também acumulou atrasos no pagamento do imposto sobre combustíveis ao Estado no primeiro semestre de 2011, no montante de 0,3% do PIB. Isso equivale, *grossomodo*, aos prejuízos líquidos acumulados da ENCO decorrentes da diferença entre os preços administrados de retalho dos produtos petrolíferos e os preços "reais" (que reflectem os custos de importação, impostos e margens de distribuição).

**14. O corpo técnico instou as autoridades a garantir que os governos regionais e locais regularizem os seus atrasados com a EMAE no segundo semestre de 2011.** O corpo técnico sugeriu que parte das transferências do governo central aos municípios fosse redireccionada para o pagamento das contas vencidas de serviços de utilidade pública. Se não for aplicada uma restrição orçamental rígida às autoridades regionais e locais, as receitas do imposto sobre combustíveis provavelmente ficarão abaixo do previsto, e o défice primário interno de 2011 será maior que o planeado. O corpo técnico também instou as autoridades a incluir no orçamento de 2012 previsões mais realistas dos gastos com serviços de utilidade pública.

**15. A discussão do orçamento de 2012 inseriu-se no contexto do objectivo de médio prazo do governo de estabilizar o défice primário interno em 2–3% do PIB.**

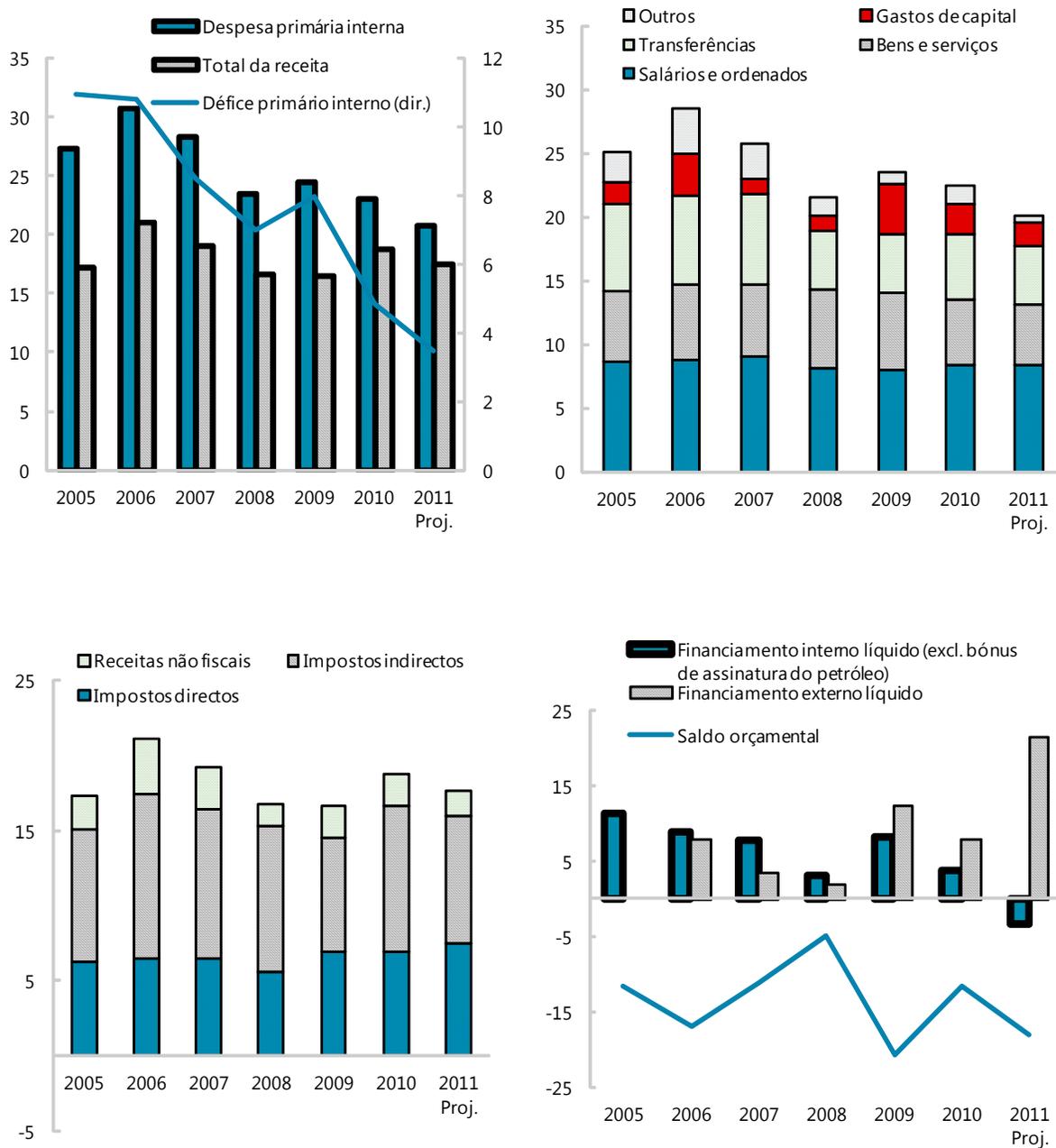
Este nível de défice pode ser financiado através de meios não criadores de dívida, tais como as transferências da CNP e donativos em apoio ao orçamento. No médio prazo, o objectivo do governo é mobilizar um volume suficiente de receitas internas para, no mínimo, cobrir as despesas correntes.

**16. O orçamento de 2012 submetido à Assembleia Nacional objectiva baixa o défice primário interno para 3,2% do PIB.**

Isto seria conseguido com esforços constantes para mobilizar mais receitas internas através da fiscalização do cumprimento da legislação

fiscal e da maior eficiência nas administrações fiscal e aduaneira. O governo tem planos de controlar os gastos mantendo a massa salarial fixa em termos reais e dando prioridade a gastos com outros bens e serviços e com transferências, para manter a despesa primária interna em linha com os recursos disponíveis. O governo indicou que daria continuidade às reformas da gestão financeira pública, com ênfase nas melhorias na monitorização e no reporte da execução orçamental e na publicação das contas públicas. O défice previsto para 2012 é compatível com o financiamento disponível não criador de dívida, inclusivamente os donativos em apoio ao orçamento esperados do Banco Mundial e do Gabão.

**Figura 2. S. Tomé e Príncipe: Indicadores Orçamentais 2005–11**



1/Incl. donativos, excl. bônus assin. petr. e alívio HIPC.

Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

**17. O corpo técnico aconselhou o governo a aplicar medidas para robustecer as receitas dos direitos aduaneiros e impostos sobre combustíveis.** Observando o destacado poder discricionário ministerial na concessão de isenções de direitos aduaneiros, o corpo técnico instou o governo a ser menos pródigo na concessão dessas isenções. As autoridades afirmaram que iriam realizar um exame minucioso das isenções. Relativamente aos impostos sobre combustíveis, o corpo técnico observou que reajustes mais frequentes dos preços no retalho, que acompanhassem as oscilações nos preços mundiais, reduziriam o risco de atrasos nos pagamentos desses impostos. O governo informou que está a consultar a ENCO com vista a definir um plano de acção para flexibilizar a definição dos preços dos produtos petrolíferos e, assim, reduzir os onerosos subsídios implícitos.

**18. As autoridades adoptaram uma estratégia de médio prazo para transformar a EMAE numa empresa comercialmente viável.** Esta estratégia assenta num estudo do Banco Mundial e da CFI e prevê os seguintes elementos básicos: i) reforço da gestão (inclusive com a opção de participação do sector privado); ii) reforço da cobrança das facturas (p. ex., através da instalação de medidores pré-pagos); iii) investimentos faseados na produção, transmissão e distribuição e iv) aumento gradual das tarifas para torná-las compatíveis com os custos. As autoridades salientaram que a componente de investimento será fundamental para colmatar as deficiências técnicas que têm conduzido a enormes perdas (equivalentes a cerca de 30% da electricidade gerada) durante o processo de geração e transmissão. O custo de implementação da estratégia foi estimado em cerca de USD 20 milhões no médio prazo.

## REFORÇO DA GESTÃO MONETÁRIA E DA ESTABILIDADE FINANCEIRA

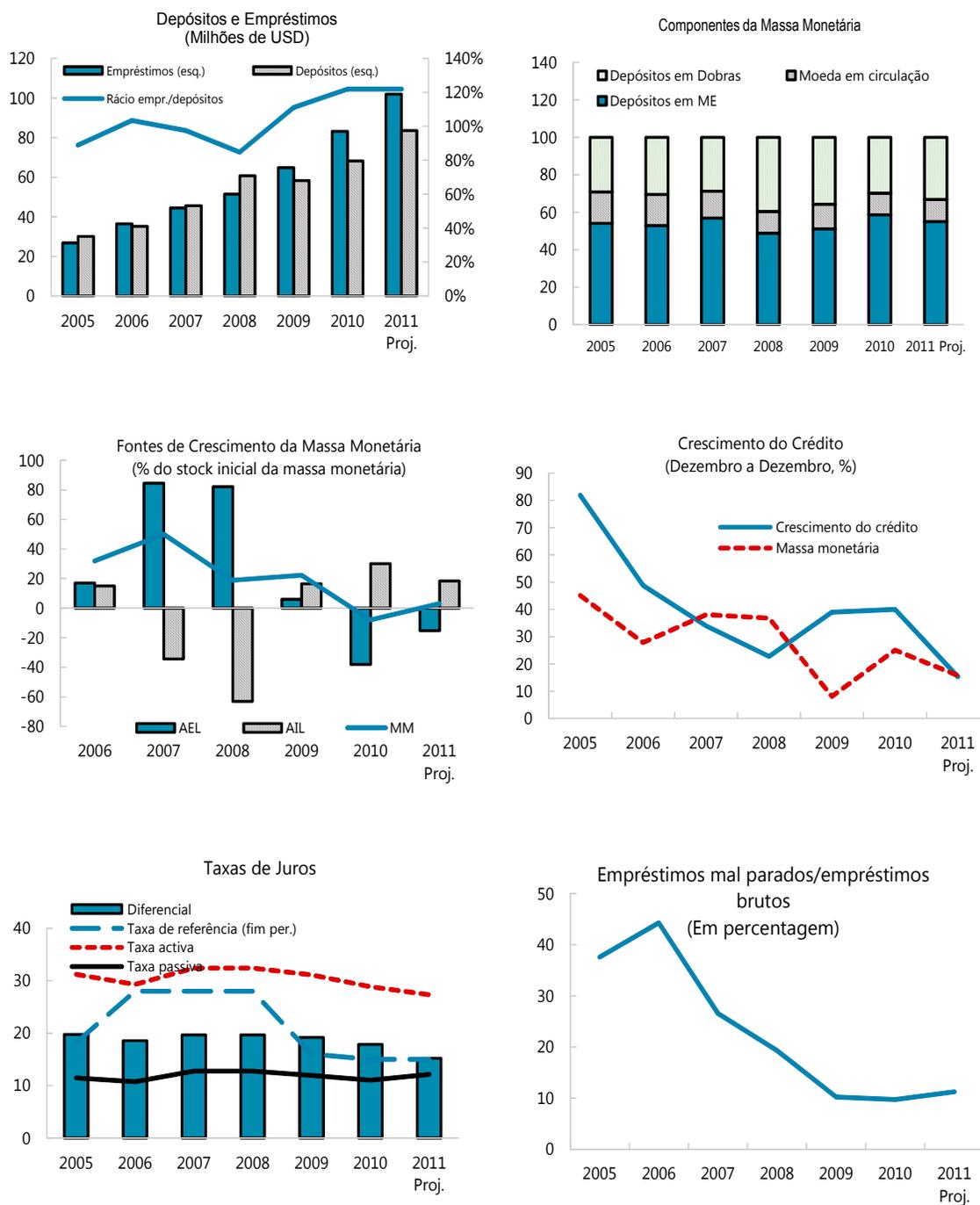
**19. Tendo em vista a margem limitada de manobra da política monetária e a rápida expansão do crédito, as autoridades estão a tomar medidas para reforçar a gestão monetária e a supervisão dos bancos.** Com a assistência técnica do FMI, o banco central adoptou um quadro de gestão da liquidez que visa melhorar a monitorização e a previsão das condições de liquidez. O BCSTP também está a acompanhar atentamente os indicadores de solidez financeira para assegurar uma melhor supervisão dos bancos.

**20. O sistema financeiro de S. Tomé e Príncipe é pouco desenvolvido e altamente**

**dolarizado.**<sup>2</sup> Ele é dominado pelo sistema bancário, que congrega o banco central, um grande banco comercial e seis bancos pequenos. Os depósitos em moeda estrangeira representam até 60% do stock da massa monetária, e cerca de 70% dos empréstimos concedidos pelos bancos comerciais ao sector privado são expressos em moeda estrangeira (Figura 3).

<sup>2</sup> As moedas estrangeiras mais utilizadas são o dólar norte-americano e o euro.

**Figura 3. S. Tomé e Príncipe: Evolução da Moeda e do Crédito**



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

**21. O banco central está a tomar medidas para “desdolarizar” o sistema financeiro.** O BCSTP eliminou gradativamente a sua função na compensação de cheques em moeda estrangeira e alterou a regulamentação sobre as reservas mínimas de caixa dos bancos comerciais. A partir de Março de 2010, o BCSTP passou a exigir que todas as RMC fossem mantidas em Dobras, inclusive aquelas sobre depósitos em moeda estrangeira. Em vista das dificuldades enfrentadas pela maioria dos bancos para cumprir esta exigência, o BCSTP baixou as RMC de 24,5% para 18% sobre depósitos em Dobras e para 21% sobre depósitos em moeda estrangeira. Os bancos também foram autorizados a utilizar moedas estrangeiras para cumprir até 10% das RMC sobre depósitos em moeda estrangeira.

**22. O crescimento da massa monetária nos últimos anos tem sido impulsionado pelo crédito ao sector privado.** A expansão do crédito fez com que o rácio entre empréstimos e depósitos subisse de 70% em Dezembro de 2008 para 120% em Junho de 2011. À medida que as fontes de financiamento interno começaram a escassear, os bancos comerciais passaram a utilizar os depósitos em moeda estrangeira para custear novos empréstimos. A expansão do crédito abrandou em 2011, tendo como resultado um menor crescimento da massa monetária. As autoridades observaram que o depósito automático dos salários dos servidores públicos em contas bancárias (desde Abril de 2009), o aumento das exigências em termos de capital e a redução das RMC permitiram aos bancos elevar o volume de empréstimos. Para as autoridades, a expansão do crédito é um sinal de aumento da intermediação financeira, destacando que os bancos estão a reportar um declínio significativo nos empréstimos mal parados, de quase 45% dos empréstimos

líquidos em 2006 para cerca de 10% em meados de 2011. Mas as autoridades concordaram com o corpo técnico quanto à necessidade de reforçar a supervisão, inclusivamente a fiscalização do cumprimento das RMC.

**23. O ritmo de desinflação desde à introdução da paridade cambial tem sido mais lento que o esperado.** A missão não encontrou quaisquer elementos que indicassem efeitos de segunda ordem em 2010 e 2011 associados à subida dos preços mundiais dos alimentos e combustíveis. Em vista da forte dependência de S. Tomé e Príncipe em relação às importações — de alimentos e outros bens de consumo, inclusive — o corpo técnico concordou com as autoridades que os custos de importação são um dos principais factores a determinar a evolução dos preços internos. As autoridades acrescentaram que a capacidade portuária limitada e as frequentes quebras de equipamento nos portos impedem o fluxo constante de importações de bens de consumo, resultando em episódios de escassez. Referiram ainda que, como os alimentos representam cerca de 70% do cabaz do IPC, o aumento da produção local de alimentos ofereceria as melhores perspectivas de conter a taxa de inflação global no longo prazo.

**24. O BCSTP está a tomar medidas para reforçar a regulamentação e supervisão bancárias.** A maioria dos bancos não obtém lucros, mas os seus accionistas têm-se mostrado dispostos a cobrir os prejuízos e reforçar o capital. Tudo indica que os accionistas — na sua maioria de Angola, Nigéria e Camarões — estão dispostos a aceitar as perdas como parte do custo de manter uma presença em S. Tomé e Príncipe

na iminência de um possível *boom* do petróleo. Todos os bancos já cumpriram os requisitos mínimos de capital introduzidos em 2010 (€ 3 milhões ou USD 5 milhões para bancos comerciais e USD 7 milhões ou o seu equivalente em euros para bancos de investimento). Em 2010, o BCSTP assumiu a gestão de um banco comercial que não havia cumprido os novos requisitos mínimos de capital e apresentava deficiências na sua administração. Os accionistas retomaram o controlo do banco após este ter regularizado a situação do seu capital e empossado uma nova administração. O BCSTP solicitou a todos os bancos comerciais que apresentassem, até Dezembro de 2011, novos planos de negócios para as suas operações em S. Tomé e Príncipe. O banco central analisará até que ponto estes planos de negócios são realistas. Em vista dos riscos que a rápida expansão do crédito cria para a estabilidade financeira e da vulnerabilidade do país às tensões económicas e financeiras na Europa, o corpo técnico considera positivos os planos do BCSTP de concluir, até ao final de 2012, visitas de

inspecção aos sete bancos comerciais em actividade no país; até à altura, foram realizadas visitas de inspecção a três bancos.

**25. O Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) sobre o branqueamento de capitais colocou S. Tomé e Príncipe na lista de jurisdições não cooperantes.** Embora S. Tomé e Príncipe tenha modificado a sua Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento de Terrorismo (CBC/FT) em 2010, em concordância com as recomendações do GAFI, e tenha criado uma Unidade de Informação Financeira para fiscalizar a aplicação da referida lei, o GAFI decidiu que S. Tomé e Príncipe não havia feito progressos suficientes na monitorização das actividades de branqueamento de capitais no país. As autoridades estão a buscar assistência junto a uma série de parceiros para ajudar a retirar o nome do país desta lista. O FMI concordou em prestar assistência técnica no início de 2012, sujeito à aprovação do Comité Director do Fundo Fiduciário Especial CBC/FT.

## RUMO A UMA POSIÇÃO EXTERNA SUSTENTÁVEL

### A. Sustentabilidade da Dívida Externa

**26. Uma versão actualizada da ASD conjunta do FMI-Banco Mundial indica que S. Tomé e Príncipe ainda enfrenta um alto risco de sobreendividamento.** A assistência no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI reduziu consideravelmente a carga da dívida externa do país. Contudo, em vista da sua base de exportação limitada e forte dependência das exportações e do financiamento externo, o país é altamente vulnerável a choques externos. No cenário de base, as perspectivas melhoram após o início da produção de petróleo, em 2015. Dadas as incertezas quanto

às perspectivas de produção de petróleo, a ASD inclui um cenário alternativo não petrolífero, no qual os níveis da dívida ultrapassam em muito o limiar do rácio VAL da dívida/exportações ao longo de todo o período projectado. Para colocar o rácio dívida/PIB numa trajectória sustentável, seria necessário uma nova dose maciça de ajustamento orçamental (2% do PIB) e um nível reduzido de endividamento externo em 2013–15. O ajustamento orçamental seria conseguido com a redução das despesas de investimento financiadas pelo Tesouro, em

2013-14, e pela contenção dos gastos em 2014-15. Isto resultaria num crescimento ligeiramente menor que o previsto no cenário de base. Para aliviar o risco de sobreendividamento, o corpo técnico recomenda que as autoridades recorram sobretudo aos donativos para financiar o programa de desenvolvimento do país, acelerem as reformas para melhorar o desempenho institucional e das políticas (inclusive no que respeita à gestão da dívida) e continuem a baixar os custos das actividades comerciais, de modo a ampliar as perspectivas de crescimento sustentado do sector não petrolífero.

## B. Avaliação da Taxa de Câmbio e Competitividade Internacional

**28. Sem o petróleo, a conta corrente de S. Tomé e Príncipe seria insustentável e, na avaliação do corpo técnico, a taxa de câmbio real estaria um pouco sobrevalorizada.** Nos últimos anos, o IDE, os bónus de assinatura do petróleo e os empréstimos concessionais ajudaram a financiar um forte aumento do défice da conta corrente. Estes fluxos financiaram um incremento das importações de bens de consumo e de investimento. Parte do IDE contribuiu para o fomento da produção e exportação de cacau, mas a partir de uma base muito pequena. A evolução da taxa de câmbio real nas duas últimas décadas revela uma forte depreciação real na primeira metade da década de 90, seguida de ligeiras flutuações sem uma tendência definida; assim, não há indícios claros de problemas de competitividade associados à taxa de câmbio real. Estimativas do desalinhamento da taxa de câmbio semelhantes às utilizadas pelo CGER produzem resultados que variam de uma sobrevalorização de 37% a uma subvalorização

**27. As autoridades concordaram com o teor geral dos pressupostos e das recomendações da ASD.** Reiteraram o seu compromisso de recorrer principalmente a donativos para financiar o programa de investimento público (PIP). Salientaram, porém, que o apoio ao crescimento e à diversificação exigiria a mobilização de recursos suficientes para executar o PIP; se o financiamento disponível na forma de donativos não for suficiente, talvez seja inevitável contrair alguns empréstimos. As autoridades indicaram que o eventual endividamento seria contraído em condições altamente concessionais, com um elemento concessional mínimo de 50%.

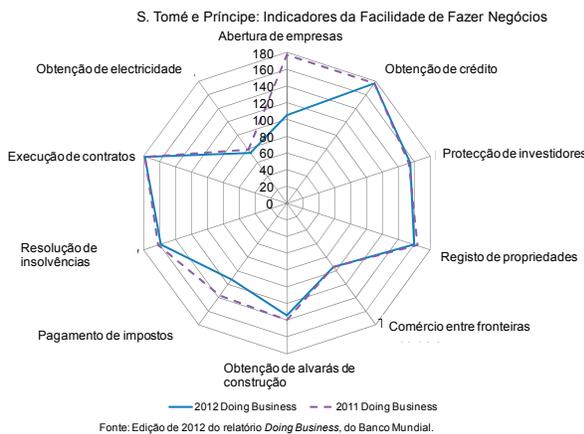
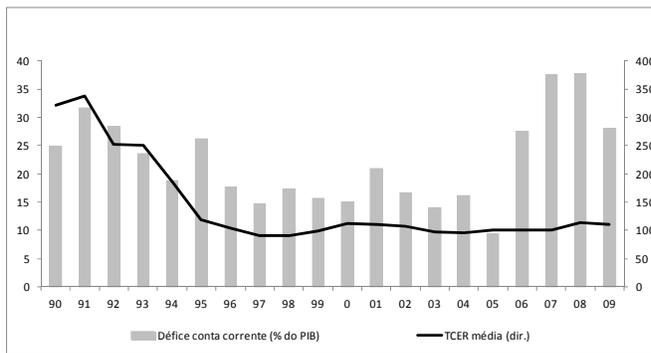
de 20% (Apêndice I). Na média, embora as estimativas quantitativas sejam inconclusivas, a persistente inflação elevada em S. Tomé e Príncipe em comparação à zona do euro conduziria à sobrevalorização da taxa de câmbio real e à perda de competitividade internacional.

**29. As autoridades conseguiram realizar melhorias sensíveis no clima de investimento.** A edição de 2012 do relatório *Doing Business* do Banco Mundial (publicado em Outubro de 2011) destaca S. Tomé e Príncipe como um dos países que mais realizaram reformas em 2011. As áreas que apresentaram maiores avanços foram “abertura de empresas” e “pagamento de impostos”, em que S. Tomé e Príncipe melhorou a sua classificação em 73 e 24 lugares, respectivamente. Na classificação geral, S. Tomé e Príncipe passou de 174 para 163 de um total de 183 países. As autoridades simplificaram o processo de abertura de empresas ao instituir um balcão único de

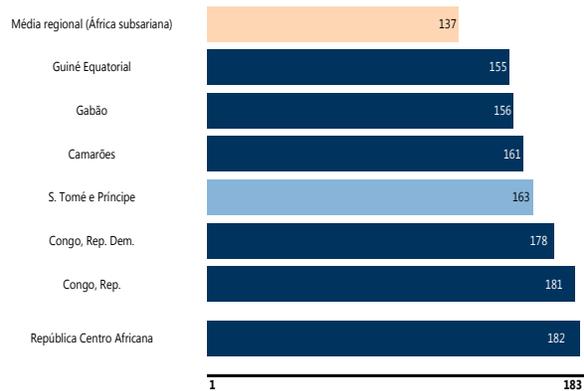
atendimento aos investidores e ao eliminar uma série de exigências de licenciamento e capital mínimo necessário para abrir uma grande variedade de negócios. De referir outras medidas específicas, como a diminuição do tempo necessário para obter alvarás de construção e a redução dos impostos sobre a transferência de propriedades. Durante as

discussões, para além de destacar estes avanços, as autoridades reconheceram que há margem para novas melhorias no clima de investimento, nomeadamente a modernização das infra-estruturas físicas do país (porto, aeroporto, estradas) e a reforma do sector energético.

**S. Tomé e Príncipe: Avaliação da TCER, 1990-2010**

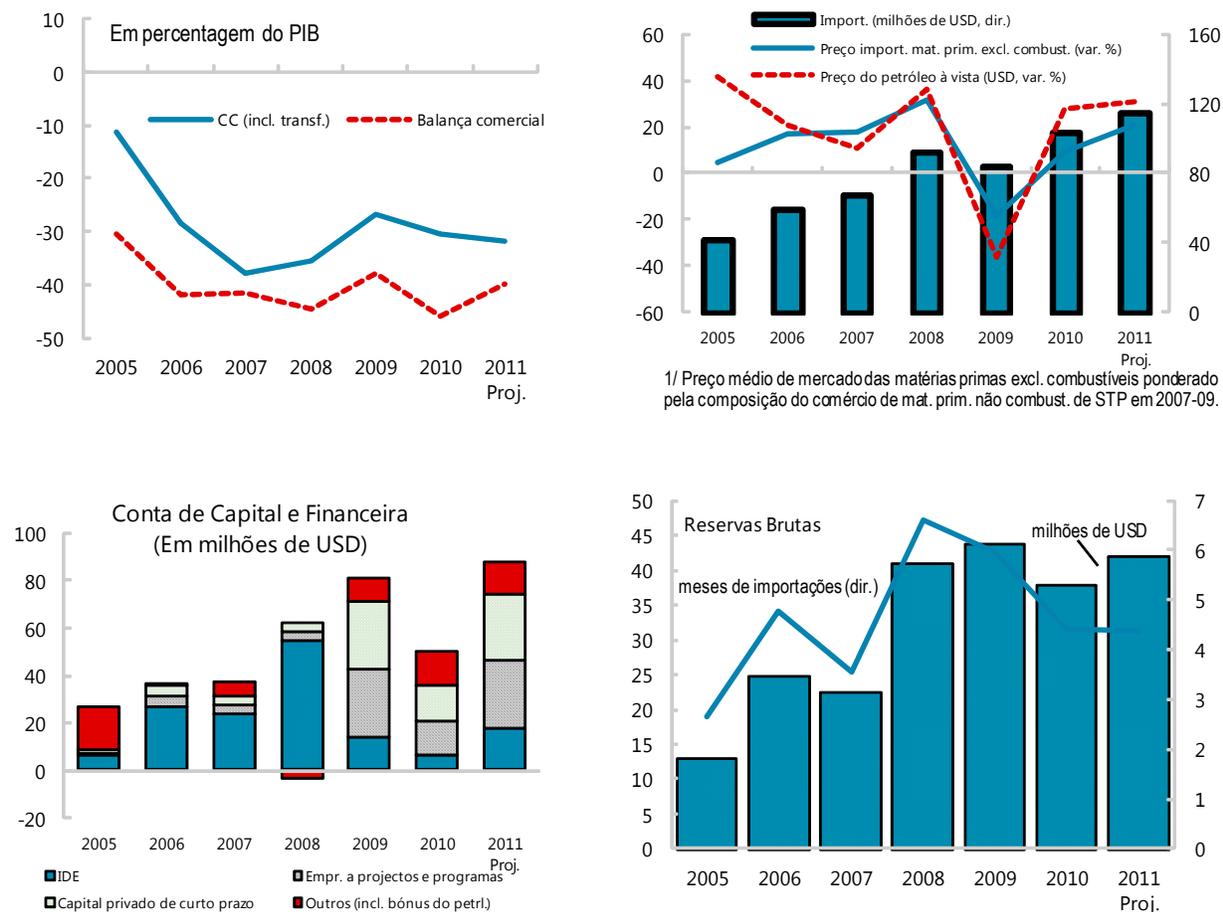


S. Tomé e Príncipe e Países Comparáveis: Classificação segundo a Facilidade de Fazer Negócios



Fonte: Base de dados *Doing Business*, do Banco Mundial.

**Figura 4. S. Tomé e Príncipe: Sector Externo 2005–11**



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

## REDUÇÃO DA POBREZA, DADOS E CAPACITAÇÃO

**30. O governo espera publicar a nova versão Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) no início de 2012.** A nova estratégia substituirá a ENRP formulada em 2002, que foi actualizada em 2005 por um Programa de Acções Prioritárias (PAP), para o triénio 2006-08. Uma avaliação da implementação do PAP atribuiu a baixa taxa de execução dos projectos previstos à instabilidade política (com mudanças frequentes no governo e reformulações nos ministérios), à ajuda externa abaixo do esperado e à falta de internalização dos quadros de avaliação e monitorização pelos ministérios sectoriais.<sup>3</sup> Relativamente à nova estratégia, as autoridades indicaram que gostariam de contar com a plena adesão de uma ampla variedade de grupos interessados.

**31. Espera-se que os principais objectivos da nova estratégia sejam similares aos da antiga ENRP.** As autoridades realçaram os seguintes elementos básicos:

- Manter a estabilidade macroeconómica, enquanto aumentam os investimentos em infra-estrutura para sustentar o crescimento económico acelerado e de base ampla.
- Promover a agricultura, a pesca e o turismo como motores do crescimento, da criação de empregos e da redução da pobreza.
- Melhorar o acesso da população aos serviços sociais básicos, inclusive de educação e saúde.

- Combater a corrupção e melhorar a boa governação de instituições e entidades públicas.
- Tratar das questões da segurança alimentar, adaptação às mudanças climáticas e vulnerabilidade aos desastres naturais.

**32. A ENRP actualizará o perfil da pobreza de S. Tomé e Príncipe.** O inquérito aos agregados familiares de 2001 estimou que a incidência de pobreza em S. Tomé e Príncipe é de 54%. As autoridades lembraram que receberão assistência técnica do PNUD para analisar os resultados de um inquérito aos agregados familiares que foi concluído em 2010 e que este trabalho servirá de base para a actualização do perfil de pobreza do país.

**33. Os progressos na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram desiguais** (Tabela 10). S. Tomé e Príncipe está a avançar na consecução das metas de ensino primário universal, redução da mortalidade infantil e erradicação da malária até 2015. As autoridades também esperam realizar progressos significativos no combate ao HIV/SIDA e na igualdade de género. Contudo, é pouco provável que o país cumpra a meta de erradicação da pobreza e da fome.

**34. A capacidade de gestão macroeconómica de S. Tomé e Príncipe ainda é baixa.** As autoridades estão a receber auxílio de diversos parceiros visando ao reforço da gestão financeira pública (Banco Mundial, FMI), administrações fiscal e aduaneira (EUA), supervisão bancária (FMI), análise macrofinanceira (Portugal), gestão da liquidez do banco central (FMI) e estatísticas (FMI). A assistência técnica a ser prestada pelo FMI em 2012 prevê o apoio à capacitação nas

<sup>3</sup> Ver o Relatório Anual de Progresso da implementação da ENRP, de 2008.

áreas de administração da receita, CBC/FT, estatísticas de finanças públicas e da balança de pagamentos.

**35. Os dados transmitidos ao corpo técnico são, na generalidade, apropriados**

**para fins de supervisão.** Todavia, as estatísticas das contas nacionais e do sector externo são bastante deficientes.

## AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

**36. O aumento do financiamento externo de fontes regionais ajudou S. Tomé e Príncipe a se recuperar do impacto da crise financeira mundial de 2008.**

Em particular, os investimentos da Sonangol no porto e no aeroporto compensaram em parte o adiamento de outros projectos por causa das dificuldades de financiamento enfrentadas pelos investidores europeus. Os empréstimos concessionais e donativos dos países vizinhos também ajudaram as autoridades a executar o seu programa de investimento público. Mesmo assim, em vista dos fortes vínculos comerciais e de investimento com a Europa, a recuperação de S. Tomé e Príncipe está sujeita a riscos decorrentes das prolongadas dificuldades económicas e financeiras no continente europeu.

**37. O corpo técnico considera positivo o projecto de orçamento de 2012 das autoridades, que parte dos progressos feitos em 2010 e 2011 em termos de consolidação orçamental.**

A consolidação das finanças públicas será conseguida com a contenção dos gastos discricionários de baixa prioridade, aliada à continuidade dos esforços para alargar as receitas internas. No médio prazo, o corpo técnico recomenda que sejam tomadas novas medidas para alargar as receitas internas e para romper o ciclo de atrasados internos cruzados. A limitação das isenções de direitos aduaneiros e adopção de um mecanismo de reajuste automático de preços para transferir para os preços no retalho as variações nos preços internacionais dos combustíveis contribuiriam para

robustecer as receitas. Para romper o ciclo de atrasados cruzados, será preciso orçamentar com mais realismo as contas de serviços de utilidade pública do Estado, impor uma restrição orçamental rígida aos governos regionais e locais e promover reformas para transformar a EMAE numa empresa comercialmente viável.

**38. As autoridades precisam de manter políticas muito prudentes de endividamento externo para atenuar o alto risco de sobreendividamento.**

Nos últimos anos, as autoridades acumularam um grande volume de nova dívida externa para compensar a insuficiência dos donativos para projectos. O corpo técnico aconselhou o governo a abrandar o ritmo de contratação de novos empréstimos e passar a recorrer sobretudo aos donativos para financiar o programa de investimento público. Se for estritamente necessário contrair novos empréstimos, o governo deverá fazê-lo apenas em condições altamente concessionais; a aderência ao princípio de um elemento concessional mínimo de 50% — um compromisso assumido pelas autoridades no âmbito do programa apoiado pela ECF — ajudaria a atenuar o risco de sobreendividamento.

**39. A rápida expansão do crédito e a vulnerabilidade às tensões económicas e financeiras na Europa representam riscos para as reservas internacionais e a estabilidade financeira.** Este cenário exige vigilância redobrada do BCSTP. O corpo técnico saúda o compromisso do banco

central de reforçar a gestão monetária e a supervisão bancária.

**40. São de louvar os esforços feitos pelas autoridades para melhorar o clima de investimento.** O corpo técnico destaca os progressos obtidos na melhoria do enquadramento jurídico — tais como as medidas para facilitar a abertura de empresas, obter alvarás de construção e o registo de propriedades — e as medidas tomadas para modernizar o porto e o aeroporto. É preciso fazer mais progressos na reabilitação das infra-estruturas básicas e garantir o suprimento

ininterrupto de energia, com vistas a fomentar o crescimento do produto e das exportações.

**41. Propõe-se que as próximas consultas com S. Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV ocorram dentro de 24 meses, em conformidade a decisão sobre os ciclos de consultas (Decisão No. 14747-(10/96), de 28 de Setembro de 2010).**

**Tabela 1. S. Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2007–16**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.		Projectões				
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)										
<b>Rendimento nacional e preços</b>										
PIB a preços constantes	6,0	9,1	4,0	4,5	4,9	5,5	6,0	6,0	24,4	4,6
Preços no consumidor										
Fim do período	27,6	24,8	16,1	12,9	12,0	6,0	4,0	3,0	3,0	3,0
Média do período	18,6	32,0	17,0	13,3	12,4	8,8	5,0	3,5	3,0	3,0
<b>Comércio externo</b>										
Exportações de bens e serviços não factoriais	-22,0	49,6	3,1	9,5	10,2	12,3	12,1	12,9	497,8	0,5
Importações de bens e serviços não factoriais	3,5	25,4	-5,7	22,4	4,4	7,4	10,5	7,9	39,9	8,5
Taxa de câmbio (dobras por USD; fim do período) <sup>1</sup>	14.362	15.228	16.814	18.336	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	1,3	20,0	-6,3	1,9	...	...	...	...	...	...
<b>Moeda e crédito</b>										
Base monetária	50,0	18,9	22,3	-7,9	-3,5	18,6	15,4	12,2	14,9	10,0
Massa monetária (M3)	38,1	36,8	8,2	25,1	15,8	14,7	13,5	11,9	15,1	10,0
Crédito à economia	33,9	22,8	39,1	40,0	12,2	9,2	7,6	7,6	11,8	8,2
Velocidade (PIB/M3 média)	2,6	2,6	2,8	2,6	2,7	2,8	2,7	2,7	3,0	2,9
Taxa de juros de referência do BCSTP (%)	28,0	28,0	16,0	15,0	...	...	...	...	...	...
Taxa de juro activa (%)	32,4	32,4	29,3	26,8	...	...	...	...	...	...
Taxa de juro passiva (%)	12,8	12,8	10,8	12,4	...	...	...	...	...	...
<b>Finanças públicas</b> (Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)										
Total da receita, donat. e bônus de assinatura do petr. <sup>2</sup>	165,5	45,4	31,2	38,1	30,0	37,1	26,8	26,1	34,9	32,8
D/q: receita fiscal	16,4	15,2	14,5	16,6	15,9	16,0	16,0	16,0	14,2	14,3
receita não fiscal	2,8	1,5	2,1	2,2	1,7	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5
donativos	126,6	28,7	14,6	19,3	12,4	10,9	9,4	8,7	4,9	3,7
bônus de assinatura do petróleo	19,8	0,0	0,0	0,0	0,0	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0
receitas do petróleo	...	...	...	...	...	...	...	...	14,3	13,2
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	40,1	31,2	49,8	49,1	47,4	37,3	32,8	31,6	26,5	25,5
D/q: custos com pessoal	8,9	8,1	7,9	8,3	8,3	8,1	8,0	8,1	7,1	7,2
desp. corrente excl. juros e custos c/pessoal	15,7	12,1	11,7	11,1	9,9	9,5	9,6	9,5	8,2	8,0
gastos de capital custeados pelo Tesouro	1,1	1,3	4,0	2,3	1,8	1,9	2,0	2,0	5,6	5,9
gastos de capital custeados por doadores	10,4	6,9	24,5	26,3	25,9	16,5	11,9	10,9	4,8	3,6
Saldo primário interno <sup>3</sup>	-8,5	-7,0	-8,0	-4,1	-3,5	-3,3	-3,2	-3,1	-5,9	-5,9
Saldo global (base de compromissos)	125,4	14,2	-18,6	-11,0	-17,4	-0,3	-5,9	-5,5	8,4	7,3
<b>Sector externo</b>										
Saldo da conta corrente										
Incl. transferências oficiais	-38,4	-36,8	-26,9	-30,6	-30,0	-27,8	-28,0	-27,5	-24,6	-28,6
Excl. transferências oficiais	-49,4	-49,4	-42,5	-52,1	-42,8	-39,0	-38,3	-37,0	-28,8	-30,8
VA da dívida externa	11,8	10,5	18,4	33,7	31,8	31,3	29,8	29,5	23,9	23,1
Serviço da dívida externa (% das export.) <sup>4</sup>	4,6	3,0	8,0	1,5	13,4	14,3	14,0	12,5	2,4	2,0
Export. de bens e serv. não factoriais (milhões de USD)	13,4	20,0	20,6	22,6	24,9	27,9	31,3	35,4	211,4	212,5
Reservas internacionais brutas <sup>5,6,7</sup>										
Meses de import. de bens e serviços não factoriais <sup>8</sup>	3,5	6,6	5,9	4,5	4,4	4,2	4,5	4,9	5,5	5,5
Milhões de USD	22,5	40,9	43,7	37,9	34,6	34,8	43,7	49,9	69,8	92,6
Como proporção de M2 (%)	97	114	130	120	98	84	83	82	76	73
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD) <sup>9</sup>	14,9	12,1	9,8	7,9	6,3	31,1	25,1	20,2	68,6	115,8
<b>Por memória:</b>										
<b>PIB</b>										
Mil milhões de dobras	1.953	2.696	3.185	3.719	4.376	5.165	5.839	6.508	8.315	8.886
Milhões de USD	144	183	196	201	254	297	334	369	468	496
Conta de privatização (milhões de USD)	0	21	6	0,7	0	0	0	0	0	0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> O ponto médio da taxa do BCSTP.<sup>2</sup> Inclui o alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI.<sup>3</sup> Excl. receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pgtos. de juros programados e gastos de capital com financiamento externo.<sup>4</sup> Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida ao abrigo das iniciativas HIPC e MDRI.<sup>5</sup> As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.<sup>6</sup> Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.<sup>7</sup> Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.<sup>8</sup> Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.<sup>9</sup> Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bônus relativos ao Bloco 6.

**Tabela 2. S. Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2007–16**  
(Mil milhões de Dobras)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projectções				
<b>Total da receita e donativos</b>	<b>3233</b>	<b>1225</b>	<b>995</b>	<b>1417</b>	<b>1315</b>	<b>1915</b>	<b>1565</b>	<b>1698</b>	<b>2900</b>	<b>2911</b>
Total da receita	374	451	529	698	770	899	1014	1130	1302	1403
Receita fiscal	320	411	462	617	697	826	934	1041	1182	1274
Receita não fiscal, da qual:	55	40	67	80	73	73	80	89	120	129
Programa petrolífero com a Nigéria	7	6	0	20	11	23	14	16	16	16
Donativos	2471	774	466	719	545	563	551	568	409	333
Donativos a projectos	168	165	387	686	380	401	481	498	398	318
Donativos não destinados a projectos	21	93	13	5	132	128	70	71	0	0
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC <sup>1</sup>	2282	516	66	28	32	34	0	0	11	14
Bónus de assinatura do petróleo	387	0	0	0	0	452	0	0	0	0
Receita do petróleo	...	...	...	...	...	...	...	...	1189	1175
<b>Total da despesa</b>	<b>783</b>	<b>841</b>	<b>1587</b>	<b>1824</b>	<b>2075</b>	<b>1928</b>	<b>1913</b>	<b>2058</b>	<b>2202</b>	<b>2262</b>
Despesa primária interna	533	633	783	829	911	1046	1187	1317	1774	1914
Despesa corrente	506	569	646	737	831	943	1059	1177	1295	1378
<i>D/q</i> : custos com pessoal	174	219	252	309	364	418	470	527	587	636
juros devidos	26	23	22	16	32	32	29	29	29	29
bens e serviços	112	164	195	191	209	232	252	280	305	331
transferências	140	124	144	192	202	237	272	294	325	331
Gastos de capital	226	219	907	1066	1209	950	813	840	866	843
Financiados pelo Tesouro	22	34	126	87	77	100	117	128	466	524
Financiados por fontes externas	203	185	781	979	1132	850	696	712	400	319
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	51	53	33	21	35	35	40	41	41	41
<b>Saldo primário interno</b> <sup>2</sup>	<b>-166</b>	<b>-188</b>	<b>-254</b>	<b>-152</b>	<b>-152</b>	<b>-169</b>	<b>-188</b>	<b>-203</b>	<b>-487</b>	<b>-528</b>
<b>Saldo orçamental global (base de compromissos)</b>	<b>2449</b>	<b>383</b>	<b>-592</b>	<b>-408</b>	<b>-760</b>	<b>-13</b>	<b>-347</b>	<b>-360</b>	<b>698</b>	<b>649</b>
Variação líquida nos atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estat. (redução = -)	25	46	37	-58	0	0	0	0	0	0
Atrasados externos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atrasados internos	6	21	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	20	25	37	-58	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo orçamental global (base de caixa)</b>	<b>2475</b>	<b>430</b>	<b>-555</b>	<b>-465</b>	<b>-760</b>	<b>-13</b>	<b>-347</b>	<b>-360</b>	<b>698</b>	<b>649</b>
<b>Financiamento</b>	<b>-2475</b>	<b>-430</b>	<b>555</b>	<b>465</b>	<b>760</b>	<b>13</b>	<b>347</b>	<b>360</b>	<b>-698</b>	<b>-649</b>
Externo líquido	-2461	-473	354	246	720	423	183	246	11	13
Desembolsos (projectos)	39	20	394	293	752	449	215	215	2	1
Financiamento do programa (empréstimos)	30	30	0	1	0	58	42	110	103	93
Empréstimos de curto prazo líquidos <sup>3</sup>	-213	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização programada	-2319	-530	-75	-48	-18	-67	-57	-63	-78	-65
Variação nos atrasados (capital)	-144	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reescalamentos bilaterais <sup>4,5</sup>	147	7	2	0	3	0	0	0	0	0
Economias de fluxos da HIPC	0	0	32	0	-17	-17	-16	-16	-16	-16
Interno líquido	-14	44	201	219	40	-409	164	115	-709	-662
Crédito bancário líquido ao governo	-14	-270	168	219	40	-409	164	115	-709	-662
Crédito ao sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	46	-298	148	201	2	11	55	26	-49	-50
<i>d/q</i> : Conta de privatização <sup>6</sup>	0	-312	196	13	0	0	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	-60	29	21	18	38	-421	109	88	-660	-612
Financiamento não bancário	0	313	33	0	0	0	0	0	0	0
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Por memória:</b>										
Saldo global (compromissos, incl. donativos, fluxos petrolíferos, excl. bónus petróleo)	-234	-402	-490	-216	-753	-909	-183	-246	-22	-28
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0	21	6	0	0	0	0	0	0	0
Saldo da Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD, excl. transf. ao orçamento) <sup>7</sup>	15	12	10	8	6	31	25	20	69	116

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projectções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Para 2007, inclui o alívio da dívida da AID e do BAfD ao abrigo da MDRI como stock da redução da dívida.

<sup>2</sup> Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, juros auferidos, pagamentos de juros programados e gastos de capital financiados com recursos externos.

<sup>3</sup> Para 2007, inclui a amortização de três empréstimos de USD 5 milhões desembolsados pela Nigéria em 2002–04 mediante o recebimento de bónus de assinatura do petróleo relativos aos Blocos 2–4 da Zona de Desenvolvimento Conjunto.

<sup>4</sup> Para 2007, presume acordos de reescalonamento com os credores bilaterais fora do Clube de Paris que cobrem os vencimentos correntes e o stock de atrasados.

<sup>5</sup> Para 2007, inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como stock da redução da dívida.

<sup>6</sup> Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

<sup>7</sup> Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.	Projeções					
<b>Total da receita e donativos</b>	<b>165,5</b>	<b>45,4</b>	<b>31,2</b>	<b>38,1</b>	<b>30,0</b>	<b>37,1</b>	<b>26,8</b>	<b>26,1</b>	<b>34,9</b>	<b>32,8</b>
Total da receita	19,2	16,7	16,6	18,8	17,6	17,4	17,4	17,4	15,7	15,8
Receita fiscal	16,4	15,2	14,5	16,6	15,9	16,0	16,0	16,0	14,2	14,3
Receita não fiscal, da qual:	2,8	1,5	2,1	2,2	1,7	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5
Programa petrolífero com a Nigéria	0,4	0,2	0,0	0,5	0,3	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2
Donativos	126,6	28,7	14,6	19,3	12,4	10,9	9,4	8,7	4,9	3,7
Donativos a projectos	8,6	6,1	12,2	18,5	8,7	7,8	8,2	7,6	4,8	3,6
Donativos não destinados a projectos	1,1	3,4	0,4	0,1	3,0	2,5	1,2	1,1	0,0	0,0
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC <sup>1</sup>	116,9	19,1	2,1	0,7	0,7	0,7	0,0	0,0	0,1	0,2
Bónus de assinatura do petróleo	19,8	0,0	0,0	0,0	0,0	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita do petróleo	...	...	...	...	...	...	...	...	14,3	13,2
<b>Total da despesa</b>	<b>40,1</b>	<b>31,2</b>	<b>49,8</b>	<b>49,1</b>	<b>47,4</b>	<b>37,3</b>	<b>32,8</b>	<b>31,6</b>	<b>26,5</b>	<b>25,5</b>
Despesa primária interna	27,3	23,5	24,6	22,3	20,8	20,3	20,3	20,2	21,3	21,5
Despesa corrente	25,9	21,1	20,3	19,8	19,0	18,3	18,1	18,1	15,6	15,5
D/q: custos com pessoal	8,9	8,1	7,9	8,3	8,3	8,1	8,0	8,1	7,1	7,2
juros devidos	1,3	0,9	0,7	0,4	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,3
bens e serviços	5,7	6,1	6,1	5,1	4,8	4,5	4,3	4,3	3,7	3,7
transferências	7,2	4,6	4,5	5,2	4,6	4,6	4,7	4,5	3,9	3,7
Gastos de capital	11,6	8,1	28,5	28,7	27,6	18,4	13,9	12,9	10,4	9,5
Financiados pelo Tesouro	1,1	1,3	4,0	2,3	1,8	1,9	2,0	2,0	5,6	5,9
Financiados por fontes externas	10,4	6,9	24,5	26,3	25,9	16,5	11,9	10,9	4,8	3,6
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	2,6	2,0	1,0	0,6	0,8	0,7	0,7	0,6	0,5	0,5
<b>Saldo primário interno</b> <sup>2</sup>	<b>-8,5</b>	<b>-7,0</b>	<b>-8,0</b>	<b>-4,1</b>	<b>-3,5</b>	<b>-3,3</b>	<b>-3,2</b>	<b>-3,1</b>	<b>-5,9</b>	<b>-5,9</b>
<b>Saldo orçamental global (base de compromissos)</b>	<b>125,4</b>	<b>14,2</b>	<b>-18,6</b>	<b>-11,0</b>	<b>-17,4</b>	<b>-0,3</b>	<b>-5,9</b>	<b>-5,5</b>	<b>8,4</b>	<b>7,3</b>
Variação líquida nos atrasados, float e discrepâncias estat. (redução = -)	1,3	1,7	1,2	-1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados externos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos	0,3	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	1,0	0,9	1,2	-1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Saldo orçamental global (base de caixa)</b>	<b>126,7</b>	<b>15,9</b>	<b>-17,4</b>	<b>-12,5</b>	<b>-17,4</b>	<b>-0,3</b>	<b>-5,9</b>	<b>-5,5</b>	<b>8,4</b>	<b>7,3</b>
<b>Financiamento</b>	<b>-126,7</b>	<b>-15,9</b>	<b>17,4</b>	<b>12,5</b>	<b>17,4</b>	<b>0,3</b>	<b>5,9</b>	<b>5,5</b>	<b>-8,4</b>	<b>-7,3</b>
Externo líquido	-126,0	-17,6	11,1	6,6	16,5	8,2	3,1	3,8	0,1	0,1
Desembolsos (projectos)	2,0	0,7	12,4	7,9	17,2	8,7	3,7	3,3	0,0	0,0
Financiamento do programa (empréstimos)	1,5	1,1	0,0	0,0	0,0	1,1	0,7	1,7	1,2	1,0
Empréstimos de curto prazo líquidos <sup>3</sup>	-10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização programada	-118,8	-19,7	-2,3	-1,3	-0,4	-1,3	-1,0	-1,0	-0,9	-0,7
Variação nos atrasados (capital)	-7,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reescalamentos bilaterais <sup>4,5</sup>	7,6	0,3	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Economias de fluxos da HIPC										
Interno líquido	-0,7	1,6	6,3	5,9	0,9	-7,9	2,8	1,8	-8,5	-7,5
Crédito bancário líquido ao governo	-0,7	-10,0	5,3	5,9	0,9	-7,9	2,8	1,8	-8,5	-7,5
Crédito ao sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	2,4	-11,1	4,6	5,4	0,0	0,2	0,9	0,4	-0,6	-0,6
d/q: Conta de privatização <sup>6</sup>	0,0	-11,6	6,2	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Nacional do Petróleo	-3,1	1,1	0,6	0,5	0,9	-8,1	1,9	1,4	-7,9	-6,9
Financiamento não bancário	0,0	11,6	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>										
Saldo global (compromissos, incl. donativos, fluxos petr., excl. bónus petr.)	-12,0	-14,9	-15,4	-5,8	-17,2	-17,6	-3,1	-3,8	-0,3	-0,3
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	1,7	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	0,0	21,0	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento) <sup>7</sup>	14,9	12,1	9,8	7,9	6,3	31,1	25,1	20,2	68,6	115,8
PIB nominal (mil milhões de dobras)	1.953	2.696	3.185	3.719	4.376	5.165	5.839	6.508	8.315	8.886

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Para 2007, inclui o alívio da dívida da AID e do BAFD ao abrigo da MDRI como stock da redução da dívida.

<sup>2</sup> Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, juros auferidos, pagamentos de juros programados e gastos de capital financiados com recursos externos.

<sup>3</sup> Para 2007, inclui a amortização de três empréstimos de USD 5 milhões desembolsados pela Nigéria em 2002–04 mediante o recebimento de bónus de assinatura do petróleo relativos aos Blocos 2–4 da Zona de Desenvolvimento Conjunto.

<sup>4</sup> Para 2007, presume acordos de reescalamento com os credores bilaterais fora do Clube de Paris que cobrem os vencimentos correntes e o stock de atrasados.

<sup>5</sup> Para 2007, inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como stock da redução da dívida.

<sup>6</sup> Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

<sup>7</sup> Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

**Tabela 4. S. Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2007–16**  
(Mil milhões de Dóbras)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projeções				
<b>Activos externos líquidos</b>	<b>857</b>	<b>1.199</b>	<b>1.228</b>	<b>998</b>	<b>852</b>	<b>1.303</b>	<b>1.343</b>	<b>1.416</b>	<b>2.710</b>	<b>4.052</b>
Reservas internacionais líquidas <sup>1</sup>	699	1.019	1.192	942	798	1.250	1.290	1.363	2.656	3.998
Reservas brutas <sup>1</sup>	775	1.111	1.284	1.052	1.105	1.564	1.605	1.662	2.938	4.240
<i>D/q</i> : Conta Nacional do Petróleo (CNP)	212	183	163	145	116	566	462	375	1.283	2.181
Depósitos em ME dos bancos comerciais	165	212	295	71	44	52	60	68	78	86
depósitos garantidos	0	0	0	23	0	0	0	0	0	0
Passivo de curto prazo	-76	-93	-91	-110	-307	-313	-314	-299	-282	-242
Outros activos externos	172	195	385	259	263	260	261	263	265	266
Outros passivos <sup>1</sup>	-14	-15	-348	-203	-209	-207	-208	-209	-211	-212
<b>Activos internos líquidos</b>	<b>-440</b>	<b>-703</b>	<b>-622</b>	<b>-439</b>	<b>-313</b>	<b>-665</b>	<b>-607</b>	<b>-589</b>	<b>-1.759</b>	<b>-3.007</b>
Crédito interno líquido	-152	-393	-211	14	82	-335	-299	-215	-1.679	-2.691
Crédito líquido ao governo	-163	-406	-232	-23	40	-377	-333	-251	-1.716	-2.728
Crédito ao governo	112	126	157	258	279	301	301	285	266	268
<i>D/q</i> : uso de DSE/PRGF	69	82	113	211	233	254	255	238	220	221
Depósitos do governo	-274	-532	-389	-281	-239	-678	-634	-535	-1.982	-2.996
Ordinários	-13	-89	-42	-26	-31	-20	-79	-67	-606	-722
<i>D/q</i> : recursos da Iniciativa HIPC	-8	-5	-1	-1	0	0	0	0	0	0
Recursos de contrapartida	-8	-22	-30	-43	-32	-32	-32	-32	-32	-32
Moeda estrangeira	-253	-420	-318	-211	-176	-626	-523	-436	-1.344	-2.242
<i>D/q</i> : CNP	-212	-183	-163	-145	-116	-566	-462	-375	-1.283	-2.181
Créditos aos bancos comerciais	1	1	1	9	9	9	0	0	0	0
Crédito a outros sectores	10	13	20	28	33	33	35	36	37	38
Certificados de depósito do banco central	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras rubricas (líquidas)	-288	-311	-411	-454	-395	-330	-308	-374	-80	-316
<b>Base monetária</b>	<b>417</b>	<b>496</b>	<b>606</b>	<b>558</b>	<b>538</b>	<b>638</b>	<b>737</b>	<b>827</b>	<b>950</b>	<b>1.046</b>
Emissão de moeda	126	141	167	191	167	198	228	256	294	324
Reservas bancárias	291	355	439	367	372	441	509	571	656	722
<i>D/q</i> : moeda nacional	126	143	144	297	328	388	448	503	578	636
moeda nacional	165	212	295	71	44	52	60	68	78	86
<b>Por memória:</b>										
Reservas internacionais brutas (milhões de USD)	54,0	73,0	76,3	56,6	60,0	85,9	91,2	90,2	158,2	226,7
excl. CNP e depósitos garantidos	39,2	60,9	66,7	47,6	53,7	54,8	65,0	69,8	89,2	110,1
Reservas internacional líquidas (milhões de USD)	48,7	66,9	70,9	50,7	43,3	68,7	73,3	73,9	143,0	213,8
<i>D/q</i> : Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	14,8	12,0	9,7	7,8	6,3	31,1	26,3	20,3	69,1	116,6
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reservas internacionais líq. (em milhões de USD; excl. CNP)	33,9	54,9	61,2	41,7	37,0	37,6	47,1	53,6	74,0	97,2
<i>D/q</i> : Reservas dos bancos comerciais em ME	11,5	13,9	17,5	3,8	2,4	2,9	3,4	3,7	4,2	4,6
Reservas internacionais líquidas utilizáveis										
em milhões de USD	22,5	40,9	43,7	37,9	34,6	34,8	43,7	49,9	69,8	92,6
em meses de importações	3,5	6,6	5,9	4,5	3,8	4,2	4,5	4,9	5,5	5,5
Base monetária (variação percentual anual)	50,0	18,9	22,3	-7,9	-3,5	18,6	15,4	12,2	14,9	10,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

**Tabela 5. S. Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2007–16**  
(Mil milhões de Dobras)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projeções				
<b>Activos externos líquidos</b>	<b>1.030</b>	<b>1.418</b>	<b>1.279</b>	<b>1.364</b>	<b>1.158</b>	<b>1.561</b>	<b>1.579</b>	<b>1.775</b>	<b>3.072</b>	<b>4.417</b>
Banco central	857	1.199	1.228	998	852	1.303	1.343	1.416	2.710	4.052
Bancos comerciais	173	219	50	367	306	258	236	359	362	364
<b>Activos internos líquidos</b>	<b>-266</b>	<b>-373</b>	<b>-148</b>	<b>50</b>	<b>480</b>	<b>316</b>	<b>551</b>	<b>608</b>	<b>-328</b>	<b>-1.398</b>
Crédito interno líquido	460	334	810	1.466	1.698	1.439	1.623	1.856	644	-173
Crédito líquido ao governo	-178	-450	-280	-60	-13	-430	-389	-309	-1.777	-2.793
Crédito ao governo	112	127	158	261	285	306	307	290	272	273
Depósitos do governo	-290	-577	-438	-321	-298	-737	-695	-599	-2.049	-3.066
Depósitos orçamentais	-13	-89	-42	-26	-31	-20	-79	-67	-606	-722
Recursos de contrapartida	-8	-22	-30	-43	-32	-32	-32	-32	-32	-32
Depósitos em moeda estrangeira	-269	-465	-366	-252	-235	-685	-584	-500	-1.411	-2.312
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-212	-183	-163	-145	-116	-566	-462	-375	-1.283	-2.181
Crédito à economia	638	784	1.090	1.526	1.711	1.870	2.012	2.165	2.421	2.620
D/q: crédito em moeda estrangeira	460	572	739	1.099	1.119	1.224	1.317	1.419	1.589	1.720
(Em milhões de USD)	32	38	44	59	61	67	75	77	86	92
Outras rubricas (líquidas)	-726	-707	-958	-1.415	-1.219	-1.123	-1.072	-1.248	-972	-1.225
<b>Massa monetária (M3)</b>	<b>764</b>	<b>1.045</b>	<b>1.130</b>	<b>1.415</b>	<b>1.637</b>	<b>1.877</b>	<b>2.130</b>	<b>2.383</b>	<b>2.743</b>	<b>3.019</b>
Moeda nacional	329	534	553	585	683	802	910	1.041	1.226	1.379
Moeda	285	429	437	562	652	765	868	994	1.171	1.317
Em circulação	109	120	149	163	181	212	241	276	324	365
Depósitos à ordem	176	309	288	399	471	553	628	719	846	952
Depósitos a prazo	43	105	116	23	31	36	41	47	56	62
Depósitos em moeda estrangeira	435	511	578	829	955	1.076	1.221	1.342	1.517	1.639
<b>Por memória:</b>										
Velocidade (rácio PIB/média de M3)	2,6	2,6	2,8	2,6	2,7	2,8	2,7	2,7	3,0	2,9
Multiplificador monetário (M3/M0)	1,8	2,1	1,9	2,5	3,0	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9
Base monetária (taxa de crescimento, 12 meses)	50,0	18,9	22,3	-7,9	-3,5	18,6	15,4	12,2	14,9	10,0
Crédito à economia (taxa de crescimento, 12 meses)	33,9	22,8	39,1	40,0	12,2	9,2	7,6	7,6	11,8	8,2
M3 (taxa de crescimento em 12 meses) <sup>1</sup>	38,1	36,8	8,2	25,1	15,8	14,7	13,5	11,9	15,1	10,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI

<sup>1</sup>Os dados monetários revistos dos bancos comerciais a partir de Janeiro de 2010 não são comparáveis às séries históricas.

**Tabela 6. S. Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2007–16**  
 (Milhões de USD)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projeções				
<b>Balança comercial</b>	<b>-60,1</b>	<b>-81,9</b>	<b>-74,6</b>	<b>-92,6</b>	<b>-98,1</b>	<b>-105,5</b>	<b>-115,6</b>	<b>-123,9</b>	<b>-20,2</b>	<b>-40,7</b>
Exportações, FOB	6,8	10,3	9,2	10,8	12,5	13,8	14,5	15,2	167,1	165,5
<i>D/q:</i> Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	152,1	150,5
cacau	2,9	5,0	5,4	4,3	5,9	6,0	6,3	6,5	6,1	5,9
reexportação	0,0	4,6	3,0	5,1	5,0	6,0	6,3	6,5	6,8	7,2
Importações, FOB	-66,9	-92,2	-83,8	-103,4	-110,6	-119,3	-130,2	-139,1	-187,3	-206,2
<i>D/q:</i> alimentos	-17,6	-24,2	-29,0	-31,8	-40,8	-44,1	-45,1	-45,3	-45,7	-47,6
produtos petrolíferos	-14,6	-22,1	-14,7	-18,4	-25,2	-29,8	-31,4	-32,6	-34,2	-35,9
Serviços e rendimentos (líquido)	-13,2	-11,7	-11,9	-15,3	-13,5	-13,4	-15,3	-15,9	-117,7	-115,4
Exportações de serviços não factoriais	6,6	9,7	11,4	11,8	12,4	14,1	16,8	20,2	44,3	46,9
<i>D/q:</i> viagens e turismo	4,9	7,7	8,9	9,2	9,6	11,2	13,7	16,8	22,4	25,0
Importações de serviços não factoriais	-25,0	-23,0	-24,8	-29,5	-28,2	-29,7	-34,5	-38,5	-61,1	-63,3
Serviços factoriais (líquido)	5,2	1,6	1,5	2,4	2,2	2,2	2,4	2,5	-100,9	-99,0
Juros devidos	-1,6	-2,5	-1,0	-0,5	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7	-0,7
Rendimento de juros da CNP	3,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,3	1,6
Transferências privadas (líquidas)	2,0	3,0	3,0	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,3	3,3
Transferências oficiais (líquidas)	15,9	23,0	30,7	43,2	32,5	33,2	34,3	35,0	19,6	10,7
<i>D/q:</i> donativos para projectos	11,8	11,1	23,6	37,0	22,1	23,1	27,6	28,4	16,9	10,1
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,7	0,9	0,6	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Saldo da conta corrente</b>										
Incl. transferências oficiais	-55,4	-67,6	-52,8	-61,6	-76,0	-82,5	-93,4	-101,5	-115,1	-142,1
Excl. transferências oficiais	-71,3	-90,6	-83,5	-104,8	-108,5	-115,7	-127,7	-136,6	-134,7	-152,8
<b>Saldo da conta de capital e financeira</b>	<b>55,7</b>	<b>70,2</b>	<b>60,9</b>	<b>71,2</b>	<b>72,2</b>	<b>107,6</b>	<b>93,5</b>	<b>103,4</b>	<b>177,0</b>	<b>193,7</b>
Transferências de capital <sup>1</sup>	183,1	51,2	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	-127,4	19,0	60,9	71,2	69,0	107,6	93,5	103,4	177,0	193,7
Sector público (líquido)	-198,6	-50,5	26,5	28,0	20,3	22,6	11,9	16,0	2,8	2,8
Empréstimos para projectos	1,4	1,9	2,7	2,3	4,7	3,3	2,4	1,5	1,0	0,5
Empréstimos para programas	2,1	2,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	4,7	4,7	4,7
Amortização	-197,8	-53,2	-1,3	-1,2	-5,8	-2,6	-2,7	-2,6	-3,3	-2,6
Outros investimentos	-4,3	-1,2	24,7	26,8	21,4	21,9	12,2	12,4	0,3	0,2
<i>D/q:</i> transferências para a ZDC	-3,0	0,1	-0,1	-0,1	-0,6	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7
Sector privado (líquido)	71,2	69,6	34,4	43,2	48,6	85,0	81,5	87,4	174,1	190,9
Investimento directo estrangeiro	52,6	54,2	13,8	6,6	18,0	49,5	30,0	33,2	118,6	121,3
<i>D/q:</i> Bónus de assinatura do petróleo <sup>2</sup>	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	26,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais	-3,2	-2,3	11,4	17,0	12,2	-8,5	-1,3	10,7	-0,1	0,0
Capital privado de curto prazo	21,8	17,7	9,2	19,6	18,4	44,0	52,8	43,5	55,6	69,6
<b>Erros e omissões</b>	<b>6,6</b>	<b>12,7</b>	<b>-3,5</b>	<b>-15,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Saldo global</b>	<b>6,9</b>	<b>15,4</b>	<b>4,6</b>	<b>-5,6</b>	<b>-3,8</b>	<b>25,1</b>	<b>0,1</b>	<b>1,9</b>	<b>61,8</b>	<b>51,6</b>
Financiamento	-6,9	-15,4	-4,6	5,6	3,8	-25,1	-0,1	-1,9	-61,8	-51,6
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-1,9	-19,4	1,1	3,1	2,3	0,3	-5,2	-5,6	-12,4	-3,4
Uso dos recursos do Fundo (líquido)	1,3	1,3	0,6	0,6	0,0	-0,6	-0,9	-1,1	-1,1	-1,0
Compras	1,3	1,3	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-0,9	-1,1	-1,1	-1,0
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-6,3	2,7	2,4	1,9	1,5	-24,8	6,0	4,9	-48,4	-47,2
Variação nos atrasados (líquida; diminuição = -)	-10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento excepcional <sup>3</sup>	0,0	0,0	-8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>										
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)										
Antes das transferências oficiais	-49,4	-49,4	-42,5	-52,1	-42,6	-38,9	-38,1	-36,8	-28,7	-30,6
Após as transferências oficiais	-38,4	-36,8	-26,9	-30,6	-29,8	-27,8	-27,9	-27,3	-24,5	-28,5
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) <sup>4</sup>	4,6	3,0	8,0	1,5	13,4	14,3	14,0	12,5	2,4	2,0
Reservas brutas utilizáveis <sup>5,6</sup>										
Milhões de USD	22,5	40,9	43,7	37,9	34,6	34,8	43,7	49,9	69,8	92,6
Meses de importações de bens e serviços não factoriais <sup>7</sup>	3,5	6,6	5,9	4,5	4,4	4,2	4,5	4,9	5,5	5,5
Como proporção de M2 (em percentagem)	97,1	113,7	130,0	119,9	98,0	84,0	83,4	81,7	75,5	72,8

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Inclui o alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI prestado após o ponto de conclusão em 2007.

<sup>2</sup> Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

<sup>3</sup> Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

<sup>4</sup> Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

<sup>5</sup> As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.

<sup>6</sup> Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

<sup>7</sup> Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

**Tabela 7. S. Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2007–16**  
(% do PIB)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo			Est.		Projectções				
<b>Balança comercial</b>	<b>-41,6</b>	<b>-44,6</b>	<b>-37,9</b>	<b>-46,1</b>	<b>-38,7</b>	<b>-35,6</b>	<b>-34,6</b>	<b>-33,6</b>	<b>-4,3</b>	<b>-8,2</b>
Exportações, FOB	4,7	5,6	4,7	5,4	4,9	4,7	4,4	4,1	35,7	33,4
<i>D/q: Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,5	30,3
cacau	2,0	2,7	2,8	2,2	2,3	2,0	1,9	1,8	1,3	1,2
reexportação	0,0	2,5	1,5	2,5	2,0	2,0	1,9	1,8	1,5	1,4
Importações, FOB	-46,3	-50,2	-42,6	-51,4	-43,6	-40,2	-39,0	-37,7	-40,0	-41,6
<i>D/q: alimentos</i>	-12,2	-13,2	-14,8	-15,8	-16,1	-14,9	-13,5	-12,3	-9,8	-9,6
produtos petrolíferos	-10,1	-12,1	-7,5	-9,2	-9,9	-10,0	-9,4	-8,8	-7,3	-7,2
Serviços e rendimentos (líquido)	-9,2	-6,4	-6,1	-7,6	-5,3	-4,5	-4,6	-4,3	-25,2	-23,3
Exportações de serviços não factoriais	4,6	5,3	5,8	5,9	4,9	4,8	5,0	5,5	9,5	9,5
<i>D/q: viagens e turismo</i>	3,4	4,2	4,5	4,6	3,8	3,8	4,1	4,5	4,8	5,0
Importações de serviços não factoriais	-17,3	-12,6	-12,6	-14,7	-11,1	-10,0	-10,3	-10,4	-13,1	-12,8
Serviços factoriais (líquido)	3,6	0,9	0,7	1,2	0,9	0,8	0,7	0,7	-21,6	-20,0
Juros devidos	-1,1	-1,4	-0,5	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1
Rendimento de juros da CNP	2,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,3
Transferências privadas (líquidas)	1,4	1,6	1,5	1,5	1,2	1,1	1,0	0,9	0,7	0,7
Transferências oficiais (líquidas)	11,0	12,5	15,6	21,5	12,8	11,2	10,3	9,5	4,2	2,2
<i>D/q: donativos para projectos</i>	8,2	6,1	12,0	18,4	8,7	7,8	8,3	7,7	3,6	2,0
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,5	0,5	0,3	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Saldo da conta corrente</b>										
Incl. transferências oficiais	-38,4	-36,8	-26,9	-30,6	-30,0	-27,8	-28,0	-27,5	-24,6	-28,6
Excl. transferências oficiais	-49,4	-49,4	-42,5	-52,1	-42,8	-39,0	-38,3	-37,0	-28,8	-30,8
<b>Saldo da conta de capital e financeira</b>	<b>38,6</b>	<b>38,3</b>	<b>31,0</b>	<b>35,4</b>	<b>28,5</b>	<b>36,3</b>	<b>28,0</b>	<b>28,0</b>	<b>37,8</b>	<b>39,0</b>
Transferências de capital <sup>1</sup>	126,9	27,9	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	-88,3	10,4	31,0	35,4	27,2	36,3	28,0	28,0	37,8	39,0
Sector público (líquido)	-137,7	-27,5	13,5	13,9	8,0	7,6	3,6	4,3	0,6	0,6
Empréstimos para projectos	1,0	1,0	1,4	1,1	1,9	1,1	0,7	0,4	0,2	0,1
Empréstimos para programas	1,4	1,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,0	1,0
Amortização	-137,1	-29,0	-0,6	-0,6	-2,3	-0,9	-0,8	-0,7	-0,7	-0,5
Outros investimentos	-3,0	-0,7	12,6	13,3	8,4	7,4	3,7	3,3	0,1	0,0
<i>D/q: transferências para a ZDC</i>	-2,1	0,1	-0,1	0,0	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1
Sector privado (líquido)	49,4	37,9	17,5	21,5	19,2	28,7	24,4	23,7	37,2	38,5
Investimento directo estrangeiro	36,5	29,6	7,0	3,3	7,1	16,7	9,0	9,0	25,4	24,5
<i>D/q: Bónus de assinatura do petróleo <sup>2</sup></i>	19,8	0,0	0,0	0,0	0,0	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais	-2,2	-1,3	5,8	8,5	4,8	-2,9	-0,4	2,9	0,0	0,0
Capital privado de curto prazo	15,1	9,6	4,7	9,8	7,3	14,8	15,8	11,8	11,9	14,0
<b>Erros e omissões</b>	<b>4,5</b>	<b>6,9</b>	<b>-1,8</b>	<b>-7,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Saldo global</b>	<b>4,8</b>	<b>8,4</b>	<b>2,3</b>	<b>-2,8</b>	<b>-1,5</b>	<b>8,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>13,2</b>	<b>10,4</b>
Financiamento	-4,8	-8,4	-2,3	2,8	1,5	-8,5	0,0	-0,5	-13,2	-10,4
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-1,3	-10,6	0,6	1,5	0,9	0,1	-1,6	-1,5	-2,6	-0,7
Uso dos recursos do Fundo (líquido)	0,9	0,7	0,3	0,3	0,0	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2
Compras	0,9	0,7	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recompras (incl. reembolso MDRI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-4,3	1,5	1,2	0,9	0,6	-8,4	1,8	1,3	-10,3	-9,5
Variação nos atrasados (líquida; diminuição = -)	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento excepcional <sup>3</sup>	0,0	0,0	-4,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>										
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) <sup>4</sup>	4,6	3,0	8,0	1,5	13,4	14,3	14,0	12,5	2,4	2,0
Reservas brutas utilizáveis <sup>5,6</sup>										
Milhões de USD	22,5	40,9	43,7	37,9	41,8	41,2	46,0	51,1	61,5	64,4
Meses de importações de bens e serviços não factoriais <sup>7</sup>	3,5	6,6	5,9	4,5	4,4	4,2	4,5	4,9	5,5	5,5
Como proporção de M2 (em percentagem)	97	114	130	120	98	84	83	82	76	73

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projectções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Inclui o alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI prestado após o ponto de conclusão em 2007.

<sup>2</sup> Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

<sup>3</sup> Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

<sup>4</sup> Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

<sup>5</sup> As reservas brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as RMC sobre depósitos em divisas ou a pagar a taxa de licenciamento.

<sup>6</sup> Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

<sup>7</sup> Importações de bens e serviços não factoriais excl. as importações de bens de investimento e assistência técnica.

**Tabela 8. S. Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2007–16**  
 (Milhões de USD)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo				Est.	Projeções				
<b>Necessidades brutas de financiamento</b>	<b>-285,5</b>	<b>-164,5</b>	<b>-58,9</b>	<b>-76,1</b>	<b>-90,6</b>	<b>-96,7</b>	<b>-124,3</b>	<b>-133,5</b>	<b>-151,1</b>	<b>-159,6</b>
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-71,3	-90,6	-83,5	-104,8	-108,5	-115,7	-127,7	-136,6	-134,7	-152,8
Exportações, FOB	6,8	10,3	9,2	10,8	12,5	13,8	14,5	15,2	167,1	165,5
Importações, FOB	-66,9	-92,2	-83,8	-103,4	-110,6	-119,3	-130,2	-139,1	-187,3	-206,2
Serviços e rendimento (líquidos)	-13,2	-11,7	-11,9	-15,3	-13,5	-13,4	-15,3	-15,9	-117,7	-115,4
Transferências privadas	2,0	3,0	3,0	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,3	3,3
Conta financeira	-202,1	-54,5	23,5	25,6	15,6	18,7	8,6	8,7	-4,0	-3,4
Amortização programada <sup>1</sup>	-197,8	-53,2	-1,3	-1,2	-5,8	-2,6	-2,7	-2,6	-3,3	-2,6
Reembolsos ao FMI <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-0,9	-1,1	-1,1	-1,0
Outros fluxos do sector público (líquidos)	-4,3	-1,2	24,7	26,8	21,4	21,9	12,2	12,4	0,3	0,2
Variação nas reservas externa (- = aumento) <sup>3</sup>	-1,9	-19,4	1,1	3,1	2,3	0,3	-5,2	-5,6	-12,4	-3,4
Variação nos atrasados (líquidos)	-10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Financiamento disponível</b>	<b>285,5</b>	<b>164,5</b>	<b>58,9</b>	<b>76,1</b>	<b>90,6</b>	<b>96,7</b>	<b>124,3</b>	<b>133,5</b>	<b>151,1</b>	<b>159,6</b>
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	22,3	2,7	2,4	1,9	1,5	1,2	6,0	4,9	-48,4	-47,2
Bónus de assinatura do petróleo <sup>4</sup>	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	26,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Poupança (- = acumul. do fundo de res. petr.)	-6,3	2,7	2,4	1,9	1,5	-24,8	6,0	4,9	-48,4	-47,2
Desembolsos previstos	202,5	78,1	33,7	45,6	40,5	36,5	36,7	41,3	25,3	15,9
Assistência intercalar multilateral HIPC	0,7	0,9	0,6	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital <sup>1,2</sup>	183,1	51,2	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos <sup>5</sup>	15,2	22,1	30,1	41,8	32,5	33,2	34,3	35,0	19,6	10,7
Empréstimos concessionais	3,5	3,9	3,0	2,3	4,7	3,3	2,4	6,2	5,8	5,2
Empréstimos para projectos	1,4	1,9	2,7	2,3	4,7	3,3	2,4	1,5	1,0	0,5
Empréstimos para programas	2,1	2,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	4,7	4,7	4,7
Sector privado (líquido)	49,2	82,3	30,9	28,1	48,6	59,0	81,5	87,4	174,1	190,9
FMI <sup>3,6</sup>	1,3	1,3	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	10,2	0,0	-8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alívio da dívida HIPC (credores bilaterais) <sup>2</sup>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados reprogramados (credores bilaterais)	10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento excepcional <sup>3</sup>	0,0	0,0	-8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Inclui o alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI prestado após o ponto de conclusão em 2007.

<sup>2</sup> Inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como uma redução do stock da dívida.

<sup>3</sup> Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

<sup>4</sup> Para 2012, parte do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja efectuado o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

<sup>5</sup> Inclui a receita do programa petrolífero com a Nigéria.

<sup>6</sup> Inclui os desembolsos projectados no âmbito do novo acordo ECF.

**Tabela 9. S. Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, 2007–11**

	2007	2008	2009	2010	2011 Junho
<b>Adequação dos fundos próprios</b>					
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco	71,40	71,40	85,70	85,70	100,00
Capital (património líquido)/activos	16,70	24,70	23,20	27,90	28,86
<b>Qualidade dos activos</b>					
Empr. em moeda estrangeira/total de empréstimos	83,20	74,20	73,00	77,50	73,20
Empréstimos malparados (vencidos há mais de 30 dias)	26,60	19,30	10,20	9,73	11,24
Provisões como percentagem dos empr. vencidos	53,40	10,90	24,00	42,20	44,99
<b>Rendimentos e rendibilidade</b>					
Lucros líquidos antes dos impostos/rendimento líquido	-24,20	-13,10	-1,20	...	...
Rendibilidade dos activos	-0,90	-1,00	0,10	0,70	0,07
Rendibilidade dos fundos próprios	0,90	-3,70	...	1,80	0,23
Despesas (incl. amortiz. e provisões)/rendimento líquido	122,20	109,30	98,20	98,20	99,61
<b>Liquidez</b>					
Activos líquidos/total do activo	19,70	19,70	18,40	21,90	22,71
Activos líquidos/passivo de curto prazo	...	...	...	36,10	36,96
Empréstimos/depósitos	...	...	...	104,20	114,67
Passivos em moeda estrangeira/total do activo	71,00	71,00	73,10	57,40	63,09
<b>Sensibilidade ao risco de mercado</b>					
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	349,20	215,70	274,00	203,80	112,29

Fontes: Autoridades são-tomenses.

**Tabela 10. S. Tomé e Príncipe: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**

	1990	1995	2000	2005	2010
<b>Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome</b>					
Rácio emprego/população, maiores de 15 anos, total (%)	--	--	--	--	--
Rácio emprego/população, 15-24 anos, total (%)	--	--	--	--	--
Parcela do rendimento detida pelos 20% mais pobres	--	--	5,2	--	--
Prevalência de desnutrição, peso/idade (% dos menores de 5 anos)	--	--	10,1	--	13,1 <sup>10/</sup>
Hiato de pobreza a USD 1,25 por dia (PPC) (%)	--	--	8,2 <sup>5/</sup>	--	--
Proporção de pessoas que vivem com menos de USD 1,25 por dia (PPC) (% da população)	--	--	29 <sup>5/</sup>	--	--
Prevalência de subnutrição (% da população)	14 <sup>2/</sup>	15 <sup>3/</sup>	8 <sup>6/</sup>	--	5 <sup>8/</sup>
Emprego vulnerável, total (% do emprego total)	27 <sup>1/</sup>	--	--	--	--
<b>Objectivo 2: Atingir o ensino primário universal</b>					
Taxa de alfabetização feminina (% das jovens de 15-24 anos)	92 <sup>1/</sup>	--	95 <sup>5/</sup>	--	96 <sup>10/</sup>
Taxa de alfabetização masculina (% dos jovens de 15-24 anos)	96 <sup>1/</sup>	--	96 <sup>5/</sup>	--	95 <sup>10/</sup>
Alunos que atingem o último ano de escolaridade primária, total (% da faixa)	--	--	59	69 <sup>7/</sup>	75 <sup>8/</sup>
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% da faixa etária pertinente)	78	--	--	74	83 <sup>10/</sup>
Total de inscritos, ensino primário (% líquida)	97	--	88 <sup>4/</sup>	99	98 <sup>10/</sup>
<b>Objectivo 3: Promover a igualdade de género e a capacitação da mulher</b>					
Proporção de assentos no parlamento nacional ocupados por mulheres (%)	12	--	9	9	18
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino primário (%)	92	--	97 <sup>4/</sup>	97	101 <sup>10/</sup>
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino secundário (%)	--	--	--	107	112 <sup>10/</sup>
Rácio entre raparigas e rapazes no ensino terciário (%)	--	--	--	--	93 <sup>10/</sup>
Parcela de mulheres empregues no sector não agrícola (% do total do emprego não agrícola)	32 <sup>1/</sup>	--	--	--	--
<b>Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil</b>					
Imunização, sarampo (% das crianças de 12-23 meses)	71	74	69	88	90 <sup>10/</sup>
Taxa de mortalidade infantil (por mil nados vivos)	62	59	56	54	52 <sup>10/</sup>
Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1 000)	95	90	86	81	78 <sup>10/</sup>
<b>Objectivo 5: Melhorar a saúde materna</b>					
Taxa de fertilidade de adolescentes (nascimentos por mil mulheres de 15-19 anos)	--	--	87	73	62 <sup>10/</sup>
Partos assistidos por profissionais técnicos de saúde (% do total)	--	--	79	--	82 <sup>10/</sup>
Taxa de utilização de contraceptivos (% das mulheres de 15-49 anos)	--	--	29	--	38 <sup>10/</sup>
Taxa de mortalidade materna (estimativa modelada, por 100 000 nados vivos)	--	--	--	--	--
Mulheres grávidas que recebem atendimento pré-natal (%)	--	--	91	--	98 <sup>10/</sup>
Necessidades não satisfeitas de contracepção (% das mulheres casadas de 15-49 anos)	--	--	--	--	--
<b>Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças</b>					
Crianças c/febre que recebem medicamentos antimalária (% das crianças menores de 5 anos c/febre)	--	--	61	--	8 <sup>10/</sup>
Uso de preservativos, população feminina de 15-24 anos (% das jovens de 15-24 anos)	--	--	--	--	--
Uso de preservativos, população masculina de 15-24 anos (% dos jovens de 15-24 anos)	--	--	--	--	--
Incidência de tuberculose (por 100 000 pessoas)	135	124	114	105	98 <sup>10/</sup>
Prevalência de HIV entre as mulheres (% 15-24 anos)	--	--	--	--	--
Prevalência de HIV entre os homens (% 15-24 anos)	--	--	--	--	--
Prevalência de HIV, total (% da população de 15-49 anos)	--	--	--	--	--
Taxa de detecção de casos de tuberculose (todas as formas)	11	--	61	85	49 <sup>10/</sup>
<b>Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental</b>					
Emissões de dióxido de carbono (em dólares PPC do PIB por kg)	--	--	0,62 <sup>5/</sup>	0,59	0,49 <sup>8/</sup>
Emissões de dióxido de carbono (em toneladas métricas per capita)	0,57	0,60	0,63	0,66	0,66 <sup>8/</sup>
Área florestal (% da área terrestre)	28	--	28	28	28
Acesso a saneamento melhorado (% da população com acesso)	--	20	21	24	26 <sup>9/</sup>
Acesso a uma fonte de água melhorada (% da população com acesso)	--	75	79	85	89 <sup>9/</sup>
Zonas marinhas protegidas (% da superfície total)	--	--	--	--	--
Zonas terrestres protegidas (% da superfície total)	--	--	--	--	--
<b>Objectivo 8: Criar uma parceria global para o desenvolvimento</b>					
Serviço da dívida (PGP e FMI apenas, % das exportações, excl. remessas dos trabalhadores)	29	27 <sup>3/</sup>	22	64	6 <sup>10/</sup>
Uso da Internet (por 100 pessoas)	0,0	--	4,6	13,8	16,4 <sup>10/</sup>
Assinaturas de telemóvel (por 100 pessoas)	0,0	0,0	0,0	7,8	39,3 <sup>10/</sup>
AOD líquida recebida per capita (em dólares correntes)	466	657	249	212	189 <sup>10/</sup>
Linhas telefónicas (por 100 pessoas)	1,9	2,0	3,3	4,7	4,8 <sup>10/</sup>
<b>Outros</b>					
Taxa de fertilidade, total (partos por mulher)	5,4	5,0	4,6	4,1	3,7 <sup>10/</sup>
RNB per capita, método Atlas (em dólares correntes)	--	--	--	770	1200
RNB, método Atlas (em milhões de dólares correntes)	--	--	--	118	199
Esperança de vida à nascença, total (anos)	62	63	64	65	66 <sup>10/</sup>
Taxa de alfabetização de adultos, total (% das pessoas acima de 15 anos)	73 <sup>1/</sup>	--	84 <sup>5/</sup>	--	89 <sup>10/</sup>
População, total (milhares)	116	128	140	153	165

Fonte: Indicadores do Desenvolvimento, do Banco Mundial.

 1/ Corresponde a 1991 2/ Corresponde a 1992 3/ Corresponde a 1997 4/ Corresponde a 1999 5/ Corresponde a 2001  
 6/ Corresponde a 2002 7/ Corresponde a 2004 8/ Corresponde a 2007 9/ Corresponde a 2008 10/ Corresponde a 2009

## Apêndice I. S. Tomé e Príncipe: Avaliação da Taxa de Câmbio Utilizando as Metodologias do CGER

Este Apêndice<sup>1</sup> apresenta os resultados das avaliações da taxa de câmbio de S. Tomé e Príncipe realizadas com base nas metodologias do Grupo Consultivo sobre Taxas de Câmbio (CGER) do FMI. O CGER adopta três abordagens: equilíbrio macroeconómico, sustentabilidade externa e taxa de câmbio real de equilíbrio. As avaliações enfocam o período anterior à produção petrolífera, tendo o ano de 2014 como o período de referência de médio prazo. A produção de petróleo —cujo arranque está previsto para 2015— deve apoiar uma melhoria no saldo da conta corrente e uma trajectória sustentável para a dívida (ver a ASD).

Em síntese, as diversas abordagens produziram resultados que variaram desde uma

sobrevalorização de 13–37% até uma subvalorização de 20%.

### Abordagem do equilíbrio macroeconómico.

Nesta abordagem, estima-se um saldo da conta corrente de equilíbrio (a “norma”) através da relação entre o saldo da conta corrente e os fundamentos macroeconómicos. Os fundamentos típicos são o saldo orçamental, o crescimento do produto, o rendimento real, o saldo do petróleo, dados demográficos, abertura comercial e produtividade. Ao aplicar coeficientes estimados pelo CGER a partir de dois estudos envolvendo países de rendimento baixo e médio, obtêm-se normas da conta corrente de S. Tomé e Príncipe de -12,6 e -15,7% do PIB. Estes valores são comparados com um saldo da conta corrente subjacente de S. Tomé e Príncipe (com base no saldo projectado da conta corrente em 2014 no cenário de base), de -39% do PIB. Presume-se que a elasticidade do saldo da conta corrente em relação à TCER seja -1,05, com base em Tokarick (2010).<sup>2</sup> Por conseguinte, esta abordagem implica uma

Conta corrente efectiva <sup>1</sup>	-28,5
Conta corrente subjacente (A) <sup>2</sup>	-39
Elasticidade do comércio <sup>3</sup>	-1,05
<b>Abordagem do equilíbrio macroeconómico</b>	
Norma da conta corrente (B) <sup>3</sup>	-12,6 a -15,7
Hiato da conta corrente (C=A-B)	-26,4 a -23,3
Hiato da TCER (C/D) <sup>4,5</sup>	25,2 a 22,2
<b>Abordagem da sustentabilidade externa</b>	
Norma da conta corrente (E) <sup>3</sup>	-0,15 a -4,03
Hiato da conta corrente (F=A-E)	-38,9 a -35,0
Hiato da TCER (F/D) <sup>4,5</sup>	37,0 a 33,3
<b>Abordagem da TCER de equilíbrio<sup>6</sup></b>	
TCER	19
GCER com base em painel	
TCERE	42 a 5
Hiato da TCER <sup>4,5</sup>	-20 a 15

<sup>1</sup> CC observada em 2009.  
<sup>2</sup> Utilizando a CC de 2014 como o período de referência de médio prazo.  
<sup>3</sup> Utilizando coeficientes que relacionam a CC aos fundamentos macroeconómicos estimados pelo CGER e a partir das amostras de países de baixo e médio rendimento.  
<sup>4</sup> O sinal positivo (+) indica sobrevalorização e o negativo (-) subvalorização.  
<sup>5</sup> Variação na TCER (%) necessária para eliminar o hiato.  
<sup>6</sup> TCERE derivada das estimativas dos coeficientes da abordagem TCERE do CGER e do recente estudo de painel, de Aydin (2010), sobre os países menos avançados.

<sup>1</sup> Elaborado por Jamal Omar, Toomas Orav e Alfredo Torrez.

	Valor de	Coeficientes	
	médio prazo	CGER	Vitek
Saldo orçamental	-1,59	0,19	0,20
Balança comercial do petróleo	-14,71	0,17	0,38
Crescimento da população (%)	1,93	-1,03	0,17
Conta corrente desfasada	-33,45	0,37	
Rendimento relativo (%)	4,37	0,02	-0,01
Taxa de crescimento do produto (%)	4,51	-0,16	-0,61
Rácio de dependência (%)	-17,91	-0,12	-0,04
AEL inicial	41,53		0,05
Fluxos de ajuda	16,86		-0,41
Remessas	2,03		-0,10
Constante		-0,29	
Norma da conta corrente		-15,70	-12,57
Projectação da CC subjacente		-39,00	-39,00
Hiato da conta corrente		-23,30	-26,43
Elasticidade do comércio (%)		-1,05	
Hiato da taxa de câmbio real (%)		22,19	25,17

<sup>2</sup> Tokarick, S. 2010. “A Method For Calculating Export Supply and Import Demand Elasticities”, IMF Working Paper No. 10/180.

sobrevalorização de 22–25% da taxa de câmbio real.

*Abordagem da sustentabilidade externa.* Esta abordagem calcula o saldo da conta corrente que seria coerente com um valor de referência dos activos externos líquidos. O saldo sustentável da conta corrente daí resultante é calculado em cerca de -4% do PIB em 2014. Utilizando as mesmas elasticidades empregadas na abordagem do equilíbrio macroeconómico, obtém-se uma sobrevalorização de cerca de 37% da taxa de câmbio real.

*Abordagem da taxa de câmbio real de equilíbrio.* Com base nos coeficientes estimados por Aydin (2010) para países de baixo e médio rendimento, esta abordagem

aponta uma subvalorização de 20% quando se inclui a ajuda externa como variável explicativa. Excluída a ajuda externa (que não é estatisticamente significativa) obtém-se uma sobrevalorização de cerca de 15%.

S. Tomé e Príncipe: Abordagem da taxa de câmbio real de equilíbrio				
	Fundamentos subjacentes de STP	Coeficientes de Vitek (2010)	Coeficientes de Aydin (2010)	Coeficientes do CGER
Termos de troca	0,48	0,36	0,12	0,55
Produtividade relativa	-2,83	0	0	0,19
Consumo relativo do governo/PIB	-0,05	-0,04	-0,19	2,91
AEL/PIB	-0,02	-0,06	0,07	0,04
Ajuda/PIB	0,21	-0,66	1,66	
C				0,45
TCER de equilíbrio		0,03	0,42	0,05
Nível da TCER de equilíbrio		103,39	151,64	104,87
LTGER efectiva (2009)			0,19	
LTGER efectiva (no nível de 2009)			120,65	
Hiato da TCER		0,167	-0,204	0,150



# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DO ARTIGO IV DE 2011 — ANEXO INFORMATIVO

30 de Dezembro de 2011

Elaborado pelo

Departamento de África  
(em consulta com outros departamentos)

### SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL	6
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	8
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	10

## RELAÇÕES COM O FMI

(Em 30 de Novembro de 2011)

### Admissão e regime de consultas:

Admitido em 30 de Setembro de 1977; Artigo XIV

<b>Conta de Recursos Gerais:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da cota</b>
Cota	7,40	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	7,40	100,05
Posição na tranche de reservas	0,00	0,00

<b>Departamento de DSE</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da afectação</b>
Afectação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	3,77	53,09

<b>Saldo de compras e empréstimos:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da cota</b>
Acordos ECF	3,21	43,37

### Acordos financeiros mais recentes:

<b>Tipo</b>	<b>Data de aprovação</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>Montante aprovado (Milhões de DSE)</b>	<b>Montante sacado (Milhões de DSE)</b>
ECF <sup>a</sup>	02/03/2009	01/03/2012	2,59	0,74
ECF <sup>a</sup>	01/08/2005	31/07/2008	2,96	2,96
ECF <sup>a</sup>	28/04/2000	27/04/2003	6,66	1,90

<sup>a</sup> Antigo PRGF.

### Projectão dos pagamentos ao FMI<sup>1</sup>

(Milhões de DSE, com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	A vencer				
	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Capital			0,40	0,63	0,70
Comissões/juros		0,01	0,01	0,01	0,01
<b>Total</b>		0,01	0,41	0,64	0,71

<sup>1</sup> Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

**Implementação da Iniciativa HIPC:**

		Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC		
Data do ponto de decisão		Dezembro de 2000
Assistência comprometida		
por todos os credores (milhões de USD) <sup>1</sup>		124,30
<i>Da qual:</i> assistência do FMI (milhões de USD)		1,24
(equivalente em milhões de DSE)		0,82
Data do ponto de conclusão		Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)		
Assistência prestada ao país membro		0,82
Assistência intercalar		...
Saldo no ponto de conclusão		0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros <sup>2</sup>		0,04
<b>Total dos desembolsos</b>		<b>0,87</b>

<sup>1</sup> A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor actualizado líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

<sup>2</sup> No âmbito do quadro reforçado, é efectuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

**Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):**

Dívida admissível para a MDRI (milhões de DSE) <sup>1</sup>	1,43
Financiada pelo: Fundo da MDRI	1,05
Recursos HIPC restantes	0,38

Alívio da dívida por facilidade (milhões de DSE)

<u>Data de prestação</u>	<u>Dívida admissível</u>		
	<u>GRA</u>	<u>PRGF</u>	<u>Total</u>
Março de 2007	N/A	1,05	1,05
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38

<sup>1</sup> A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para receber esta assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o Fundo no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

**Avaliação das salvaguardas:**

Uma actualização da avaliação das salvaguardas do Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) foi realizada em Novembro de 2009. A avaliação concluiu que a estrutura geral de governação e supervisão deveria ser fortalecida de forma a atenuar os riscos de controlo associados às limitações de capacidade do Banco. As contas do BCSTP continuam a ser examinadas por firmas de auditoria de renome, e as demonstrações financeiras auditadas de 2009 foram publicadas. Contudo, o quadro de relato da informação financeira e as práticas de auditoria interna ainda não seguem as normas internacionais.

**Regime cambial:**

Desde Janeiro de 2010, S. Tomé e Príncipe indexou a Dobra ao Euro, à taxa de Db. 24.500 por Euro. Os bancos comerciais compram divisas directamente ao Banco Central, que pode cobrar uma comissão de até 1,5% sobre todas as operações em divisas. Qualquer taxa que os bancos decidam impor não pode exceder 2% para as operações em Euros e 4% para as operações noutras moedas. O novo regime cambial eliminou a prática de taxas de câmbio múltiplas relacionada à existência de diversos mercados cambiais com diferentes

taxas de câmbio efectivas para operações à vista que vigorava nos anos anteriores.

S. Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV mas não mantém restrições nos termos do referido Artigo XIV. Contudo, o país mantém uma medida sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII: uma restrição cambial decorrente dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos do Artigo 3(i) e do Artigo 10.1(b) do Código de Investimento (Lei No. 7/2008), que condicionam a transferência desses lucros ao pagamento dos impostos e outras obrigações devidas ao Estado. A restrição refere-se ao facto de que a exigência se estende ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis.

**Consulta ao abrigo do Artigo IV:**

O Conselho de Administração concluiu as últimas consultas com S. Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 18 de Junho de 2008.

**Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):**

Não se aplicam.

**Assistência técnica:**

<b>Data de prestação</b>	<b>Departamento/finalidade</b>
Agosto de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Junho de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez em regimes de câmbio fixo (seguimento)
Junho de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Fevereiro de 2011	Missão do MCM sobre quadros de resolução bancária
Janeiro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2010	Missão do MCM sobre gestão de liquidez em regimes de câmbio fixo
Agosto/Setembro de 2010	Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras
Dezembro de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2009	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Mai de 2009	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Abril de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Março de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Janeiro de 2009	Missão do STA sobre contas nacionais
Novembro de 2008	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2008	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Março de 2008	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Setembro de 2007	Missão do STA sobre estatísticas de finanças públicas
Julho de 2007	Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras
Julho de 2007	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Março de 2007	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Março de 2007	Missão do MCM sobre o mercado cambial
Março de 2007	Missão do STA sobre estatísticas da balança de pagamentos
Fevereiro de 2007	Missão do LEG sobre legislação fiscal
Novembro/Dezembro de 2006	Missão do LEG sobre códigos fiscais
Novembro/Dezembro de 2006	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Novembro/Dezembro de 2006	Missão do MFD sobre mercado cambial e operações monetárias.
Agosto de 2006	Missão do MFD sobre supervisão bancária

<b>Data de prestação</b>	<b>Departamento/finalidade</b>
Junho de 2006	Missão do MFD para avaliar a implementação da assistência técnica
Abril/Maio de 2006	Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras
Fevereiro de 2006	Missão do MFD sobre operações monetárias e gestão de liquidez
Janeiro de 2006	Missão do MFD sobre mercado cambial
Dezembro de 2005	Missão do LEG/MFD sobre o regime cambial
Agosto/Setembro de 2005	Missão do MFD sobre supervisão bancária e operações cambiais
Fevereiro de 2005	Missão de assistência técnica do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Janeiro de 2005	Missão do MFD sobre operações monetárias e gestão de liquidez

### **Representante Residente:**

Desde Outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em S. Tomé e Príncipe.

## **RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL**

### **Plano Executivo de Acção Conjunta (JMAP) para São Tomé e Príncipe**

(Em Novembro de 2011)

**1.** As equipas do FMI e do Banco Mundial para S. Tomé e Príncipe reuniram-se para discutir reformas estruturais essenciais para o país, bem como os seus respectivos programas de trabalho para o biénio 2011–12.

**2.** O programa de trabalho do Banco Mundial é norteado pela Nota de Estratégia Intercalar para os exercícios 2011–2012, que focaliza a aceleração do crescimento económico sustentável e de bases alargadas e o fortalecimento da governação, das instituições públicas e do capital humano. Em Março de 2011 um memorando económico

intitulado “O sucesso para além do petróleo” foi entregue às autoridades para colher os seus comentários; o memorando será publicado em Dezembro de 2011. Está em curso a preparação de uma nova operação de apoio orçamental programático para os exercícios 2012–14. Um novo relatório de avaliação do desempenho e da gestão da dívida (DeMPA) foi concluído em Outubro de 2011, e está prevista para Dezembro de 2011 a conclusão de um plano de reformas para aperfeiçoar a gestão da dívida, em complemento ao DeMPA.

3. O programa de trabalho do FMI prevê a conclusão da consulta de 2011 ao abrigo do Artigo IV, missões de avaliação do programa apoiado pela ECF e a assistência em matéria de capacitação nas áreas de gestão financeira pública, gestão de liquidez, supervisão bancária, CBC/FT e estatísticas.

4. O Banco e o Fundo estão a prestar apoio complementar para ajudar S. Tomé e Príncipe a fortalecer a gestão financeira

pública e fazer progressos rumo à sustentabilidade da dívida. No que respeita a esta última, as equipas do FMI e do Banco Mundial irão elaborar em conjunto uma análise de sustentabilidade da dívida (ASD) em 2011. As equipas também emitirão uma Nota Consultiva Conjunta (JSAN) sobre a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), que deverá ser concluída pelas autoridades até Janeiro/Fevereiro de 2012.

<i>Título</i>	<i>Produtos</i>	<i>Datas provisórias das missões</i>	<i>Data prevista de conclusão</i>
<b>A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes</b>			
Programa de trabalho do BM nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Memorando económico nacional.</li> <li>• Operação de apoio ao orçamento</li> <li>• Relatório DeMPA e divulgação</li> </ul>	Out 2011 Out 2011, Nov 2011, e Março 2012 Set/Out 2011, Março 2012	Exercício 2012 Exercício 2012 Exercício 2012
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consulta do Artigo IV de 2011</li> <li>• 2ª e 3ª avaliações da ECF</li> <li>• 4ª avaliação da ECF</li> <li>• Assistência técnica do FAD:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ GFP</li> <li>○ Administração da receita</li> </ul> </li> <li>• Assistência técnica do MCM:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Gestão de liquidez</li> <li>○ Supervisão bancária</li> </ul> </li> <li>• Assistência técnica do LEG:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ CBC/FT</li> </ul> </li> <li>• Assistência técnica do STA:               <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Estatísticas monetárias e bancárias</li> <li>○ Estatísticas de finanças públicas</li> <li>○ Estatísticas da balança de pagamentos</li> </ul> </li> </ul>	Ago/Set 2011 Março 2012	Janeiro de 2012 Junho de 2012
<b>B. Pedidos de contributos aos programas de trabalho</b>			
Pedido do FMI ao BM (com justificação sumária)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação sobre as operações do BM de apoio ao orçamento e o calendário de desembolsos</li> </ul>	Em apoio ao programa orçamental de 2012	Março de 2012

Pedido do BM ao FMI (com justificação sumária)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação das salvaguardas</li> <li>• Quadro macroeconómico</li> </ul>		Novembro de 2011
<b>C. Acordos quanto a produtos conjuntos</b>			
Produtos conjuntos nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise de sustentabilidade da dívida</li> <li>• JSAN.</li> </ul>	A depender da nova ENRP, em Janeiro/Fevereiro de 2012.	Dezembro de 2011 Março de 2012

## RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

(Em 31 de Outubro de 2011)

**1.** S. Tomé e Príncipe tornou-se membro do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento em 1976. Até à data, o Grupo do Banco financiou 28 operações no país. Este total inclui 22 projectos, alguns deles de apoio institucional, e 5 estudos, para um total de compromissos líquidos de UC 100 milhões no âmbito do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD) (98,9%), bem como uma operação especial de apoio de UC 1 milhão no âmbito do Nigeria Trust Fund (NTF). Destes recursos, 94% foram concedidos na forma de empréstimos e apenas 6% na forma de donativos. Em 1 de Outubro de 2011, o montante total desembolsado, para a totalidade da carteira, ascendia a UC 84,29 milhões, ou 84,6% dos compromissos líquidos. A agricultura recebeu 24% do total da assistência, seguida pelas infra-estruturas/transportes (23%); intervenções plurisectoriais (22%); sector social (20%); energia, água e saneamento (9%); e telecomunicações (2%). Estas operações ajudaram na construção e reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais básicas (estradas, aeroporto,

electricidade, água, escolas e centros médicos) e reforçaram as capacidades económicas e institucionais de S. Tomé e Príncipe. O BAfD mantém um gabinete para os programas nacionais a funcionar no país desde 1995.

**2.** O BAfD tem apenas três projectos activos — iniciados em 2005, 2006 e 2011 — em desenvolvimento dos recursos humanos, agricultura (a segunda fase do projecto de desenvolvimento pecuário) e reabilitação das infra-estruturas para a segurança alimentar (PRIASA). Estes projectos, segundo a ENRP, focalizam os principais factores a ter impacto sobre a pobreza. A segunda fase do projecto de desenvolvimento pecuário, financiado com recursos do FAfD-X (UC 4 milhões), foi aprovada em Maio de 2006 e formalizada em Julho de 2006. A revisão intercalar de Setembro de 2010 teve como meta a reestruturação do projecto para otimizar os seus resultados. O projecto de desenvolvimento dos recursos humanos, financiado com recursos do FAfD-IX (UC 4 milhões), foi formalizado em Junho de

2003 e iniciado em Março de 2005. Este projecto trata da capacitação intersectorial ao proporcionar formação em alfabetização, informação e organização comunitária, bem como formação vocacional especializada adaptada a necessidades específicas, sobretudo nos sectores de petróleo e turismo. O projecto PRISA, aprovado em Novembro de 2010 e formalizado em Fevereiro de 2011, objectiva enfrentar os desafios nacionais em termos de segurança alimentar.

**3.** A estratégia de assistência do Grupo do BAfD a S. Tomé e Príncipe (CSP 2005–09) assenta em dois pilares: Pilar I – redução da pobreza na zona rural e Pilar II – promoção da boa governação na gestão financeira pública. A afectação de recursos do FAfD-X (2005–07) para o país foi de UC 5,15 milhões, na forma de donativos. O primeiro pilar da estratégia ajudou a promover e diversificar a base económica do país, sobretudo na agricultura e na zona rural, e a reforçar as operações nos sectores sociais. O segundo pilar apoiou as reformas macroeconómicas e a governação, através de um projecto de apoio institucional sobre governação e de assistência técnica no processo da ENRP, que contribuiu para a melhoria da gestão financeira pública e a capacitação institucional para preparar o país para a era do petróleo que se anuncia. A assistência técnica de UC 300.000 para o processo da ENRP foi aprovada em 2008 e revelou-se muito eficaz no desenvolvimento de mecanismos de seguimento da ENRP. O donativo de UC 1 milhão do BAfD para enfrentar a crise alimentar de S. Tomé e Príncipe foi aprovado pelo Conselho do BAfD em Abril de 2009 e desembolsado numa única parcela em Agosto de 2009. A missão para concluir a estratégia de assistência nacional para 2005–09 foi realizada em Agosto de 2009, em conjunto com a revisão do desempenho da carteira do país (CPPR).

**4.** Em 2009 o BAfD actualizou um estudo sobre o perfil de governação de S. Tomé e Príncipe e em Junho de 2010 concluiu o estudo sobre os custos da insularidade. As conclusões deste importante relatório foram apresentadas em 10 de Novembro de 2010, em S. Tomé, e debatidas com autoridades, doadores e a sociedade civil. O estudo sobre as iniciativas de capacitação regional, no contexto da CEMAC, CEEAC, PALOP e pequenas economias insulares, foi adiado. Está em curso a programação de outros estudos sobre o trabalho económico e sectorial.

**5.** Na ausência de uma ENRP actualizada, o BAfD decidiu não preparar uma CSA para 2010–14, conforme planeado inicialmente, e sim finalizar a estratégia intercalar para 2010–11 (aprovada pelo Conselho do BAfD em 16 de Novembro de 2010); esta posição está alinhada com a dos outros parceiros de desenvolvimento. A referida estratégia intercalar financiou apenas um projecto (no âmbito do FAfD-XI, UC 5 milhões) no sector agrícola: um projecto consolidado de infraestrutura rural em apoio à segurança alimentar (Pilar II). O principal foco desta estratégia intercalar são as actividades de capacitação visando à elaboração da nova ENRP (Pilar I), através do acesso à Facilidade do BAfD para Estados Frágeis.

**6.** Considerando que a estratégia intercalar para 2010–11 expirará no final de 2011, e com base na informação prestada pelas autoridades de que o foco estratégico da ENRP II será o mesmo que o da ENRP I, o Banco iniciou os preparativos para a sua nova estratégia para S. Tomé e Príncipe, a CSP 2012–16. O objectivo supremo da CSP 2012–16 proposta pelo Banco é o reforço das capacidades do sector público de S. Tomé e Príncipe, especialmente na área de GFP, em harmonia com o Pilar I da CSP 2010–11 intercalar. Para o efeito, a proposta da CSP 2012–16 é articulada em torno de um

único pilar, o reforço da capacitação institucional, a ser financiado no âmbito do FAfD-XII.

7. S. Tomé e Príncipe atingiu os pontos de decisão e de conclusão em 2000 e 2007, respectivamente. Ao alcançar o ponto de decisão HIPC, o país qualificou-se para a MDRI, e o serviço da dívida no âmbito desta iniciativa foi estimado em USD 99,56 milhões. A assistência total do BAfD no âmbito da HIPC e MDRI ascendeu a USD 187,92 milhões. No final de Dezembro de 2008, o BAfD forneceu alívio de USD 13,33 milhões no âmbito da HIPC e USD 99 milhões no âmbito da MDRI.

**Tabela 1. Projectos em curso do BAfD**  
(Milhões de UC)

Título dos projectos	Facilidade	Compromisso	Taxa de desembolso (%)
Apoio ao desenvol. dos recursos humanos	Empréstimo FAfD Donativo FAfD	3,50 0,50	14,16 43,63
Projecto de desenv. pecuário – Fase II	Donativo FAfD	4,0	21,25
PRIASA	Donativo FAfD	<b>5,0</b>	
<i>Total</i>		<b>13,0</b>	<b>19,54 t</b>

## QUESTÕES ESTATÍSTICAS

### Introdução

1. Embora na generalidade os dados sejam apropriados para fins de supervisão, os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços no fortalecimento do sistema estatístico.

2. O país participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI desde 20 de Abril de 2004. Os metadados e planos para melhorias não foram actualizados desde à publicação original dos metadados no Boletim Electrónico sobre Normas de Difusão (DSBB). No período 2003–09, o país beneficiou de assistência técnica do STA e de outros provedores, em grande medida no âmbito do Projecto do GDDS para os PALOP.

### Contas nacionais

3. As estatísticas sobre o PIB/PNB são compiladas em base anual e fornecidas aquando das consultas do Artigo IV e missões

de avaliação dos programas. O STA prestou assistência técnica na área de contas nacionais ao Instituto Nacional de Estatística em 2005, 2006, 2008 e 2009. As baixas taxas de resposta e/ou a insuficiência de rigor das respostas aos inquéritos às empresas, inclusive da parte das empresas mais importantes, continuam a afectar a qualidade dos dados de negócios compilados.

4. Em meados de 2011 foi divulgada uma nova série do PIB para o período 2007–10, com ano base 2001. As novas estimativas cobrem: i) o PIB pela óptica da produção a preços correntes e constantes e ii) mapas de classificação transversal por sector industrial. As séries revisadas reflectem com mais exactidão os desenvolvimentos económicos recentes. Com base no último censo populacional, censo empresarial e sondagem das condições de vida, passou-se a atribuir maior peso aos sectores que apresentaram crescimento mais rápido, tais como comércio, transportes, comunicações e serviços. Ainda

que a revisão da série do PIB constitua uma melhoria significativa, ainda há várias deficiências. Novas melhorias dependerão da realização de um novo inquérito ao orçamento familiar (e não às condições de vida), utilizando preços ao produtor e melhores estimativas da produção agrícola. O Instituto Nacional de Estatística (INE) está em vias de adoptar um novo sistema para melhor capturar a informação dos inquéritos e para garantir a inclusão de estimativas do sector informal; está também a compilar dados de um inquérito ao orçamento familiar realizado no final de 2010.

### **Preços no consumidor**

5. Desde 1997 as ponderações do IPC são baseadas num inquérito aos agregados familiares de três meses conduzido em 1995. É preciso compilar os dados do recente inquérito ao orçamento familiar para actualizar as ponderações. As sondagens dos preços correntes cobrem apenas a capital, mas há planos para aplicar sondagens regionais.

### **Estatísticas de finanças públicas**

6. Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projectos financiados por doadores e operações de financiamento. Todos os empréstimos a projectos financiados por doadores estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks sejam aperfeiçoados em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida.

7. Uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) de Outubro de 2004 auxiliou o Ministério das Finanças a compilar e disseminar EFP do governo geral segundo as directrizes do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 (*GFSM 2001*). A missão preparou tabelas de passagem entre a classificação nacional do orçamento e as classificações segundo o *GFSM 2001*; estas tabelas serão utilizadas para compilar as EFP que serão reportadas ao STA e ao AFR, bem como para informar as decisões do MF. Dada a importância das receitas relacionadas ao petróleo, a missão também examinou a classificação das receitas do petróleo nos termos da Lei de Gestão da Receita Petrolífera e fez recomendações sobre a classificação dessas transacções. Uma missão de seguimento, em Setembro de 2007, verificou que houve alguns progressos em relação às recomendações da missão de 2004. Em especial, em Janeiro de 2007 foi aprovada uma nova lei do orçamento que promoveu melhorias significativas nas classificações nacionais do orçamento. Apesar desses esforços, a tentativa de acelerar os progressos estatísticos esbarra na ausência de um sistema contabilístico apropriado.

### **Estatísticas monetárias e financeiras**

8. Missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em Dezembro de 2004, Abril/Maio de 2006, Junho de 2007 e Setembro de 2010, em resultado das quais melhorou-se a exactidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos.

9. As missões anteriores constataram que os balancetes mensais do BCSTP eram, na generalidade, apropriados para a compilação

de estatísticas monetárias em conformidade com o Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras (*MFSM*).

**10.** Um novo Plano de Contas das outras sociedades de depósitos foi adoptado em Janeiro de 2010. A missão de Setembro examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado para a correcta classificação, sectorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do *MFSM*. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adoptada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP, para além do facto de que um banco ainda utiliza o plano de contas antigo. A missão preparou as tabelas de passagem que ligam os balancetes das OSD — com base no novo plano de contas — aos SRF das OSD (formulário 2SR).

**11.** Uma missão de Setembro de 2010 auxiliou as autoridades a: 1) reconstruir o formulário padrão de reporte (SRF) das outras sociedades de depósitos (OSD) após a introdução do novo plano de contas; 2) avaliar a qualidade dos dados reportados pelas OSD após a migração para o novo plano de contas; 3) dar seguimento ao trabalho de preparação de um SRF para o banco central, com base no novo plano de contas e 4) instituir uma base de dados monetários integrada (BDI) que gere automaticamente os dados exigidos pelo Departamento de África (AFR) do FMI para publicação em *International Financial Statistics (IFS)*, para fins de supervisão, e pelo BCSTP para fins analíticos e de informação. De modo a chegar a uma base de dados integrada que satisfizesse as necessidades de dados do STA, do AFR e do BCSTP, o STA reconstruiu os dados históricos desde Dezembro de 2001.

## **Estatísticas do sector externo**

**12.** Existem deficiências significativas na recolha de dados de base relacionados ao comércio de mercadorias. Algumas transacções, inclusivamente algumas importações relacionadas ao investimento, não são totalmente capturadas na balança de pagamentos (BDP). Os dados mensais sobre as principais exportações e importações são reportados com regularidade ao AFR porém com algum desfasamento nos últimos meses, e os preços unitários e volumes de exportações são incluídos esporadicamente. O AFR não recebe nenhum dado sobre a posição de investimento internacional (PII) de S. Tomé e Príncipe, uma vez que o BCSTP ainda não compila esses dados.

**13.** O projecto do GDDS para os PALOP tem objectivado melhorias substanciais nos dados de base, inclusivamente nas taxas de resposta aos inquéritos, e na metodologia de compilação da BDP em linha com a quinta edição do Manual da Balança de Pagamentos (*BPM5*). Uma missão de Junho de 2003 analisou as deficiências do reporte de transacções das contas corrente e financeira e concluiu que os problemas se deviam sobretudo à insuficiência da cobertura, inclusive relativamente ao investimento director estrangeiro e aos relatórios dos bancos comerciais sobre as transacções internacionais.

**14.** Uma missão de Junho de 2004 constatou que, apesar dos esforços para adoptar as recomendações anteriores, diversas medidas, sobretudo aquelas relacionadas à melhoria dos dados de base, haviam sido implementadas apenas parcialmente, na melhor das hipóteses. Sendo assim, persistem as incoerências na classificação das operações da BDP e a alguns componentes continuam a

ser em grande medida estimados. A limitação de recursos, especialmente em termos de pessoal qualificado, contribuiu para a falta de progressos nas taxas de resposta aos inquéritos. A missão recomendou melhorias na coordenação e partilha de dados entre os órgãos produtores de dados, a intensificação dos contactos com os respondentes dos inquéritos, bem como o uso de fontes alternativas para melhorar os dados de base. Uma missão de Março de 2007 constatou que houve poucos progressos na implementação das recomendações das missões anteriores, sobretudo por causa das limitações de recursos no BCSTP. A missão auxiliou as autoridades na reconciliação de dados da

balança de pagamentos e elaborou um conjunto de recomendações e um plano de trabalho detalhado para reforçar a capacidade de compilação. As limitações de recursos no BCSTP também prejudicaram o desenvolvimento de dados da PII.

**15.** As autoridades tiraram proveito dos esforços anteriores para fortalecer a gestão de dados da dívida, e uma nova unidade foi criada no final de 2003 no Ministério das Finanças para este fim. As autoridades estão a reconciliar os registos da dívida com os credores, e está a ser posto em operação o sistema de registo e gestão da dívida do Secretariado da Commonwealth.

## Indicadores Mais Comuns Exigidos para fins de Supervisão

(Em 15 de Dezembro de 2011)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados <sup>6</sup>	Frequência do reporte	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Nov 2011	Dez 2011	D	D	D
Activos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária <sup>1</sup>	Out 2011	Nov 2011	D	D	D
Reserva/base monetária	Out 2011	Nov 2011	D	D	D
Massa monetária	Set 2011	Nov 2011	M	M	M
Balanço do banco central	Out 2011	Nov 2011	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Set 2011	Nov 2011	M	M	M
Taxas de juros <sup>2</sup>	Set 2011	Nov 2011	M	M	M
Índice de preços no consumidor	Out 2011	Dez 2011	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – governo geral <sup>4</sup>	Jun 2011	Ago 2011	T	T	ND
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – governo central	Jun 2011	Ago 2011	T	T	ND
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central <sup>5</sup>	Set 2011	Set 2011	T	I	M
Saldo da conta corrente externa	Dez 2010	Set 2011	A	I	A
Exportações e importações de mercadorias	Set 2011	Nov 2011	M	I	A
PIB/PNB	2010	Ago 2011	A	I	A
Dívida externa bruta	Set 2011	Set 2011	T	I	A

<sup>1</sup> Inclui os activos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

<sup>2</sup> Taxa de referência do Banco Central.

<sup>3</sup> Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

<sup>4</sup> O governo geral engloba o governo central (fundos orçamentais, extra-orçamentais e da segurança social) e os governos estaduais/provinciais e locais.

<sup>5</sup> Incluindo a composição em termos de moedas e maturidades.

<sup>6</sup> Diária (D), Semanal (S), Mensal (M), Trimestral (T), Anual (A), Irregular (I); Não Disponível (ND).



# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## ANÁLISE CONJUNTA FMI /BANCO MUNDIAL DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA<sup>1</sup>

30 de Dezembro de 2011

Aprovado por

**Sharmini Coorey e Dhaneshwar Ghura (FMI) e  
Marcelo Giugale e Jeffrey Lewis (AID)**

Elaborado por:

Fundo Monetário Internacional e  
Associação Internacional de  
Desenvolvimento

*S. Tomé e Príncipe ainda apresenta um risco elevado de sobreendividamento. O rácio VA da dívida/exportações permanece acima do limiar indicativo específico para o país por um período prolongado no cenário de base.<sup>2</sup> No cenário de base, os indicadores da dívida externa global de S. Tomé e Príncipe são elevados no curto prazo mas, no longo prazo, espera-se que apresentem tendência decrescente. Tendo em conta a expectativa de produção comercial de petróleo a partir de 2015 e de investimento directo estrangeiro a ela associado, o perfil projectado da dívida é coerente com uma dinâmica de dívida manejável — porém de alto risco. Dívidas adicionais agravarão ainda mais o risco para a sustentabilidade externa. Todos os indicadores da dívida apresentam deterioração significativa no cenário que presume crescimento e exportações mais fracas. As incertezas que pairam sobre as perspectivas de produção de petróleo salientam a importância de reforço do desempenho orçamental. No cenário não-petrolífero, atingir um nível sustentável de dívida exigiria um ajustamento orçamental adicional de 2% do PIB no médio prazo. Isto requer: i) melhorias na gestão das finanças e da dívida públicas; ii) o uso exclusivo de donativos e empréstimos altamente concessionais para financiar o orçamento e iii) a aplicação de uma estratégia abrangente para reduzir os custos dos negócios, atrair investimentos e alargar a base exportadora.*

<sup>1</sup> A ASD foi elaborada por técnicos do FMI e do Banco Mundial em colaboração com as autoridades santomenses. A análise actualiza a ASD conjunta anterior, de 18 de Fevereiro de 2009 (*IMF Country Report No. 09/106*). A ASD segue os princípios da nota de orientação conjunta para a aplicação do quadro de sustentabilidade da dívida de países de baixo rendimento, de 22 de Janeiro de 2010 (*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*).

<sup>2</sup> S. Tomé e Príncipe é classificado como um país de "Fraco Desempenho" com base na média trienal do índice CPIA de avaliação da qualidade das políticas e instituições nacionais, da AID. Nos termos do quadro conjunto AID/FMI de sustentabilidade da dívida, os limiares para os países de "Fraco Desempenho" são: 30% para o rácio VA da dívida/PIB; 100% para o rácio VA da dívida/exportações; 15% para o rácio serviço da dívida/exportações; 200% para o rácio VA da dívida/receitas e 25% para o rácio serviço da dívida/receitas, excluídos os donativos.

## CONTEXTO

**1. S. Tomé e Príncipe atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada em Março de 2007, recebeu complementação (*topping-up*) da assistência em Dezembro de 2007 e beneficiou do alívio da dívida das iniciativas HIPC/MDRI.** A MDRI, em especial, permitiu uma economia substancial do serviço da dívida, uma vez que 54% do total da dívida antes do ponto de conclusão HIPC referia-se à AID, ao BAfD e ao FMI. O alívio da dívida junto aos credores do Clube de Paris também ajudou a melhorar o perfil de endividamento do país, pois representava 14% do total da dívida antes do ponto de conclusão.

**2. Estima-se que a dívida externa pública e com garantia pública (PGP) de S. Tomé e Príncipe ascendia a USD 168,1 milhões em termos nominais em Agosto de 2011**

(Tabela 1).<sup>3</sup> A carga da dívida aumentou em relação aos USD 110 milhões registados no fim de 2008, mas continua muito abaixo do pico de USD 359, 5 milhões registado antes do alívio da dívida, no final de 2006. O total da dívida do sector público refere-se exclusivamente à dívida contraída ou garantida pelo governo central, e no presente não há qualquer dívida externa das empresas públicas. A composição da dívida mudou após o ponto de conclusão HIPC. A participação da dívida multilateral caiu de quase 60% antes do ponto de conclusão para cerca de 25%. Contando os atrasados técnicos, Angola é o principal credor bilateral do país, com cerca de 23% do total da dívida externa pendente. O maior credor multilateral é a AID.

**3. Para aplicar os termos da Acta Acordada de Maio de 2007, as autoridades**

<sup>3</sup> Os atrasados técnicos junto a Angola (USD 28,8 milhões), China (USD 17,0 milhões), Itália (USD 25,8 milhões) e Jugoslávia (USD 8,8 milhões) somam USD 80,4 milhões desse total.

**firmaram acordos bilaterais com todos os credores do Clube de Paris, excepto a Rússia, com a qual o acordo foi concluído mas não formalmente assinado.**<sup>4</sup> Em Julho de 2008, S. Tomé e Príncipe recebeu alívio da dívida de Portugal, o seu principal credor fora do Clube de Paris àquela altura. Estão em curso esforços para obter alívio da dívida adicional de outros credores fora do Clube de Paris. As discussões com a Argélia foram concluídas recentemente e espera-se para breve o desfecho das discussões com o Brasil. As autoridades solicitaram o auxílio do FMI para facilitar as negociações com Angola.<sup>5</sup>

### S. Tomé e Príncipe: Stock da dívida externa

(Fim de Agosto de 2011)		
	Milhões de USD	Particip.
Credores multilaterais	40,3	24%
AID	17,7	11%
BAfD	2,1	1%
BADEA	5,2	3%
FMI	4,4	3%
OPEP	3,6	2%
FIDA	6,2	4%
Outros	1,1	1%
Credores bilaterais	127,8	76%
Angola 1/	38,8	23%
China1/	17,0	10%
Nigéria	20,0	12%
Portugal	17,4	10%
Itália 1/	25,8	15%
Outros 1/	8,8	5%
Total	168,1	100%

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas do corpo técnico do FMI.  
1/ Inclui a dívida em litígio.

<sup>4</sup> A assinatura do acordo foi adiada devido ao pedido das autoridades russas de que a cerimónia oficial de assinatura seja realizada em Moscovo.

<sup>5</sup> Presume-se que os credores bilaterais que estão em negociações com S. Tomé e Príncipe fornecerão alívio da dívida em condições comparáveis às do Clube de Paris. O país não está a cumprir os encargos da dívida bilateral ora em negociação e acumulou atrasados técnicos no montante de USD 80,4 milhões.

## PRESSUPOSTOS BÁSICOS

**4. O quadro macroeconómico de médio prazo prevê uma recuperação moderada da crise económica mundial, com a produção anual a retornar aos 6% (a norma histórica) até 2013 (Caixa 1).** Espera-se que os motores do crescimento sejam a construção, o turismo e a agricultura. Estas áreas em expansão são apoiadas pelo programa de investimento público, que continuará a focalizar investimentos em transportes e telecomunicações, administração pública e saúde. A ASD presume a contínua estabilidade macroeconómica no médio prazo (ou seja, até 2014), com base na consolidação orçamental. Presume-se no cenário de base que serão descobertas reservas petrolíferas em quantidades comercialmente viáveis e que a produção de petróleo começará em 2015.

**5. O desempenho orçamental melhorou desde à derrapagem significativa verificada em 2009.** Em 2009, o défice primário interno ascendeu a 8% do PIB, em grande medida por causa da arrecadação abaixo do esperado e do excesso de despesas correntes. O défice primário interno caiu para 4,1% do PIB em 2010 em função do aumento do nível das receitas. A expectativa é que esse défice volte a cair em 2011, para 3,5% do PIB, graças à contenção dos gastos. No médio prazo, espera-se que o défice primário interno continue a declinar, com a manutenção dos esforços para alargar as receitas internas e conter as despesas. Espera-se um acréscimo das receitas em 2012 com o recebimento dos bónus de assinatura do petróleo (equivalentes a cerca de 9% do PIB).

**6. A actual ASD presume o mesmo nível de financiamento externo que a ASD conjunta anterior, mas com um elemento maior de concessionalidade nos empréstimos.** A ASD presume que o elemento concessional médio dos novos desembolsos seja de 50% até ao médio prazo, em linha com o actual programa

com o FMI. No cenário de base, o financiamento concessional começa a declinar a partir de 2015 à medida que o país se torna um produtor de petróleo; o primeiro passo é a passagem de donativos para créditos da AID, seguida do acesso ao financiamento a taxas de mercado. Em todo o período projectado, presume-se que não se recorrerá ao financiamento proveniente das futuras operações de privatização, nem a empréstimos comerciais ou empréstimos de curto prazo.

**7. O cenário de base adopta os mesmos pressupostos que a ASD conjunta anterior relativamente ao petróleo.** Presume-se que a produção e exportação de cerca de 12.700 barris por dia será iniciada em 2015 na Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) com a Nigéria. De um total estimado de USD 430 milhões em receitas médias de exportação ao ano, e de USD 266 milhões em receitas médias para a ZDC, cerca de 40% (USD 106 milhões) caberão a S. Tomé e Príncipe.<sup>6</sup> Nos termos da Lei de Gestão da Receita do Petróleo (LGRP), estas receitas serão acumuladas numa Conta Nacional do Petróleo (CNP), da qual será sacado um máximo de 20% do saldo por ano para financiar o orçamento anual. Após o início da produção, o grosso das receitas correntes será transferido para uma subconta da CNP — o Fundo Permanente de S. Tomé e Príncipe. Os recursos do Fundo Permanente serão investidos de tal

<sup>6</sup> A última actualização da ASD, elaborada pelos técnicos do Fundo em Fevereiro de 2010, presumia um volume similar de produção e exportação de petróleo a partir de 2015, a um preço de USD 75 o barril, contra USD 82 o barril nesta ASD. A ASD de 2009 presumia que a produção de petróleo começaria em 2014, e as exportações em 2015. A ASD de 2008 trabalhava com as mesmas datas de produção e exportação, mas presumia um volume de cerca de 15.000 barris por dia, a USD 70 o barril.

forma a gerar um fluxo permanente de rendimentos para a CNP.

**8. O principal risco para o quadro macroeconómico decorre da incerteza quanto às perspectivas petrolíferas.** A título ilustrativo, a ASD amplia a análise do cenário alternativo não-petrolífero para avaliar as perspectivas para a dívida caso não seja descoberto petróleo em quantidades comercialmente viáveis. A Caixa 2

descreve os pressupostos alternativos de médio e longo prazo. O crescimento a médio prazo poderia ser mais lento que o previsto no cenário de base caso não se consiga obter o financiamento concessional esperado. A falta de donativos ou empréstimos concessionais prejudicará os esforços para diversificar a economia e modernizar as infra-estruturas, ao pôr um freio ao programa de investimento público do governo.

### Caixa 1. S. Tomé e Príncipe: Pressupostos Macroeconómicos de Base

**O PIB real deve crescer** 5% em 2011 e cerca de 6% no período 2012–14, à medida que o país recupera da crise financeira mundial e que o investimento directo estrangeiro volta a fluir para o turismo e as obras relacionadas ao petróleo. O crescimento ascenderá a 24% do PIB em 2015 com o início da produção petrolífera, retornando para a média de longo prazo de 5,6% durante o horizonte das projecções.

**A inflação anual média** deve apresentar declínio constante, de 13,3% em 2010 para 8,8% em 2012 e cerca de 3,5% até 2014. Presume-se que se mantenha ao redor dos 3% no longo prazo, o que reflecte o aperto orçamental e a paridade da dobra frente ao euro, que entrou em vigor em Janeiro de 2010.

**O défice da balança corrente excl. juros (incl. donativos oficiais)** subiu para 30,4% do PIB em 2010, devido ao aumento das importações associadas aos projectos de investimento petrolíferos. A expectativa é que o défice da balança corrente excl. juros permaneça acima de 24% do PIB até ao início das exportações de petróleo. Os investimentos petrolíferos devem manter o défice na faixa dos 30% até 2017. Em seguida, o défice da balança corrente deve sofrer uma forte queda, para 14% do PIB, tendendo gradualmente para o equilíbrio no longo prazo. O crescimento das exportações antes do início da produção de petróleo será impulsionado pelo aumento da produção de cacau e pela reexportação de combustíveis para as empresas de aviação e navegação à medida que S. Tomé e Príncipe reabilita o seu aeroporto e alarga a sua conectividade.

**O défice primário interno** caiu para 4,1% do PIB em 2010 e deve continuar a cair no médio prazo, em linha com o objectivo de mobilizar receitas suficientes para cobrir as despesas correntes. Uma vez iniciada a produção de petróleo, o saldo orçamental global registará um excedente médio de cerca de 8% do PIB no longo prazo, enquanto o défice primário interno não petrolífero continuará em linha com o financiamento não gerador de dívida, em função da contenção das despesas com salários e bens e serviços e das melhorias na administração da receita.

**Os donativos devem** baixar dos níveis actuais de 19% do PIB em 2010 para uma média de 9% do PIB no médio prazo. Presume-se que estes donativos, juntamente com os desembolsos previstos dos empréstimos concessionais, sejam utilizados unicamente em projectos de desenvolvimento e na manutenção a eles associada.

**Os níveis de IDE** caíram para uma média de 6% do PIB entre 2009 e 2011 em consequência da crise financeira mundial e das incertezas quanto à produção de petróleo. A expectativa é que o IDE ascenda ao nível de 17% do PIB em 2012 com o início da extracção na Zona Económica Exclusiva (ZEE). Uma vez iniciada a exploração de petróleo, o IDE terá um aumento substancial para financiar os investimentos de capital relacionados ao sector. Prevê-se um forte declínio dos donativos e empréstimos concessionais à medida que o petróleo possa ser utilizado para financiar as necessidades em termos de desenvolvimento.

**Não há previsão de endividamento interno.** Todas as necessidades de financiamento interno serão atendidas através de saques dos depósitos do governo (inclusive da CNP).

## ASD EXTERNA E DO SECTOR PÚBLICO<sup>7</sup>

### A. Cenário de base

**9. No cenário de base, a trajectória da dívida externa ultrapassa o nível do limiar do VA da dívida externa PGP.** Como reflexo das baixas exportações do país, o rácio VA da dívida externa PGP/exportações é mais que o triplo do limiar indicativo de 100%, e deve permanecer acima do limiar até 2015, quando terá início a exportação de petróleo. Os indicadores da dívida externa apresentam uma melhora notável com o advento do petróleo: todos os rácios passam a ficar abaixo do limiar e tendem a declinar. O rácio dívida/PIB permanece ligeiramente acima do limiar até ao início da produção de petróleo.

**10. A dinâmica da dívida de S. Tomé e Príncipe mantém-se abaixo dos limiares no que respeita a todos os demais indicadores.**

O rácio dívida/PIB situa-se a 2% do limiar em 2011 e 2012, e empréstimos adicionais acima do previsto no cenário de base empurrarão este rácio para mais além do limiar dependente de políticas, onde ele permanecerá até ao início da produção de petróleo. O governo obteve novos empréstimos concessionais no último ano de diversas fontes para compensar a insuficiência de donativos.<sup>8</sup>

**11. A expectativa é que os rácios do serviço da dívida permaneçam abaixo do limiar durante o período coberto pelas projecções.** Embora os rácios do serviço da dívida de S. Tomé e Príncipe fiquem abaixo dos limiares indicativos, o país não será capaz de alargar a sua muito estreita base exportadora no curto prazo. Sem a produção de petróleo, isto poderia contribuir para riscos de solvência e liquidez.

S. Tomé e Príncipe: Indicadores da dívida externa

	Limiares indicativos 1/	2009	2010	2011
VAL da dívida externa				
Como % do PIB	30	20	33	32
Como % das export.	100	151	298	324
Como % da receita	200	105	178	181
Serviço da dívida				
Como % das export.	15	3	11	14
Como % da receita	25	2	7	8

1/ Representa o limiar indicativo da ASD de países de baixo rendimento para S. Tomé e Príncipe, que é classificado como um país de fraco desempenho segundo o índice CPIA do Banco Mundial.

<sup>7</sup> Não há muita diferença entre as ASD externa e pública, pois o governo de S. Tomé e Príncipe não emite dívida interna e não se prevê que venha a fazê-lo no cenário de base.

<sup>8</sup> Em 2009, as fontes de financiamento bilateral em condições altamente concessionais foram Angola (USD 10 milhões), Nigéria (USD 10 milhões) e Portugal (USD 1 milhão), para além das instituições multilaterais (USD 4 milhões). Em 2010, o país recebeu financiamento concessional de Portugal (USD 17,4 milhões) e de instituições multilaterais (USD 3 milhões), e em 2011 as autoridades receberam empréstimos concessionais da Nigéria (USD 10 milhões) e de organismos multilaterais (USD 4,7 milhões), até ao final de Agosto.

## B. Análise de Sensibilidade e Cenário Alternativo

**12. Os testes de stress mostram o quanto a dívida é vulnerável a um abrandamento no crescimento das exportações e a uma combinação de outros choques económicos adversos.** O valor actualizado da dívida supera os 30% do PIB até 2022. Da mesma forma, o rácio dívida/receitas ultrapassa o limiar de 200% no período 2012–14, ascendendo a 310% em 2013. Se o crescimento das exportações for menor que o esperado, o rácio VA da dívida/exportações sobe para quase 800% em 2013 e o rácio serviço da dívida/exportações ultrapassa o limiar,

superando os 31% em 2014. Diversos outros choques potenciais também fariam com que os níveis da dívida permanecessem acima dos limiares indicativos por um período prolongado. Se o défice da balança corrente fosse mais baixo, a dívida poderia ser reduzida com maior rapidez. É pouco provável que os défices da balança corrente sejam menores nos próximos anos, à medida que projectos de construção restantes são iniciados e os já existentes vão sendo concluídos.

### Caixa 2. S. Tomé e Príncipe: Pressupostos Macroeconómicos no Cenário Alternativo não-Petrolífero com Ajustamento

Presume-se que o **crescimento do PIB real** seja 0,5% do PIB inferior ao do cenário de base em 2013–15, com o governo a reduzir o seu programa de investimento público na ausência do financiamento proveniente das receitas do petróleo. No longo prazo, as projecções indicam um crescimento sustentado de cerca de 5,5%, semelhante à norma histórica. Atingir este potencial exigirá políticas macroeconómicas sólidas, medidas para melhorar o ambiente de negócios e a aplicação bem sucedida de uma estratégia de desenvolvimento do turismo. O crescimento seria impulsionado pelo turismo, a agricultura e as pescas. Na ausência do petróleo, o investimento teria de ser apoiado por fluxos de entrada de donativos.

O **defícite da balança corrente excl. juros projectado** cairia de cerca de 30% do PIB para um nível médio de cerca de 25%, como reflexo do declínio nas importações.

O **defícite primário interno** sofre um ajuste total de 2% num período de dois anos a partir de 2014 para se manter em linha com a disponibilidade de financiamento não gerador de dívida. Os empréstimos concessionais devem crescer para financiar as despesas de capital associadas ao programa de investimento público. Para minimizar o impacto sobre o crescimento, o ajustamento teria de

advir de medidas para mobilizar mais receitas (ou seja, alargamento da base tributária com a consolidação das reformas fiscais) e cortar gastos não prioritários. O cenário continua a presumir receitas dos bónus de assinatura do petróleo em 2011 e 2012, como reflexo dos contratos já firmados e das negociações em curso.

Os **empréstimos concessionais** cairiam dos níveis insustentáveis registados em 2009–11 para a norma histórica de 3% do PIB, começando com a redução de cerca de 3% do PIB ao ano nos empréstimos planeados para o período 2012–15. Todos os empréstimos de longo prazo serão contraídos em condições altamente concessionais. Os cerca de USD 24 milhões ora previstos em investimentos de capital a ser financiados por empréstimos concessionais em 2013 e 2014 terão de ser adiados para manter o rácio VA da dívida/PIB próximo do limiar.

O **financiamento na forma de donativos** deve permanecer próximo da norma histórica, mas a mobilização de donativos adicionais poderia atenuar o impacto da diminuição dos empréstimos para investimentos de capital.

Os **fluxos de IDE** cairão para cerca de 5% do PIB, o que é coerente com a média dos países subsarianos.

**13. Num cenário não-petrolífero, a dinâmica da dívida de S. Tomé e Príncipe permaneceria próxima dos limiares, com o aumento da vulnerabilidade a choques.** Os défices orçamentais seriam financiados através de empréstimos em condições altamente concessionais, elevando os níveis de endividamento em relação ao cenário de base. O rácio dívida/exportações ultrapassaria os limiares por uma margem significativa em todo o período projectado. O rácio dívida/PIB teria um acréscimo

constante até ultrapassar ligeiramente o limiar de 30% entre 2021 e 2023, para depois cair gradualmente em razão de uma combinação de disciplina orçamental e crescimento do PIB. Um ajustamento para corrigir o rácio dívida/exportações afigura-se difícil em vista da estreita base exportadora. No longo prazo, porém, seria necessário um ajustamento orçamental sustentado para reverter a ultrapassagem do limiar dívida/PIB.

## CONCLUSÃO E OPINIÃO DAS AUTORIDADES

**14. São Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobreendividamento externo.**

O país está a beneficiar das perspectivas de exploração petrolífera, que atraem o investimento directo estrangeiro, e dos fluxos de entrada de donativos, que claramente atenuam os seus riscos de liquidez; mas estes fluxos são instáveis e insuficientes para limitar os riscos criados pelos altos níveis de endividamento. Apesar dos riscos elevados, a dinâmica da dívida de S. Tomé e Príncipe é manejável. O país é capaz de cumprir as suas obrigações correntes e a situação da dívida global do sector público, embora elevada no curto prazo, mostra sinais de declínio a mais longo prazo. As autoridades terão de monitorizar a adequação do ajustamento orçamental num cenário não-petrolífero para que a sustentabilidade da dívida a longo prazo não seja posta em causa. Nesse contexto, a ASD sublinha a necessidade das seguintes medidas para atenuar os riscos:

- Consolidar a posição orçamental, para que as despesas correntes sejam cobertas por recursos internos;
- Acelerar as reformas para a melhoria das políticas e do desempenho institucional de modo a alargar o potencial de crescimento do país;

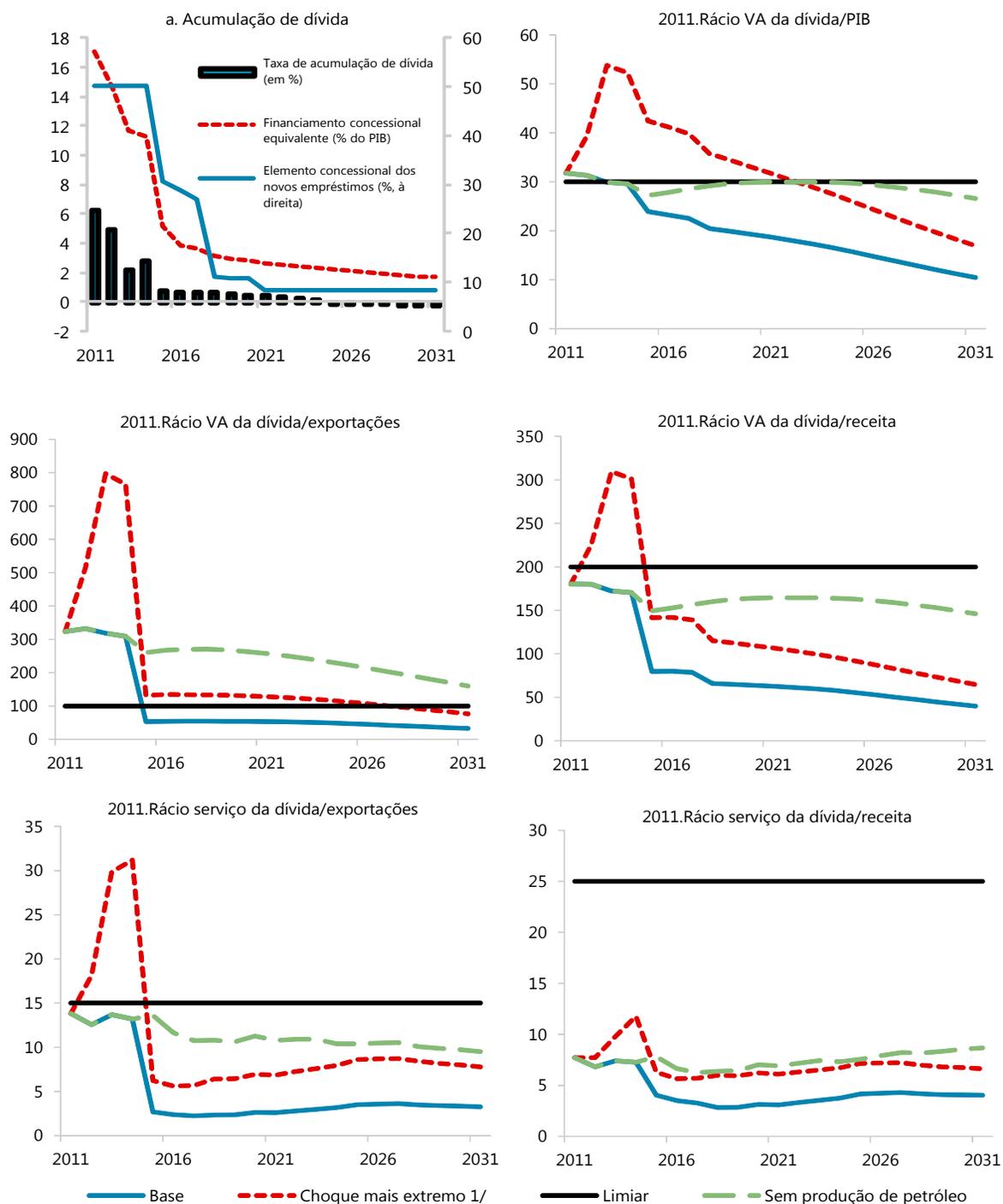
- Garantir condições de financiamento favoráveis na forma de donativos ou empréstimos em condições altamente concessionais; e
- Formular uma estratégia abrangente para reduzir os custos dos negócios e atrair investimentos tendentes a alargar a base exportadora.

**15. As principais vulnerabilidades de médio prazo são o crescimento mais baixo do PIB, graves choques externos e o endividamento em condições menos concessionais.** Estas vulnerabilidades salientam a importância de políticas macroeconómicas sólidas para alargar o potencial de crescimento numa base sustentada. A criação de um bom sistema de gestão da dívida pública, assente numa estratégia de médio prazo para a gestão da dívida e alinhado com um quadro orçamental de médio prazo, será essencial para guiar o futuro desenvolvimento financeiro de S. Tomé e Príncipe. Deve-se dar prioridade aos projectos que contribuam para o alto crescimento e a geração de empregos, o que ajudará a garantir a capacidade do serviço da dívida no futuro.

**16. As autoridades concordam, em linhas gerais, com os principais pressupostos**

**macroeconómicos e a análise que sustenta a ASD conjunta.** As autoridades estão optimistas em relação às perspectivas da futura exploração de petróleo, mas mostraram-se receptivas à discussão de um cenário não-petrolífero. Embora reconheçam que S. Tomé e Príncipe ainda corre o risco de voltar a cair numa situação de sobreendividamento, elas destacaram que o apoio ao crescimento e à diversificação exige a mobilização de recursos suficientes para executar o programa de investimento público, o que pode exigir a contratação de empréstimos em condições altamente concessionais caso o financiamento na forma de donativos não esteja disponível. As autoridades observaram que o endividamento adicional não seria um motivo de apreensão, pois os níveis do serviço da dívida encontram-se actualmente bem abaixo dos limiares.

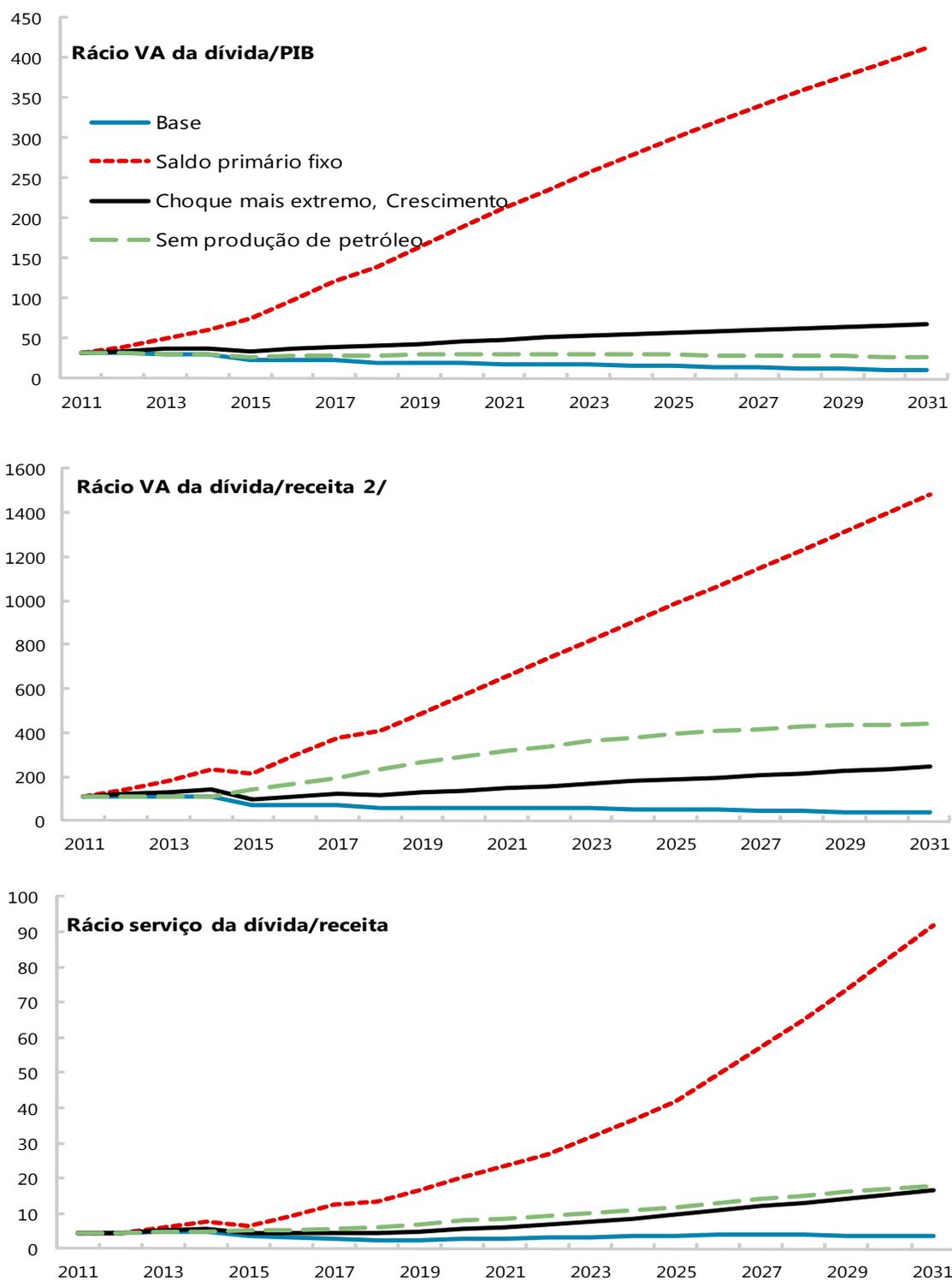
**Figura 1. S. Tomé e Príncipe: Indicadores da dívida externa pública e com garantia pública em cenários alternativos, 2011–31<sup>1/</sup>**



Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2021. Em (b) corresponde a uma combinação de choques; em (c), a um choque nas exportações; em (d), a uma combinação de choques; em (e) a um choque nas exportações e em (f) a uma combinação de choques.

**Figura 2. S. Tomé e Príncipe: Indicadores da dívida pública em cenários alternativos, 2011–31<sup>1/</sup>**



Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projecções do corpo técnico.  
 1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2021.  
 2/ A definição da receita inclui os donativos.

**Tabela 1. S. Tomé e Príncipe: Quadro de sustentabilidade da dívida externa, Cenário de base, 2008–31 1/**  
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média histórica	Desvio padrão	Projeções						2011-2016		2017-2031			
	2008	2009	2010			2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média	2021	2031	Média		
<b>Dívida externa (nominal) 1/</b>	<b>22,2</b>	<b>35,0</b>	<b>47,4</b>			<b>47,6</b>	<b>48,5</b>	<b>46,6</b>	<b>46,2</b>	<b>36,8</b>	<b>35,0</b>						
d/q pública ou com garantia pública (PGP)	22,2	35,0	47,4			47,6	48,5	46,6	46,2	36,8	35,0						
Variação da dívida externa	-36,1	12,8	12,4			0,2	0,9	-1,8	-0,4	-9,4	-1,8						
Fluxos líquidos identificados geradores de dívida	-14,9	6,7	7,4			8,3	5,3	-0,8	0,0	-11,2	-1,9						
<b>Défice da balança corrente excl. juros</b>	<b>35,5</b>	<b>26,4</b>	<b>30,4</b>	<b>22,3</b>	<b>10,2</b>	<b>29,6</b>	<b>27,5</b>	<b>27,7</b>	<b>27,2</b>	<b>24,3</b>	<b>28,3</b>						
Défice na balança de bens e serviços	51,9	44,8	54,9			44,9	40,8	39,9	38,5	7,9	11,5						
Exportações	10,9	10,5	11,2			9,8	9,4	9,4	9,6	45,2	42,8						
Importações	62,8	55,3	66,1			54,7	50,3	49,3	48,1	53,1	54,3						
Transferências correntes líquidas (negativo = entrada)	-14,2	-17,1	-23,0	-21,6	5,7	-14,1	-12,2	-11,2	-10,4	-4,9	-2,8						
d/q oficiais	-12,5	-15,6	-21,5			-12,8	-11,2	-10,3	-9,5	-4,2	-2,2						
Outros fluxos da balança corrente (negativo = entrada líquida)	-2,2	-1,2	-1,5			-1,2	-1,1	-1,0	-1,0	21,3	19,7						
<b>IDE líquido (negativo = entrada)</b>	<b>-39,4</b>	<b>-18,7</b>	<b>-22,5</b>	<b>-23,5</b>	<b>15,4</b>	<b>-19,8</b>	<b>-20,3</b>	<b>-26,2</b>	<b>-25,0</b>	<b>-26,9</b>	<b>-29,0</b>						
<b>Dinâmica endógena da dívida 2/</b>	<b>-11,0</b>	<b>-1,0</b>	<b>-0,5</b>			<b>-1,5</b>	<b>-1,9</b>	<b>-2,3</b>	<b>-2,2</b>	<b>-8,6</b>	<b>-1,3</b>						
Contributo da taxa de juro nominal	1,4	0,5	0,3			0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3						
Contributo do crescimento do PIB real	-4,2	-0,8	-1,5			-1,9	-2,2	-2,6	-2,5	-8,9	-1,6						
Contributo das variações de preços e taxas de câmbio	-8,3	-0,6	0,7			...	...	...	...	...	...						
<b>Resíduo (3-4) 3/</b>	<b>-21,2</b>	<b>6,1</b>	<b>5,0</b>			<b>-8,1</b>	<b>-4,4</b>	<b>-1,0</b>	<b>-0,4</b>	<b>1,7</b>	<b>0,2</b>						
d/q financiamento excepcional	-99,8	-26,1	0,0			0,0	-1,1	0,0	0,0	0,0	0,0						
VA da dívida externa 4/	...	...	33,4			31,77	31,4	29,9	29,6	23,9	23,2						
Como % das exportações	...	...	297,5			323,51	332,6	318,8	309,0	53,0	54,2						
<b>VA da dívida externa PGP</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>33,4</b>			<b>31,77</b>	<b>31,4</b>	<b>29,9</b>	<b>29,6</b>	<b>23,9</b>	<b>23,2</b>						
Como % das exportações	...	...	297,5			323,51	332,6	318,8	309,0	53,0	54,2						
Como % da receita pública	...	...	178,3			180,51	180,0	172,3	170,5	79,9	80,0						
<b>Rácio serviço da dívida/exportações (%)</b>	<b>49,2</b>	<b>18,9</b>	<b>11,2</b>			<b>13,82</b>	<b>12,6</b>	<b>13,7</b>	<b>13,2</b>	<b>2,7</b>	<b>2,4</b>						
<b>Rácio serviço da dívida PGP/exportações (%)</b>	<b>49,2</b>	<b>18,9</b>	<b>11,2</b>			<b>13,82</b>	<b>12,6</b>	<b>13,7</b>	<b>13,2</b>	<b>2,7</b>	<b>2,4</b>						
<b>Rácio serviço da dívida PGP/receita (%)</b>	<b>32,1</b>	<b>12,0</b>	<b>6,7</b>			<b>7,71</b>	<b>6,8</b>	<b>7,4</b>	<b>7,3</b>	<b>4,0</b>	<b>3,5</b>						
Total da necessidade bruta de financiamento (mil milhões de USD)	0,0	0,0	0,0			0,03	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
Défice da balança corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	71,6	13,5	18,0			29,43	26,6	29,5	27,6	33,8	30,1						
<b>Principais pressupostos macroeconómicos</b>																	
Crescimento do PIB real (%)	9,1	4,0	4,5	5,1	5,4	4,9	5,5	6,0	6,0	24,4	4,6						
Deflador do PIB em termos de USD (variação percentual)	16,6	2,9	-2,1	5,0	8,5	20,2	10,9	6,2	4,3	1,9	1,4						
Taxa de juro efectiva (%) 5/	3,1	2,5	0,8	1,2	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7	0,8	0,9						
Crescimento das exportações de bens e serviços (USD, %)	49,6	3,1	9,5	4,8	26,8	10,2	12,3	12,1	12,9	497,8	0,5						
Crescimento das importações de bens e serviços (USD, %)	25,4	-5,7	22,4	13,7	15,0	4,4	7,4	10,5	7,9	39,9	8,5						
Elemento concessional dos novos empr. do sector público (%)	...	...	...	...	...	50,0	50,0	50,0	50,0	30,6	28,7						
Receita pública (excl. donativos, % do PIB) 6/	16,7	16,6	18,8			17,6	17,4	17,4	17,4	30,0	29,0						
Fluxos da ajuda financeira (mil milhões de USD) 7/	0,0	0,1	0,1			0,056	0,056	0,046	0,050	0,028	0,023						
d/q Donativos	0,0	0,0	0,0			0,030	0,030	0,032	0,032	0,022	0,018						
d/q Empréstimos concessionais	0,0	0,0	0,0			0,027	0,025	0,014	0,018	0,006	0,005						
Financiamento concessional equivalente (% do PIB) 8/	...	...	...			17,0	14,6	11,6	11,2	5,2	3,9						
Financiamento concessional equivalente (% do financiamento externo) 8/	...	...	...			76,2	77,1	84,1	81,8	85,6	83,8						
<i>Por memória:</i>																	
PIB nominal (mil milhões de USD)	0,2	0,2	0,2			0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5						
Crescimento do PIB nominal em dólares	27,2	7,1	2,3			26,1	17,0	12,6	10,6	26,8	6,0						
VA da dívida externa PGP (mil milhões de USD)	...	...	0,068			0,080	0,093	0,100	0,109	0,112	0,115						
(VAT-VAT-1)/PIBt-1 (%)	...	...	...			6,3	4,9	2,2	2,8	0,7	0,7						
Remessas brutas (mil milhões de USD)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0						
VA da dívida externa PGP (% do PIB + remessas)	...	...	32,9			31,4	31,0	29,6	29,3	23,8	23,1						
VA da dívida externa PGP (% das exportações + remessas)	...	...	262,0			287,4	298,8	289,3	283,2	52,2	53,4						
Serviço da dívida externa PGP (% das exportações + remessas)	...	...	9,8			12,3	11,3	12,4	12,1	2,6	2,4						

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projecções do corpo técnico. Médias históricas e desvios padrão são geralmente derivados dos dados dos últimos 10 anos, quando disponíveis.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Derivado como  $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+gp)$  multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo  $r$  = taxa de juro nominal;  $g$  = taxa de crescimento do PIB real e  $p$  = taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional, variações dos activos externos brutos e ajuste por variação cambial. Para as projecções, também inclui o contributo das variações de preços e taxas de câmbio e os fluxos de capital privado.

4/ Presume que o VA da dívida do sector público seja equivalente ao seu valor nominal.

5/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ Definido como o total da receita pública, excl. donativos e alívio da dívida.

7/ Definido como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida. A dívida é definida como concessional quando tem um elemento concessional de no mínimo 50%.

8/ O financiamento concessional equivalente inclui os donativos concedidos ao governo directamente e através de novos empréstimos (diferença entre o valor nominal e o VA da nova dívida).

**Tabela 2. S. Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida pública e com garantia pública, 2011–31**  
(Percentagem)

	Projeções							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2021	2031
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>								
<b>Base</b>	32	31	30	30	24	23	<b>19</b>	10
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2011-2031 1/	32	26	23	20	20	18	<b>12</b>	0
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2	32	34	33	34	28	27	<b>23</b>	16
A3. Sem produção de petróleo e com ajustamento orçamental	32	31	30	30	38	45	<b>85</b>	117
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	32	33	33	33	27	26	<b>21</b>	12
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 3/	32	34	36	35	29	28	<b>22</b>	12
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	32	36	38	37	30	29	<b>23</b>	13
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	32	39	48	46	38	37	<b>28</b>	15
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	32	39	54	52	42	41	<b>32</b>	17
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	32	43	41	40	33	32	<b>25</b>	14
<b>Rácio VA da dívida/exportações</b>								
<b>Base</b>	324	333	319	309	53	54	<b>53</b>	32
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2011-2031 1/	324	274	243	209	43	41	<b>33</b>	0
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2	324	359	355	355	61	64	<b>66</b>	49
A3. Sem produção de petróleo e com ajustamento orçamental	324	333	319	309	410	496	966	1390
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	324	333	318	308	53	54	<b>53</b>	32
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 3/	324	516	797	765	131	135	<b>128</b>	77
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	324	333	318	308	53	54	<b>53</b>	32
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	324	409	510	484	83	85	<b>79</b>	46
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	324	451	699	666	115	117	<b>110</b>	64
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	324	333	318	308	53	54	<b>53</b>	32
<b>Rácio VA da dívida/receita</b>								
<b>Base</b>	181	180	172	171	80	80	<b>63</b>	40
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2011-2031 1/	181	148	131	115	65	61	<b>40</b>	1
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2	181	194	192	196	93	94	79	60
A3. Sem produção de petróleo e com ajustamento orçamental	181	180	172	171	184	222	397	583
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	181	190	193	191	89	90	<b>70</b>	44
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 3/	181	194	208	204	96	96	<b>73</b>	45
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	181	207	217	215	101	101	<b>79</b>	50
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	181	222	275	267	126	126	<b>94</b>	56
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	181	225	310	301	142	142	<b>107</b>	65
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	181	247	235	233	109	109	<b>86</b>	54

**Tabela 2. S. Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida pública e com garantia pública, 2011-31 (conclusão) (Porcentagem)**

	Projeções							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2021	2031
<b>Rácio serviço da dívida/exportações</b>								
<b>Base</b>	14	13	14	13	3	2	<b>3</b>	3
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2011-2031 1/	14	13	13	12	3	2	<b>1</b>	1
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2	14	13	15	15	3	3	4	4
A3. Sem produção de petróleo e com ajustamento orçamental	14	13	14	13	15	15	26	57
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	14	13	14	13	3	2	<b>3</b>	3
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 3/	14	18	30	31	6	6	<b>7</b>	8
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	14	13	14	13	3	2	<b>3</b>	3
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	14	13	16	19	4	3	<b>5</b>	5
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	14	15	22	26	5	5	<b>6</b>	7
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	14	13	14	13	3	2	<b>3</b>	3
<b>Rácio serviço da dívida/receita</b>								
<b>Base</b>	8	7	7	7	4	4	<b>3</b>	4
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2011-2031 1/	8	7	7	6	4	3	<b>2</b>	1
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2011-2031 2	8	7	8	8	5	4	4	5
A3. Sem produção de petróleo e com ajustamento orçamental	8	7	7	7	8	8	13	27
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	8	7	8	8	5	4	<b>3</b>	5
B2. Crescimento do valor de exportação à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 3/	8	7	8	8	5	4	<b>4</b>	5
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	8	8	9	9	5	4	<b>4</b>	5
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 4/	8	7	9	10	5	5	<b>6</b>	6
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio padrão	8	8	10	12	6	6	<b>6</b>	7
B6. Depreciação nominal pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2012 5/	8	9	10	10	6	5	<b>4</b>	6

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a balança corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

2/ Presume que a taxa de juro sobre os novos empréstimos seja 2 p.p. superior à do cenário de base, enquanto os prazos de carência e vencimento são os mesmos.

3/ Presume a permanência dos valores das exportações no nível mais baixo, mas presume que a balança corrente como parcela do PIB retorne ao nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório nos níveis das importações).

4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

5/ A depreciação é definida como um declínio percentual na taxa entre o dólar e a moeda nacional que nunca ultrapassa os 100%.

**Tabela 3. S. Tomé e Príncipe: Quadro de sustentabilidade da dívida do sector público, Cenário de base, 2008–31**  
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média	Desvio padrão	Estimativa				Projeções							
	2008	2009	2010			2011	2012	2013	2014	2015	2016	2011-16 média	2021	2031	2017-31 média		
<b>Dívida do sector público 1/</b>																	
d/q expressa em moeda estrangeira	22,2	35,0	47,4			47,6	48,5	46,6	46,2	36,8	35,0		25,3	12,4			
Variação da dívida do sector público	-36,1	12,8	12,4			0,2	0,9	-1,8	-0,4	-9,4	-1,8		-1,4	-1,1			
Fluxos identificados geradores de dívida	-102,4	-15,0	8,5			7,9	2,1	0,0	0,5	-18,5	-9,7		-10,8	-6,1			
Défice primário	1,6	19,1	10,9	9,2	4,7	17,0	8,7	5,0	4,6	-9,0	-7,9	3,0	-9,6	-5,6		-8,2	
Receitas e donativos	26,3	29,2	37,4			29,3	27,7	26,8	26,1	34,7	32,6		32,3	27,7			
da qual: donativos	9,6	12,6	18,6			11,7	10,2	9,4	8,7	4,8	3,6		2,6	1,6			
Despesa primária (excl. juros)	27,9	48,3	48,2			46,3	36,3	31,8	30,7	25,7	24,7		22,7	22,1			
Dinâmica automática da dívida	-12,1	-0,9	-2,1			-9,1	-6,6	-5,0	-4,2	-9,5	-1,8		-1,1	-0,4			
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	-4,4	-0,6	-1,6			-2,8	-2,6	-2,9	-2,7	-9,2	-1,8		-1,4	-0,6			
do qual: contributo da taxa de juro real média	0,5	0,3	-0,1			-0,5	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	-0,2		-0,1	0,0			
do qual: contributo do crescimento do PIB real	-4,8	-0,9	-1,5			-2,2	-2,5	-2,7	-2,6	-9,1	-1,6		-1,3	-0,6			
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	-7,7	-0,4	-0,4			-6,3	-4,0	-2,1	-1,4	-0,2	0,0		...	...			
Denominador = 1+g	1,1	1,0	1,0			1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,0		1,1	1,0			
Outros fluxos identificados geradores de dívida	-91,9	-33,2	-0,3			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0			
Receitas de privatização (negativa)	11,6	-6,2	-0,3			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0			
Reconhecimento de passivos implícitos ou contingentes	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0			
Alívio da dívida (HIPC e outros)	-103,4	-27,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0			
Outros (especificar, ex., recapitalização bancária)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0			
Resíduo, incl. variação do activo 5/	66,3	27,9	3,9			-7,7	-1,2	-1,8	-0,9	9,1	7,9		9,4	5,0			
<b>Outros indicadores de sustentabilidade</b>																	
<b>VA da dívida do sector público</b>																	
d/q expressa em moeda estrangeira	0,0	0,0	33,4			31,8	31,4	29,9	29,6	23,9	23,2		18,7	10,4			
d/q externa	0,0	0,0	33,4			31,8	31,4	29,9	29,6	23,9	23,2		18,7	10,4			
VA dos passivos contingentes (não incl. na dívida do sector público)	...	...	33,4			31,8	31,4	29,9	29,6	23,9	23,2		18,7	10,4			
Necessidade bruta de financiamento 2/	7,0	21,1	12,1			18,3	9,9	6,2	5,9	-7,8	-6,9		-8,7	-4,6			
Rácio VA da dívida do sector público/receitas e donativos (%)	0,0	0,0	89,5			108,4	113,4	111,6	113,5	68,9	71,2		57,9	37,6			
Rácio VA da dívida do sector público/receita (%)	0,0	0,0	178,3			180,5	180,0	172,3	170,5	79,9	80,0		62,9	40,0			
d/q externa 3/	...	...	178,3			180,5	180,0	172,3	170,5	79,9	80,0		62,9	40,0			
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (%) 4/	20,4	6,8	3,4			4,6	4,3	4,8	4,8	3,5	3,1		2,8	3,8			
Rácio serviço da dívida/receita (%) 4/	32,1	12,0	6,7			7,7	6,8	7,4	7,3	4,0	3,5		3,1	4,0			
Défice primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	37,7	6,3	-1,5			16,8	7,8	6,8	5,0	0,4	-6,1		-8,3	-4,5			
<b>Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais</b>																	
PIB nominal (moeda nacional)	2696,1	3184,5	3718,9			4375,5	5164,9	5839,3	6508,0	8315,2	8885,9		13561,8	26424,0			
Crescimento do PIB real (%)	9,1	4,0	4,5	5,1	5,4	4,9	5,5	6,0	6,0	24,4	4,6	8,6	5,2	4,8	5,6		
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (%)	3,1	2,5	0,8	1,2	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7	0,8	0,9	0,8	1,2	1,8	1,4		
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (%)	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...		
Depreciação da taxa de câmbio real (% + indica depreciação)	-14,4	-1,7	-1,3	-3,3	8,5	-14,2	...	...	...	...	...	...	...	...	...		
Taxa de inflação (deflador do PIB, %)	26,6	13,6	11,7	15,6	10,0	12,1	11,9	6,7	5,1	2,7	2,2	6,8	1,9	1,9	1,9		
Crescimento dos gastos primários reais (defl. pelo deflador do PIB)	-0,2	0,8	0,0	0,1	0,3	0,0	-0,2	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Elemento concessional dos novos empréstimos externos (%)	...	...	...	...	...	50,0	50,0	50,0	50,0	30,6	28,7	43,2	8,5	8,5			

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projecções do corpo técnico. Médias históricas e desvios padrão são geralmente derivados dos dados dos últimos 10 anos, quando disponíveis.

1/ O sector público inclui o governo geral. Não há dívida contraída pelos governos locais ou empresas públicas.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excl. donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e da amortização da dívida de médio e longo prazo.

5/ O resíduo projectado reflecte os fluxos não cobertos pelo modelo, incl. a Conta Nacional do Petróleo e os fundos de privatização.

**Tabela 4. S. Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida pública, 2011–31**  
(Porcentagem)

	Projeções							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2021	2031
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>								
<b>Base</b>	32	31	30	30	24	23	19	10
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	32	32	35	39	58	75	174	319
A2. Saldo primário inalterado desde 2011	32	40	50	61	75	98	212	412
A3. Sem produção de petróleo e com ajustamento orçamental 3/	32	31	30	30	38	45	85	117
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 1/	32	34	37	38	35	37	49	69
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	32	37	44	43	35	34	28	18
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	32	35	41	41	35	36	39	45
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2012	32	42	39	37	30	30	25	18
B5. Aumento de 10% do PIB noutros fluxos geradores de dívida em 2012	32	41	39	38	31	30	25	16
<b>Rácio VA da dívida/receita 2/</b>								
<b>Base</b>	108	113	112	113	69	71	58	38
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	108	116	130	149	162	225	527	1130
A2. Saldo primário inalterado desde 2011	108	143	185	232	217	302	656	1485
A3. Sem produção de petróleo e com ajustamento orçamental 3/	108	113	112	113	144	171	319	442
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 1/	108	121	131	141	98	113	149	245
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	108	133	164	164	100	104	86	67
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	108	125	149	154	101	110	121	163
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2012	108	151	145	142	87	91	78	66
B5. Aumento de 10% do PIB noutros fluxos geradores de dívida em 2012	108	150	146	147	90	93	77	57

**Tabela 4. S. Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida pública, 2011–31 (conclusão)**  
(Percentagem da receita)

	Projeções							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2021	2031
<b>Rácio serviço da dívida/receita 2/</b>								
<b>Base</b>	5	4	5	5	3	3	3	4
<b>A. Cenários alternativos</b>								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	5	4	5	6	5	7	19	71
A2. Saldo primário inalterado desde 2011	5	4	6	8	7	9	24	92
A3. Sem produção de petróleo e com ajustamento orçamental 3/	5	4	5	5	5	5	9	18
<b>B. Testes-limite</b>								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013 1/	5	4	5	6	4	4	6	17
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio padrão em 2012-2013	5	4	6	7	5	4	4	7
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de meio desvio padrão	5	4	5	6	5	4	5	12
B4. Depreciação real pontual de 30% em 2012	5	5	7	7	5	5	4	7
B5. Aumento de 10% do PIB noutros fluxos geradores de dívida em 2012	5	4	6	6	4	4	4	6

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ Presume que o crescimento do PIB real é o do cenário de base menos um desvio padrão dividido pela raiz quadrada da duração do período de projecção.

2/ A definição da receita inclui os donativos.

3/ Presume que não haverá produção petrolífera no longo prazo e que o ajustamento orçamental totalizará 2,0% do PIB em 2013-2014.



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

*Nota de Informação ao Público*

DEPARTAMENTO  
DE RELAÇÕES  
EXTERNAS

Nota de Informação ao Público (PIN) nº 12/xx (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
xx de Janeiro de 2012

Fundo Monetário Internacional  
700 19<sup>th</sup> Street, NW  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2011 com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV**

Em 23 de Janeiro de 2012, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV.<sup>1</sup>

### **Enquadramento**

A economia Santomense está a se recuperar paulatinamente do acentuado abrandamento da actividade em 2009. Este abrandamento reflectiu o declínio do investimento directo estrangeiro em consequência da crise financeira mundial. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) tenha crescido quase 5% em 2011, graças ao impulso dado pelos projectos com financiamento externo às actividades nos sectores de construção, comércio, turismo e agricultura. Este ritmo de crescimento deve acelerar à medida que prosseguem as sondagens de prospecção de petróleo. A expectativa das autoridades é que a produção de petróleo seja iniciada em 2015. A recuperação económica está sujeita a riscos de deterioração decorrentes das dificuldades económicas e financeiras na Europa, que poderiam condicionar as perspectivas de ajuda financeira, investimento directo estrangeiro e remessas.

A inflação sofreu um declínio significativo desde 2008, mas ainda permanece acima dos 10%. O aperto das políticas orçamental e monetária em 2008 e a queda dos preços mundiais dos alimentos contribuíram para a desaceleração da inflação homóloga, de um pico de 37% em Julho de 2008 para 11,5% em Junho de 2010. Desde então, uma inversão dos preços internacionais dos alimentos, os aumentos dos preços a retalho dos produtos petrolíferos e outros factores internos mantiveram a inflação acima dos 10%. As projecções indicam a queda

---

<sup>1</sup> Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. Uma equipa de técnicos visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução e as políticas económicas do país. Ao retornar à sede do FMI, os técnicos elaboram um relatório que constitui a base das deliberações do Conselho de Administração. Ao concluírem-se as deliberações, o Director-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades nacionais. Uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos pode ser consultada no seguinte endereço: <http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

da inflação, em linha com a queda esperada dos preços das matérias primas não energéticas no médio prazo, apoiada pela paridade fixa com o euro e pela consolidação orçamental.

O banco central fez bons progressos no fortalecimento da regulamentação e supervisão bancária. Foi lançado um programa de inspecções *in situ*, e o banco central prevê que todos os bancos terão sido objecto de inspecção até ao final de 2012. Todos os bancos cumpriram o recente aumento das reservas mínimas de caixa. A rápida expansão do crédito e a vulnerabilidade da economia às tensões económicas e financeiras na Europa representam riscos para a estabilidade financeira.

São Tomé e Príncipe continua a enfrentar um elevado risco de sobreendividamento, apesar de ter recebido alívio substancial da dívida. A carga da dívida continua elevada, principalmente em relação às receitas de exportação. A melhoria das perspectivas depende da viabilidade comercial das descobertas petrolíferas.

Os bónus de assinatura do petróleo, os fluxos de entrada de investimentos e os empréstimos em condições concessionais financiaram um forte aumento do défice da conta corrente nos últimos anos. Sem o petróleo, este défice não seria sustentável. As avaliações quantitativas da taxa de câmbio real são inconclusivas. Contudo, a persistência de níveis elevados de inflação interna provocaria a sobrevalorização da taxa de câmbio real e uma perda de competitividade externa.

As autoridades promoveram melhorias no clima de investimento. Segundo a versão de 2012 do inquérito *Doing Business* do Banco Mundial, São Tomé e Príncipe foi um dos países que mais realizou reformas em 2011. De destacar a eliminação de uma série de exigências em matéria de licenças e capital mínimo para a abertura de uma grande variedade de empresas. As autoridades estão agora a voltar a atenção para a reabilitação das infra-estruturas físicas do país e as reformas do sector energético para assegurar o fornecimento mais seguro de energia.

### **Avaliação do Conselho de Administração**

Os Administradores reconheceram a progressiva recuperação de São Tomé e Príncipe dos efeitos da crise financeira mundial de 2008. Contudo, a economia é vulnerável a choques externos e a riscos de deterioração da conjuntura em decorrência das persistentes dificuldades financeiras e económicas na Europa.

Os Administradores aplaudiram os progressos obtidos na consolidação das finanças públicas e consideraram necessário prosseguir nos esforços para conter as pressões sobre a procura interna, salvaguardar as reservas internacionais e proteger a paridade cambial. Acolheram com satisfação o objectivo orçamental de médio prazo das autoridades de estabilizar o défice primário interno num nível que possa ser financiado com os recursos disponíveis não criadores de dívida. Os Administradores incentivaram as autoridades a continuar a alargar as receitas internas, restringir as isenções de direitos de importação e adoptar um mecanismo de reajuste automático de preços para que as variações nos preços mundiais dos combustíveis tenham plena repercussão nos preços a retalho. Os Administradores também enfatizaram a necessidade de quebrar o ciclo de atrasados internos cruzados, através de medidas para garantir a orçamentação realista das contas de serviços públicos do governo, da imposição de

uma restrição orçamental rígida às administrações locais e regionais e da viabilização comercial da empresa pública de electricidade e água. Apoiaram as medidas que estão a ser tomadas para garantir a gestão prudente das futuras receitas do petróleo.

Os Administradores observaram que, a despeito do substancial alívio da dívida, São Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobreendividamento, e instaram as autoridades a continuar a adoptar uma política prudente de endividamento externo, valendo-se sobretudo de donativos para financiar o programa de investimento público. Destacaram que, se for necessário contrair novos empréstimos, estes deve ser em condições altamente concessionais. Aguardam com expectativa a participação dos credores restantes nas iniciativas de alívio da dívida multilateral.

Os Administradores consideraram positivo o compromisso das autoridades de reforçar a gestão monetária e a supervisão bancária e instaram-nas a manter constante vigilância aos riscos decorrentes da rápida expansão do crédito, do alto nível de dolarização e dos desenvolvimentos económicos e financeiros na Europa. Manifestaram apoio aos esforços em marcha para fortalecer o quadro de Anti-Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

Os Administradores louvaram os progressos na melhoria do clima de negócios e de investimento. Incentivam as autoridades a prosseguir nesses esforços, nomeadamente com a reabilitação das infra-estruturas e a garantia de um suprimento seguro de energia, para estimular a produção e o crescimento das exportações. Também instaram as autoridades a finalizar o quanto antes a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

As **Notas de Informação ao Público (PIN)** inserem-se nos esforços do FMI para promover a transparência das suas opiniões e análises sobre a evolução da economia e das políticas económicas. Mediante a autorização de cada país envolvido, as PIN são emitidas após as deliberações do Conselho de Administração sobre as consultas ao abrigo do Artigo IV com os países membros, a supervisão da evolução a nível regional, a monitoria pós-programa e as avaliações *ex post* dos países membros que têm compromissos programáticos a mais longo prazo. As PIN também são emitidas após a conclusão das deliberações do Conselho sobre temas gerais de política, salvo quando este decidir em contrário em casos particulares.

## São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2007–16

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Efectivo		Estim.		Projeções					
	(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
<b>Rendimento nacional e preços</b>										
PIB a preços constantes	6,0	9,1	4,0	4,5	4,9	5,5	6,0	6,0	24,4	4,6
Preços no consumidor										
Fim do período	27,6	24,8	16,1	12,9	12,0	6,0	4,0	3,0	3,0	3,0
Média do período	18,6	32,0	17,0	13,3	12,4	8,8	5,0	3,5	3,0	3,0
<b>Comércio externo</b>										
Exportações de bens e serviços não factoriais	-22,0	49,6	3,1	9,5	10,2	12,3	12,1	12,9	497,8	0,5
Importações de bens e serviços não factoriais	3,5	25,4	-5,7	22,4	4,4	7,4	10,5	7,9	39,9	8,5
Taxa de câmbio (dobras por USD; fim do período) <sup>1</sup>	14.362	15.228	16.814	18.336	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	1,3	20,0	-6,3	1,9	...	...	...	...	...	...
<b>Moeda e crédito</b>										
Base monetária	50,0	18,9	22,3	-7,9	-3,5	18,6	15,4	12,2	14,9	10,0
Massa monetária (M3)	38,1	36,8	8,2	25,1	15,8	14,7	13,5	11,9	15,1	10,0
Crédito à economia	33,9	22,8	39,1	40,0	12,2	9,2	7,6	7,6	11,8	8,2
Velocidade (PIB/massa monetária média)	2,6	2,6	2,8	2,6	2,7	2,8	2,7	2,7	3,0	2,9
Taxa de juro de referência do banco central (percentagem)	28,0	28,0	16,0	15,0	...	...	...	...	...	...
Taxa de juro activa (percentagem)	32,4	32,4	29,3	26,8	...	...	...	...	...	...
Taxa de juro passiva (percentagem)	12,8	12,8	10,8	12,4	...	...	...	...	...	...
(Percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)										
<b>Finanças públicas</b>										
Total da receita, donativos e bónus de assinatura do petróleo <sup>2</sup>	165,5	45,4	31,2	38,1	30,0	37,1	26,8	26,1	34,9	32,8
Do qual: receitas fiscais	16,4	15,2	14,5	16,6	15,9	16,0	16,0	16,0	14,2	14,3
receitas não fiscais	2,8	1,5	2,1	2,2	1,7	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5
donativos	126,6	28,7	14,6	19,3	12,4	10,9	9,4	8,7	4,9	3,7
bónus de assinatura do petróleo	19,8	0,0	0,0	0,0	0,0	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0
receitas do petróleo	...	...	...	...	...	...	...	...	14,3	13,2
Total da despesa e empréstimos líquidos	40,1	31,2	49,8	49,1	47,4	37,3	32,8	31,6	26,5	25,5
Do qual: despesa com pessoal	8,9	8,1	7,9	8,3	8,3	8,1	8,0	8,1	7,1	7,2
despesas correntes excl. juros e salários	15,7	12,1	11,7	11,1	9,9	9,5	9,6	9,5	8,2	8,0
despesas de capital custeadas pelo Tesouro	1,1	1,3	4,0	2,3	1,8	1,9	2,0	2,0	5,6	5,9
despesas de capital custeadas por doadores	10,4	6,9	24,5	26,3	25,9	16,5	11,9	10,9	4,8	3,6
Saldo primário interno <sup>3</sup>	-8,5	-7,0	-8,0	-4,1	-3,5	-3,3	-3,2	-3,1	-5,9	-5,9
Saldo global (base de compromissos)	125,4	14,2	-18,6	-11,0	-17,4	-0,3	-5,9	-5,5	8,4	7,3
<b>Sector externo</b>										
Balança de transacções correntes										
Incluindo transferências oficiais	-38,4	-36,8	-26,9	-30,6	-30,0	-27,8	-28,0	-27,5	-24,6	-28,6
Excluindo transferências oficiais	-49,4	-49,4	-42,5	-52,1	-42,8	-39,0	-38,3	-37,0	-28,8	-30,8
VA da dívida externa	11,8	10,5	18,4	33,7	31,8	31,3	29,8	29,5	23,9	23,1
Serviço da dívida externa (percentagem das exportações) <sup>4</sup>	4,6	3,0	8,0	1,5	13,4	14,3	14,0	12,5	2,4	2,0
Export. de bens e serviços não factoriais (milhões de USD)	13,4	20,0	20,6	22,6	24,9	27,9	31,3	35,4	211,4	212,5
Reservas internacionais brutas <sup>5,6,7</sup>										
Meses de importações de bens e serviços não factoriais <sup>8</sup>	3,5	6,6	5,9	4,5	4,4	4,2	4,5	4,9	5,5	5,5
Em milhões de USD	22,5	40,9	43,7	37,9	34,6	34,8	43,7	49,9	69,8	92,6
Como proporção de M2 (percentagem)	97	114	130	120	98	84	83	82	76	73
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD) <sup>9</sup>	14,9	12,1	9,8	7,9	6,3	31,1	25,1	20,2	68,6	115,8
<b>Por memória</b>										
PIB										
Mil milhões de dobras	1.953	2.696	3.185	3.719	4.376	5.165	5.839	6.508	8.315	8.886
Milhões de USD	144	183	196	201	254	297	334	369	468	496
Conta de privatizações (milhões de USD)	0	21	6	0,7	0	0	0	0	0	0

Fontes: Autoridades santomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Taxa média do banco central (BCSTP).

<sup>2</sup> Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

<sup>3</sup> Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, os donativos, os juros auferidos, os pagamentos de juros programados e as despesas de capital com financiamento externo.

<sup>4</sup> Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

<sup>5</sup> As reservas brutas não incluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em moeda estrangeira dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as reservas mínimas de caixa sobre os seus depósitos em moeda estrangeira ou os requisitos de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

<sup>6</sup> As cifras de 2008 incluem os proventos da privatização da participação do governo na Empresa Nacional de Combustíveis (ENCO), no valor de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram usados para amortizar parte da dívida da ENCO à Sonangol, USD 0,96 milhões foram empregados na auditoria desta operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

<sup>7</sup> As cifras de 2009 incluem uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

<sup>8</sup> Importações de bens e serviços não factoriais, excluídas as importações de bens de investimento e a assistência técnica.

<sup>9</sup> Para 2012, parte-se do pressuposto de que a disputa será resolvida para que seja feito o desembolso dos bónus relativos ao Bloco 6.

## **Declaração do Sr. Assimaidou sobre a República Democrática de S. Tomé e Príncipe 23 de Janeiro de 2012**

Nossas autoridades são-tomenses gostariam de manifestar ao FMI a sua satisfação pelo apoio constante e pelo construtivo diálogo sobre políticas, principalmente durante as consultas mantidas em São Tomé e em Washington em Setembro de 2011.

S. Tomé e Príncipe está a recuperar-se do impacto da crise económica e financeira mundial, que provocou uma forte queda do investimento directo estrangeiro (IDE) e intensificou as pressões inflacionistas de origem externa. Tal como emana do equilibrado e bem redigido relatório do corpo técnico, as autoridades reagiram de forma enérgica para mitigar o impacto da crise, preservar a estabilidade macroeconómica e, ao mesmo tempo, avançar rumo à consecução dos seus objectivos em termos de crescimento e desenvolvimento.

Impulsionado pelos sectores da construção, turismo e agricultura, o PIB deverá ter um crescimento real de 5% em 2011. A inflação manteve sua tendência de queda, tendo chegado a 13,2% em Outubro após o pico de 37% verificado em 2008. Todavia, a transferência dos aumentos dos preços internacionais do petróleo agravou as flutuações dos preços internos.

As políticas das autoridades visaram não apenas mitigar o impacto da crise imediata, mas também atingir os seus objectivos de crescimento e redução da pobreza no médio prazo, em linha com o programa apoiado pela ECF. Conforme observado pelos técnicos, os critérios de desempenho do programa foram cumpridos substancialmente, embora com alguns atrasos. As autoridades estão em vias de finalizar a actualização da sua Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), a qual é necessária para a conclusão das avaliações do programa ECF.

### **Consolidação das finanças públicas e estabilidade macroeconómica**

As autoridades perseguiram uma política orçamental prudente e redobram os seus esforços para consolidar as finanças públicas, no intuito de preservar a estabilidade macroeconómica e proteger a paridade cambial. O desempenho orçamental em 2011 foi vigoroso, graças às receitas acima do projectado e ao controlo mais incisivo dos gastos.

Com vistas ao futuro, o orçamento de 2012 visa cortar ainda mais o défice primário, para 3,2% do PIB, em linha com os objectivos das autoridades para o médio prazo. Nesse sentido, planeia-se maior empenho na mobilização de receitas, nomeadamente com o reforço das actividades de arrecadação e com ganhos de eficiência nas administrações fiscal e aduaneira. As autoridades tomarão medidas para romper o ciclo de atrasados cruzados relativos às empresas de serviços públicos. Entre elas, destacam-se a monitorização mais cuidadosa dos pagamentos dos municípios para as referidas empresas e o provisionamento para o pagamento das contas de serviços públicos.

No tocante aos gastos, as autoridades buscarão conter a massa salarial em termos reais e redireccionar as despesas para sectores prioritários. Para além disso, procurarão melhorar a

gestão das finanças públicas, sobretudo através da monitorização mais rigorosa e do aumento da transparência da execução orçamental.

### **Reforço da política monetária e da estabilidade financeira**

A fim de promover o desenvolvimento do sistema financeiro e protegê-lo das repercussões da crise financeira mundial, as autoridades estão a fortalecer tanto o quadro regulamentar e de supervisão, como a gestão da política monetária.

Com respeito a esta última área, as autoridades concentrar-se-ão na melhoria da gestão da liquidez, com assistência técnica do Fundo. A evolução da inflação também está a ser monitorizada de perto pelas autoridades. As políticas orçamental e monetária mais restritivas e a recém-adoptada paridade cambial reduzem consideravelmente as pressões inflacionistas. Contudo, a base económica estreita, os constrangimentos da oferta e as flutuações dos preços de produtos importados — sobretudo do petróleo e de produtos primários — continuaram a determinar as perspectivas para a inflação. Embora não tenham sido observados efeitos secundários da recente alta dos preços, conforme notaram os técnicos, as autoridades estão a tomar medidas tendentes a reduzir os constrangimentos do lado da oferta e estão prontas para, se necessário, tornar a política monetária ainda mais restritiva.

A regulamentação e supervisão bancária serão fortalecidas através do aumento do capital mínimo obrigatório da banca e do alargamento das inspecções *in situ* dos bancos. As autoridades também estão a agir para reforçar a resiliência dos balanços do sector bancário a flutuações do câmbio, tomando medidas para reduzir a dolarização do sistema financeiro e exigindo dos bancos comerciais a manutenção de reservas mínimas de caixa em Dobras, a moeda nacional.

As autoridades estão empenhadas em garantir a conformidade do sistema financeiro são-tomense com as normas internacionais, como as do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo. Entre as medidas tomadas, sobressaem a modificação das leis sobre o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e a criação de uma unidade de informação financeira, em linha com as recomendações do GAFI. Conforme reconhecido na avaliação do GAFI, as autoridades até ao mais alto escalão estão inteiramente empenhadas em levar a cabo o plano de acção acordado, de modo a sanar as deficiências restantes. Para além disso, solicitaram assistência técnica do Fundo para o efeito. À luz dos avanços obtidos até ao momento e dos esforços para reforçar ainda mais a conformidade, o governo busca retirar S. Tomé e Príncipe da lista de jurisdições não cooperantes.

### **Fortalecimento da posição externa de S. Tomé e Príncipe**

A análise de sustentabilidade da dívida constatou que S. Tomé e Príncipe ainda apresenta um alto risco de sobreendividamento em razão da sua reduzida base exportadora e das incertezas quanto às perspectivas da produção de petróleo. A fim de preservar a sustentabilidade da

dívida externa, as autoridades estão empenhadas em obter donativos e recursos em condições altamente concessionais para financiar os seus investimentos públicos. Igualmente, estão a fortalecer as capacidades de gestão da dívida e pretendem perseguir uma estratégia de endividamento prudente.

Para alargar sua base exportadora, as autoridades estão a avançar na exploração dos seus recursos hidrocarbonetos, inclusive por meio da concessão de licenças para exploração na Zona de Exploração Conjunta com a Nigéria. Ademais, promoverão os sectores não petrolíferos, notadamente o turismo e a agricultura, a fim de diversificar a economia do país.

As autoridades estão decididas a preservar a competitividade internacional de S. Tomé e Príncipe no contexto da paridade com o euro, que recentemente sofreu novas pressões no mercado em virtude da crise da dívida soberana. A determinação é, ao longo do tempo, reduzir o diferencial da inflação em relação à zona do euro. Para além disso, continuarão a melhorar o clima de investimento com reformas no sector energético e investimentos em infra-estruturas.

### **Estratégia de crescimento e redução da pobreza no médio prazo**

Conforme mencionado acima, as autoridades estão em vias de finalizar a sua Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), a qual orientará a agenda de reformas no futuro. A finalização dessa estratégia, a qual é necessária para a conclusão das avaliações do programa ECF, sofreu atrasos em virtude de limitações de capacidade e da necessidade de garantir que a nova estratégia conte com larga adesão.

A ENRP beneficiará da recente actualização do perfil da pobreza. Os principais pilares da estratégia serão: i) a reforma das instituições públicas e a promoção da boa governação; ii) o crescimento económico de bases alargadas; iii) o desenvolvimento dos recursos humanos e iv) a melhoria do acesso aos serviços básicos.

As autoridades promoverão activamente o papel do sector privado no desenvolvimento de uma economia diversificada e resiliente. Elas já fizeram esforços sustentados para melhorar o clima de investimento, como a criação de um balcão único de atendimento dos investidores, e para simplificar a regulamentação comercial. Esses esforços foram reconhecidos na edição de 2012 do relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, que classificou S. Tomé e Príncipe entre as economias de melhor desempenho.

No futuro, as autoridades buscarão tirar proveito dos ganhos obtidos até ao momento e perseguir outras reformas, passando pela reformulação das infra-estruturas do país, sobretudo o porto e o aeroporto, e pela reforma do sector energético.